

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Seis de Junho de Dois Mil e Dezanove

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas dez horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve:

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Antes de mais, bom dia para todos os que estão na sala e a Comunicação Social e o Público lá em casa. Eu queria, antes de começar a sessão propriamente dita, renovar os cumprimentos ao senhor Presidente, agora de pleno direito, à senhora Vereadora também. Dizer, mais uma vez, e aqui publicamente, demonstrar a solidariedade institucional desta Assembleia para com o Executivo e dar-vos conta de uma intervenção que vai ocorrer agora de seguida e que tem a ver com uma ideia que eu tive e que está relacionada com a época de incêndios que se avizinha. Como sabem, nós temos, no Regulamento, previsto trinta minutos para a intervenção do público, que habitualmente não é preenchido. E eu entendi e resolvi convidar os Bombeiros do concelho. Falei com os três Presidentes das Corporações de Bombeiros do concelho, falei também com o senhor Comandante da GNR e falei com o senhor Comandante da Proteção Civil e pedi-lhes que viessem a esta Assembleia e que nos falassem um pouco dos meios que têm disponíveis, do que é que está previsto em termos de prevenção, uma vez que estamos a iniciar, como disse, a época de incêndios. Embora tenha estado a chover agora mas as previsões não seriam muito famosas para o verão que se avizinha e, portanto, pedi-lhes que, neste tempo de intervenção do público, nos dirigissem algumas palavras, nos dessem conta de como é que está a situação, que meios têm disponíveis, o que é que está previsto em termos de prevenção. Inclusive algumas dicas para as pessoas, no sentido, inclusive, de tranquilizar as populações. Sei que tiveram uma reunião entre todos e, tanto quanto sei, irá falar o senhor Comandante Sequeira, em representação das três Corporações de Bombeiros e depois falará o representante da GNR e o senhor Comandante da Proteção Civil. Por isso, é o que vai acontecer depois de eu fazer aqui a listagem das substituições, como é habitual, mas, portanto, dar-vos conta que iremos iniciar a sessão com estas três intervenções. -----

Nós iniciámos a sessão, temos quorum para isso. Acho que estamos no limite, mais ou menos, mas temos quorum e, portanto, dou-vos conta agora das substituições. Do Grupo Municipal do PSD: falta Amélia Maria da Silva Ramos Fernandes, que é substituída por Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves; falta Luís António do Couto Paula, que é substituído por João Manuel Costa do Rosário Bandurra; falta Rodolfo Alberto Balaia de Queirós, que é substituído por António José Jorge Terras; falta a Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito, (para quem mandamos um beijinho muito grande uma vez que foi mãe anteontem? Ontem de madrugada.) e é substituída por Andreia Patrícia Plácido Fernandes do Espírito Santo; falta Sabina Mónica Soares Duarte, que é substituída por Daniel António da Cruz Rodrigues; falta Tiago Filipe Saraiva Gomes, que é substituído por Rui Manuel Pinto Oliveira; falta Ricardo Jorge Pereira Né Neves de Sousa, substituído

por Susana Maria Conceição Pires. Do Grupo Municipal do PS: falta Maria da Conceição Coelho Santos, substituída por Teresa Cristina Gomes Martins e Freitas da Silva; falta José Alberto Varges Pires, que é substituído por António José Pires Barbosa; falta Maria Manuela Cardoso Almeida Fernandes, que é substituída por David Alexandre Oliveira Barroso; falta Ricardo Manuel Pinto Antunes, que é substituído por Emanuel de Almeida Proença Barata. Do Grupo Municipal do CDS: falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva, substituída por José Carlos Breia Lopes. Das Juntas de Freguesia: falta o Presidente da Junta de Freguesia de Pêga, Fernando Manuel Nunes Martins, que é substituído pelo Secretário, Joaquim José Gonçalves Baía de Abreu. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Pera do Moço, Paulo Jorge Bernardo, que é substituído pela Secretária, Sandra Cristina Amaral Marques Macedo Madeira. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, Luís Manuel Prata Bernardo, que é substituído pelo Secretário, Mário da Fonseca Monteiro. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Codeceiro, Raúl Júlio Justino, que é substituído pela Secretária, Cristina Sofia Pedro Machado. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Ambom e Rocamondo, Rui Sérgio dos Santos Fernandes, que é substituído pelo Secretário, Luís Manuel Torres Martins. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, António Jorge Vieira Esteves, que é substituído pelo Tesoureiro, Paulo José Correia Cabeças. Falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçaínhas, Érico Manuel Pissarra Gomes, que é substituído pela Tesoureira, Catarina Isabel Gonçalves Cardoso Cabral. Muito bem. Estão as substituições todas feitas, acho que não me esqueci de nenhuma. Hoje temos uma listagem enorme de substituições.—
Passávamos, então, agora, à intervenção de que vos falei.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “De acordo com aquilo que vos transmiti... deixem-me só aqui confirmar... ok, eu tinha a indicação que era o Comandante Sequeira que falava em primeiro lugar, mas então fala o senhor Major Saraiva primeiro. Muito bem. Então, de acordo com aquilo que vos transmiti, eu iria pedir, então, ao Senhor Major Saraiva, por favor, que nos dirigisse então umas palavras e que nos dissesse algumas coisas para focarmos mais tranquilos quanto ao verão quente que poderá vir por aí. Muito obrigada.” -----

- **Major Saraiva:** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente do Município, restantes entidades presentes. Em nome do Comando Territorial da Guarda, como Chefe da Proteção da Natureza e Ambiente, antes de mais, agradecer o convite pela oportunidade de vos vir aqui dirigir algumas palavras. Cumpe-me da nota daquilo que a Guarda Nacional Republicana faz no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, em particular neste concelho. O papel da Guarda Nacional Republicana, no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios, está inserida numa operação que nós designamos Operação Floresta Segura. Ela divide-se em várias fases e subfases e tem um período de duração de 1 de janeiro a 31 de dezembro. Inicia-se com uma fase de planeamento em que, desde o dia 15 de janeiro até 15 de março, é cumprida a fase de

sensibilização. Sensibilização essa que é feita em estreita colaboração com os núcleos de proteção ambiental e as Juntas de Freguesia. Das quarenta e três Juntas de Freguesia do Município da Guarda, de acordo com um despacho, vinte e seis são de primeira e segunda prioridade. O concelho da Guarda é o concelho do Distrito com o maior número de Freguesias prioritárias, sendo que, o segundo, com freguesias prioritárias superior a vinte, é o Município do Sabugal com vinte e duas. No concelho da Guarda, foram efetuadas, então, vinte e oito ações de sensibilização. Dar nota da importância do envolvimento dos senhores Presidentes de Junta e demais entidades como os Oficiais de Segurança Local existentes no âmbito do Programa *Aldeia Segura, Pessoa Segura*, naquilo que é a mobilização das populações para que numa breve sessão, entre trinta a quarenta minutos, possam assim assistir àquilo que são os conselhos das foras de segurança no âmbito desta operação, como também solicitar todos os pedidos de esclarecimentos aos elementos que as cumprem. A partir do dia 15 de março e até sensivelmente 31 de maio, sensivelmente porque houve ali um prazo que houve um entendimento que devia ser dado às pessoas para que procedessem à limpeza das faixas de gestão de combustível e iniciou-se, então, a fase da fiscalização. A fiscalização que foi dividida em duas subfases. A primeira subfase foi de sinalização. Sinalização essa dos pontos mais críticos que contamos com a colaboração do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro que, desde o ano passado, se implementou no Distrito da Guarda, através da 4ª Companhia do GIPS, cujo comando está sediado lá em baixo na Quinta da Maunça, sob o Comando do Capitão Calejo e que, no Distrito da Guarda, conta com três centros de meios aéreos. O da Guarda, o da meda e em Seia. Depois tem mais três centros de meios aéreos em Castelo Branco. Atendendo a esse reforço de cerca de, não tenho presente, entre cinquenta a sessenta militares, tem à sua responsabilidade o ataque inicia, ou seja, a primeira intervenção em caso de ocorrência de incêndio rural. Foram sinalizadas, só no concelho da Guarda, cento e cinquenta e três situações. Passando à segunda subfase, feita a sinalização, que foi a fiscalização, dar nota que todas estas situações sinalizadas foram dadas a conhecer aos Municípios, através, além da engenheira Catarina Coimbra do Gabinete Técnico Florestal, e depois de uma segunda passagem, destas cento e cinquenta e três situações sinalizadas, foram autuadas dezasseis. Portanto, verificámos uma elevada taxa de cumprimento daquilo que foi o nosso papel no âmbito da sensibilização e, depois, da sinalização. Terminada a primeira fase da fiscalização, porque agora dia 1 de junho iniciou-se outra fase de fiscalização que prende-se com o n.º 1, do artigo 15º, do Decreto-lei que tem a ver com a rede viária, ferroviária, gasoduto, rede elétrica, que está em curso. É uma segunda fase da fiscalização. Desde o dia 15 de março passámos, então, a ter uma especial preocupação com a vigilância e a deteção. Sendo que o papel da GNR, no sistema da Defesa da Floresta Contra Incêndio, assenta em três ações que é a vigilância, deteção e fiscalização. Cumprida que está, ou em curso que está a fiscalização, a preocupação dirigiu-se então para a deteção e vigilância. Para a deteção e vigilância, temos à nossa responsabilidade a Rede Nacional dos Postos de Vigia, sendo que, desde o dia 15 de maio, foram ativados os seis postos de vigia da rede primária em todo o Distrito, em que dois dos quais se encontram aqui no concelho da Guarda que é o da Pedra do Vento, da rede primária, que é ali na carreira de tiro que já está ativo desde o dia 15 de maio e que depois, a

partir do dia 1 de julho, vai ser o São Pedro do Jarmelo como posto de vigia da rede secundária. Ainda na âmbito da deteção, dar também nota que em 15 de maio acionámos a nossa Equipa de Manutenção e Exploração de Informação Florestal, que funciona no Comando Distrital de Operações e Socorro. Esta equipa é de extrema importância, é composta por cinco militares, funciona 24 horas por dia e é para onde são dados todos os alertas, seja através do 117, seja através da Rede Nacional de Postos de Vigia, seja através das nossas patrulhas. Compete a essa Equipa de Manutenção e Exploração de Informação Florestal, acionar, através do seu Comandante Distrital de Operações e Socorro, os meios de ataque inicial. Ataque inicial esse que é da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana através do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro. No âmbito da vigilância, a Guarda Nacional Republicana, para além das patrulhas dos postos territoriais dos Núcleos de Proteção da Natureza e Ambiente, da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, da Investigação Criminal, conta também com as Equipas de sapadores Florestais bem como com o reforço das Forças Armadas no âmbito do Plano HEFESTO e no Plano Faunus em que a estas equipas é-lhes atribuída uma determinada área, um determinado itinerário, pontos importantes de observação para que, em complementaridade com os Postos de Vigia, possamos cobrir uma maior malha de vigilância do nosso território. Importa também informar que este ano, no âmbito do projeto SARADO, desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, foi montado, na Sala Situação do Comando Territorial da GNR, bem como no centro Distrital de Operações e Socorro, o sistema de videovigilância assente em dezassete câmaras, sendo que quinze câmaras estão no nosso Distrito, que fazem a vigilância de trezentos e sessenta graus e que permite aos operadores, tanto do Comando Distrital, como da Sala Situação da GNR, verificar e detetar o mais precocemente possível as ignições de incêndios rurais para que o ataque inicial seja o mais eficaz. Alguns dados que importa relevar. Nós, em 2018, tivemos cerca de oitenta ocorrências no concelho da Guarda. Em 2018. E, em 2019, vamos apenas com quinze mas esses dados ainda não são animadores, sendo que se quiserem que depois vos dê nota, no âmbito das freguesias, este ano, das vinte e cinco... as ocorrências aqui no Distrito da Guarda, no ano de 2019, elas não são significativas. Mas contamos, em 2018, com preocupações na freguesia da Benespera, em Cavadoude e de Arrifana onde houve treze, oito e sete ocorrências respetivamente. Estou disponível para quaisquer questões que queiram colocar e, mais uma vez, agradecer a oportunidade por estar aqui presente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Major. Eu talvez pedisse que fizessem as intervenções todas e, depois, se alguém quisesse fazer ou colocar alguma questão, colocaria aos três na globalidade. Muito obrigada. Senhor Comandante Sequeira, agora. Faz favor. Muito obrigada.”

- **Comandante Sequeira:** “Então, bom dia a todos. Permita-me que a cumprimente e que, na sua pessoa, cumprimente os restantes presentes. Agradecer, em nome do Corpo de Bombeiros da Guarda, de Gonçalo e de Famalicão, por esta oportunidade e tentar aqui, neste breve espaço de tempo, explicar um pouco daquilo que será o dispositivo de combate a incêndios que estará previsto para os três Corpos de Bombeiros, nesta que será a fase de maior empenhamento, digamos assim, em termos de combate a

incêndios. Os três Corpos de Bombeiros, como sabem, Guarda, Famalicão e Gonçalo, estão distribuídos pelo Município. Famalicão tem a freguesia de Famalicão. Gonçalo, quatro freguesias. As restantes freguesias são da responsabilidade do Corpo de Bombeiros da Guarda. Estamos preparados para, enfim, aquilo que vier. Nunca diremos que estamos preparados na totalidade, não sabemos o que vem, não sabemos o que nos espera. Não há nenhum ano igual, não há nenhum verão igual, as condições meteorológicas vão mandar e mandarão sempre, independentemente das medidas que este ou qualquer outro Governo possa tentar implementar. E esta é a dura das realidades. Não vale a pena escamotear outra. Portanto, esta é a primeira das situações que nós temos que perceber todos. Os Corpos de Bombeiros assentam no pilar do combate, sob a coordenação da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e assentam o seu funcionamento em voluntariado acima de tudo. Têm, hoje em dia, os três Corpos de Bombeiros, três equipas de intervenção permanente que são cinco elementos em cada Corpo de Bombeiros a trabalharem em horário laboral, de segunda a sexta-feira, até às 18h00, e todo o resto do serviço, todos os dias da semana, à noite e todos os fins-de-semana assenta em voluntariado. E esta é a nossa realidade de resposta às situações que possam acontecer, seja em fogo florestal, seja em outras situações. Durante o verão, existe o dispositivo de combate a incêndios rurais que sazonalmente cria um conjunto de equipas, que são compensadas, e que trabalhamos com o voluntariado, com os estudantes, com os desempregados que temos nos nossos Corpos de Bombeiros, com as folgas dos nossos funcionários. E é desta forma que nós constituímos estas equipas. Este ano, o Corpo de Bombeiros da Guarda não consegue criar as três equipas que conseguia normalmente. Não consegue. Iremos criar, à partida, duas equipas de combate a incêndios e uma equipa de apoio logístico, que é para uma viatura autotanque, é esta a designação. Têm umas designações muito próprias... que vou evitar porque são designações nossas mas que não faz muito sentido estarmos aqui a utilizar. Portanto, duas equipas de combate, uma equipa de apoio para autotanque. Gonçalo irá ter uma equipa de combate. Famalicão irá ter uma equipa de combate. Acrescido a isto, em horário laboral, o apoio que as equipas de intervenção permanente irão dar, logicamente. A grande vantagem disto, o que é? É que todos os elementos das equipas de intervenção permanente também são bombeiros voluntários e, fora do seu horário de trabalho, são bombeiros voluntários e acabam por trabalhar fora do horário de trabalho. E essa é a grande vantagem deste tipo de dispositivos. O que quer dizer, e isto também não vale a pena... e estamos no sítio certo para colocar, não querendo colocar, com isto, receio, mas é a verdade dos factos. Neste ano, o Município da Guarda, em termos dos três Corpos de Bombeiros, existe a mais-valia do acréscimo da equipa de intervenção permanente em Famalicão durante aquele período, mas a verdade é que temos cerca de 25% a 30% de redução da capacidade de primeira intervenção porque os outros Corpos de Bombeiros deixam de ter duas equipas para ter uma, a Guarda deixa de ter três equipas para ter uma. Temos e estamos cientes que teremos o apoio do Município na dispensa de alguns elementos que eventualmente, temos esse pedido feito, que colmatarão aqui algumas destas lacunas e eventualmente conseguiremos com a alteração de horários fazer face aqui a esta redução de pessoal e, quiçá, termos a terceira equipa que tínhamos o ano passado. Não sei ainda se será possível ou não. Mas a verdade é esta, há um decréscimo de jovens nas nossas fileiras, há dificuldade em mobilizar gente para esta causa. Há dificuldade em mobilizar. Porquê? Não é fácil movimentar gente para o voluntariado. É um voluntariado com muita exigência, é um

voluntariado com muita intervenção, com muitas horas anuais. São muitas centenas de horas de empenhamento e não é fácil. Fica aqui o apelo às freguesias, aos seus Presidentes e seus representantes que nos ajudem. Andamos sempre aí pelo Município a fazer a nossa movimentação para a angariação de jovens para os Corpos de Bombeiros, seja Guarda, Famalicão ou Gonçalo. Fica o apelo para nos ajudarem também nesse sentido e aproveitando esta oportunidade a que também as Juntas de Freguesia se juntem a nós nesta angariação de jovens para que a gente consiga, eventualmente, reforçar um pouco esta situação e que em 2020 possamos estar, novamente, a crescer em disponibilidade. Em termos de disponibilidade, não é que a gente não tenha. Temos nestas equipas, temos o toque sirene, temos o acionamento de SMS, temos tudo isso. O pessoal acaba por sair dos seus trabalhos, temos problemas com entidades patronais, temos problemas com uma série de situações com a dispensa de pessoal. Mas acabamos por ir tendo. Acontece que estas equipas têm, e muito bem, estão sob a gestão da ANPC e obriga a movimentações para fora do concelho em apoio a outros. Ou seja, obriga a outro tipo de deslocações que o pessoal pode não estar disponível para essas situações e daí, às vezes, essa indisponibilidade. Em termos de toque de sirene o pessoal acaba por aparecer, acaba por vir, acaba por estar disponível. Mas, não é tão fácil, digamos assim. Juntas de Freguesia. São o nosso parceiro por excelência, são no terreno, estão junto da população. É a quem nós recorremos quando estamos no local. É com quem nós falamos, com quem estamos quando estamos perante uma operação. Também, e deixem-me que alerte para isso, são os primeiros responsáveis pela proteção civil, lá, naquele local, naquela freguesia. São quem as pessoas da freguesia identifica como responsáveis pela proteção civil, são o primeiro elo de ligação para com a proteção daquela gente, daquele território, daquela região. São quem tem que sensibilizar, quem tem que fomentar, quem tem que ajudar a que seja cumprido, que sejam implementadas medidas preventivas, de autoproteção, tornar resiliente toda aquela área, toda aquela população. E este é o conselho, para todos vós, enquanto representantes das gentes que lá estão. Não vale a pena, nós, depois da ocorrência, depois existir, irmos e termos que resolver, ou termos que ter todos, em conjunto, tentar resolver porque a ciência está em tentarmos que não haja. Não é depois de haver. Este é o nosso objetivo, é o objetivo de todos nós. Porque, para nós, se não houver incêndios, ótimo. Ótimo. Não saímos daqui. Esse é o nosso objetivo e isso tem é que ficar claro porque ganhamos todos bem mais se os bombeiros estiverem aqui no quartel sem irem para lado nenhum. Evitamos acidentes, evitamos desgaste, evitamos tudo isso e temos sempre gente, com toda a certeza. Bom, mas era esta a mensagem muito clara. Os três Corpos de Bombeiros estão disponíveis, estão presentes dentro da medida do possível com o pessoal voluntário que temos, com os equipamentos que temos, faremos o nosso melhor, haja o que houver e estaremos presentes para apoiar as populações que defendemos. Com toda a certeza que, se houver outros anos como 2017, porque aquilo que aparentemente, e eu enquanto operacional vou dizendo aparentemente, porque é mesmo aparentemente foi feito ou vai sendo feito, 2017's vão acontecendo. E ignições em simultâneo, não há dispositivos de combate que consiga responder. Porque um incendio conseguimos responder, dois incêndios talvez, três, quatro cinco é impossível de responder. E esta é que é a verdade. E sejamos nós, Gonçalo ou Famalicão, é humanamente impossível fazer mais e melhor do que aquilo que conseguimos. Pelo menos, tentamos. E é essa a nossa promessa, é esse o nosso ensejo de conseguir fazer pelas populações que defendemos. Portanto, a título de conclusão, permitam-me só

que deixe, porque não podia deixar de o fazer. Duas imagenzinhas, só para que fique a título de conclusão. Não vale a pena chegar ali. O objetivo é não chegar lá. O objetivo é que a gente não chegue lá. E, depois, permitam-me a franqueza e a liberdade de expressão, como em março também há liberdade de expressão. Não vale a pena virmos para festas culpabilizar, para ocultar a culpa de alguém. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Comandante Sequeira. Passava, então, agora a palavra ao senhor Comandante Fonseca, por favor.” -

- **Comandante Fonseca:** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, é com todo o gosto que respondi, digamos, que ao seu repto de estar aqui presente na casa da democracia do Município da Guarda. Queria, antes de mais, também saudar os meus camaradas que estão na galeria, em cima, que fazem parte do designado Centro de Coordenação Operacional Distrital e que integra oficinas de ligação e elementos de ligação de várias instituições: Polícia Judiciária, Forças Armadas, Instituto Nacional de Emergência Médica, Cruz Vermelha Portuguesa, Bombeiros, Turismo de Portugal, Segurança Social, GNR que está aqui, Agência para a Gestão Integrada de Incêndios Rurais (AGIF). Também não está ainda presente, estará a partir da semana que vem, um representante da Afocelca. E também naturalmente, sendo o último, também é muito importante, não me ia esquecer do Engenheiro Paulo Albino do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. E a Autoridade Nacional de Emergência e proteção Civil é a entidade que tem a responsabilidade, a competência legal, da supressão dos incêndios rurais. E não o faria sem o esforço e o empenhamento de todas estas instituições que eu já referi e, portanto, a minha saudação para estes camaradas, parceiros de trabalho, que ao longo do ano intervêm e nos apoiam nesta matéria. Dizer-vos que não vamos entrar propriamente numa época de incêndios florestais. Para nós, a época de incêndios é desde o dia 1 de janeiro a dia 31 de dezembro. E cada vez isto acontece mais com as, tão já na ordem do dia, alterações climáticas. O que é certo é que nós temos agora, no verão, um período mais crítico de maior empenhamento e, por isso, nós ativamos um dispositivo, que é o designado Dispositivo Integrado de Combate a Incêndios Rurais, o DECIR, e que entra, digamos, em ativação, entre o dia 15 de maio e o dia 15 de outubro normalmente, podendo ser prolongado como tem acontecido nos últimos anos. No concelho da Guarda temos quatro equipas de intervenção a incêndios florestais nos Bombeiros Voluntários, as designadas ECIN’s. Duas na Guarda. Vamos ver se conseguimos ter três, passaríamos a ter cinco. E temos quatro equipas de Sapadores Florestais e, além disso, temos um helicóptero de ataque inicial, com uma equipa do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da Guarda Nacional Republicana e também, normalmente, uma equipa terrestre o que faz, diariamente, com as três equipas de intervenção permanente, que também existem nos Corpos de Bombeiros, um dispositivo pronto a intervir, em ataque inicial, de sessenta e cinco elementos. Este dispositivo pode ser reforçado com meios distritais e mesmo meios nacionais. Atualmente, os incêndios florestais não se combatem apenas com meios locais. E nós, no ataque inicial, empenhamos, de imediato, meios de outros Corpos de Bombeiros. Só para ficarem com uma ideia, no ataque inicial, nós empenhamos, normalmente, entre vinte a trinta elementos de imediato, independentemente da evolução do incêndio. Isto é o despacho tipo que nós temos. Um helicóptero, três equipas de Corpos de Bombeiros, mais as equipas de Sapadores Florestais que estejam na área. E o Município pode contar também com o apoio de cerca de, ultrapassa, cerca de seiscentos e quarenta

operacionais que, no distrito, temos prontos a intervir na primeira intervenção. Mas, tal como disse o senhor Comandante Paulo Sequeira, por vezes, não chegamos para as encomendas. O nosso grande problema em Portugal é o número de ignições. O nosso País, com a área que tem, não pode ter mias ignições do que o somatório da França e da Espanha porque não há dispositivo que aguente. E andamos, desde há décadas, a discutir competências, a criar novos serviços, a extinguir outros. Eu já pertenci a um serviço extinto, entretanto, o Serviço Nacional de Bombeiros. Entretanto, outro Serviço Nacional de Proteção Civil também já foi extinto. Há aqui uma rotação muito elevada. Porquê? Porque temos um conjunto muito elevado de ignições que não há dispositivos nem há organismos que resistam. E este é o nosso grande trabalho que temos que fazer para futuro, é conseguirmos ter um número de incêndios que seja manejável. No caso do Distrito da Guarda, dar-vos nota de que, por exemplo, o nosso máximo de incêndios, num dia, foi se sessenta e seis incêndios. Ora, com sessenta e seis incêndios, não é possível trabalhar. O que é certo é que tem havido uma diminuição sustentada, desse número de incêndios, ao longo dos últimos anos. Esse é um fator muito importante e que devemos também realçar. A Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, para além de ter como competência a supressão dos incêndios rurais, temos como nosso maior objetivo a defesa das pessoas e bens. Essa é a nossa primeira prioridade. E embora nós estejamos aqui a falar no sistema de defesa da floresta, o que é importante para nós é o sistema de defesa das pessoas e do património construído. E, para isso, o ano passado, foi criado um programa, que é o programa designado de *Aldeia Segura, Pessoas Seguras* e que, à semelhança do que acontece nos estabelecimentos que recebem público, ou que têm uma ocupação muito elevada, tem como objetivo este programa, garantir que, em cada aglomerado, haja uma organização de segurança, que haja um elemento de segurança que é o ponto focal do contacto para com as forças e serviços de segurança quando o perigo é eminente. E nós estamos a desenvolver esta ação juntamente com a Guarda Nacional Republicana e com os outros parceiros também que eu já mencionei no início e, no caso do Distrito da Guarda, nós somos o Distrito do País que tem maior número de Aldeias de primeira e de segunda prioridade. Em jeito de graça, dizer-vos que, aqui há uns tempos, no Algarve estavam preocupados porque tinham oito freguesias prioritárias. Nós temos duzentas e tal freguesias prioritárias só no Município da Guarda. Como foi dito pelo senhor Major, são vinte e quatro freguesias de primeira e de segunda prioridade. Isto dá a dimensão do esforço que nos é requerido. Mas dizer-vos, para terminar, o seguinte. Em termos estratégicos, quem ganha a guerra é que toma a iniciativa e quem tem capacidade para tomar a iniciativa e de manter sempre essa iniciativa. Isto já está vertido nos escritos de um General que viveu há dois mil e quinhentos anos e que é muito falado muitas vezes, até nos cursos de administração, que escreveu um livro que é *A Arte da Guerra*, de Sun Tzu, um General Chinês. E o exército que tiver a capacidade de tomar a iniciativa será sempre o exército vencedor. Neste caso, como é que nós podemos tomar a iniciativa? Não é na resposta operacional. Não é no combate. Nós estamos no fim da linha, quando tudo falhou antes. E tomar a iniciativa é fazer prevenção e preparação. É fazer com que as coisas não aconteçam. Ou, se acontecerem, que haja limitação nos danos, haja limitação na progressão e que não haja exposição por parte das pessoas e das populações. É este o nosso desígnio, é que não sejamos precisos. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Comandante. Percebemos todos que a palavra chave aqui é a prevenção e, portanto, compete-nos a

nós todos, enquanto cidadãos, colaborarmos nesse sentido. Eu ia permitir que cada Grupo Parlamentar fizesse uma questão se assim o entenderem, se quiserem colocar alguma questão. Por isso, perguntava se algum... temos o CDS já. O senhor Presidente também. Mais ninguém? Sim? Muito bem. Então, podemos começar pelo senhor Deputado Henrique Monteiro, do CDS. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia, senhora Presidente, restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e Vereação, senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta, Público, Comunicação Social. Cumprimentar também os senhores convidados e agradecer esta informação que aqui trouxeram, este contributo que deram num aspeto tão importante que é a segurança de pessoas e bens. Das exposições feitas, resultou alguma preocupação para nós. Nomeadamente aquilo que foram as palavras do senhor Comandante Sequeira, que vem aqui assumir a dificuldade que há em chamar voluntários, trazer voluntários para o combate aos incêndios, portanto, para incorporarem os quadros dos Bombeiros Voluntários. Isso é mais um sintoma daquilo que nós vimos sinalizando há muito tempo, que é o abandono das regiões do interior e este concelho não é exceção. É no voluntariado no setor dos Bombeiros, no setor da prevenção e é noutras missões voluntárias que se desenvolvem aqui socialmente, através de outro tipo de associações, em que se sente também essa mesma situação. Já não é apenas aí, é no emprego remunerado em que as empresas também têm graves dificuldades em ter mão-de-obra disponível para fazer face às necessidades que têm. Por outro lado, também resultou preocupação quando disse que se houver quatro, cinco, ignições em simultâneo, não há resposta possível para essas situações. E nós assistimos recentemente a uma discussão que tem muito de ideológico, mas que a nós não nos interessa neste aspeto da ideologia, interessa-nos a segurança das pessoas e bens, que é a questão do SIRESP. O SIRESP, agora, parece que vai ser, portanto, público. Mas acho que às pessoas não interessa se o SIRESP é público ou se é privado. Importa se o SIRESP funciona ou não funciona e contribui para aquilo que ele foi adquirido, se o sistema funciona. Não sei se da parte do senhor Comandante Fonseca, se sendo o SIRESP mais da área da Proteção Civil, se terá alguma coisa para nos dizer em termos da eficácia deste sistema, se ele evoluiu em termos daquilo que foio desempenho que teve em 2017. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Deputados, Presidentes de Junta, demais presentes. Queria só dar aqui duas breves palavras, sendo a primeira para saudar esta iniciativa da Mesa da Assembleia Municipal que me parece muito pertinente e útil nesta altura e que creio que também se poderá repetir também noutras ocasiões. Mas parece-me que esta foi muito oportuna de trazer aqui todo este corpo que constitui o dispositivo de Proteção Civil no nosso concelho e também para lá das fronteiras mesmo do nosso concelho. Uma palavra também de cumprimento para todos os presentes, para os nossos convidados à Assembleia Municipal. Para lhes transmitirmos também aqui um incentivo neste início de um período crítico de incêndios florestais. É isso que também vos queremos... é sob esse desígnio que venho também aqui dar-vos essa palavra, de vos incentivar, de nos manifestarmos disponíveis também para toda e qualquer boa colaboração que julguem

necessária porque, de facto, entre nós, aqui na Assembleia Municipal, existem muitos Presidentes de Junta de Freguesia que são atores essenciais, cremos também, no terreno e que permitirão também, numa boa articulação e numa boa cooperação, dar boa resposta, dar a melhor resposta possível também, em conjunto convosco, nessa luta desigual que se trava no combate aos incêndios. Finalmente, também para referir e manifestar essa preocupação que também me ficou, à semelhança do Prof. Henrique Monteiro, com as palavras do Comandante Sequeira e com aquilo que é, neste momento, as dificuldades, cada vez mais sentidas, para termos voluntários nos Corpos de Bombeiros. Sendo certo que o voluntariado é a parte mais significativa do dispositivo de Proteção Civil a nível nacional, que é muito assente nos Corpos de Bombeiros Voluntários, essa é, obviamente, uma matéria que constitui grande preocupação. E existe, deve existir também da parte de todos nós, seja do Município da Guarda, seja na transmissão dessa preocupação junto do Estado Central, essa preocupação com essa perda de voluntários, com a necessidade de tentar inverter essa tendência, de tentar também conferir algum tipo de regalias a quem possa ser voluntário de modo a que também as pessoas entendam isso como uma prestação corresponsável, ou seja, que dão mas também recebem algo em troca, quando na realidade isso pouco acontece. E também manifestar essa importância de caminhar, cada vez mais, no sentido de mais profissionalização também nos Corpos de Bombeiros, de caminhar cada vez mais no sentido de que o Estado Central assumira a responsabilidade pelas equipas de intervenção permanente, ao contrário daquilo que vem acontecendo transmitindo essas competências para os municípios e deixando os municípios, que estão muitas vezes depauperados já, ao nível das suas finanças, com essa responsabilidade de assumirem os custos com essas equipas de intervenção permanente. Termina, por isso, senhora Presidente da Assembleia Municipal, apenas com essa palavra que já tive aqui no interlúdio do meu discurso, de muito incentivo para essas forças de Proteção Civil, muito incentivo também para os Presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente das Juntas de Freguesia rurais, para que, em boa articulação, consigamos que este verão seja um verão calmo ao nível daquilo que é a área do concelho da Guarda e que os resultados sejam satisfatórios quando em setembro nos voltarmos a reunir nesta Assembleia Municipal. Muito obrigado.

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Deputado Agostinho, por favor. “ -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Exma. senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Antes de mais, eu quero saudar as intervenções que aqui foram produzidas e, em nome do Grupo Parlamentar do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, agradecer o empenho e a bravura que prestam sempre na atividade que desenvolvem, muitas vezes com o risco e o sacrifício da própria vida. Mas, mais do que palavras de circunstância, porque essas levam-as o vento, eu queria aqui abordar uma questão muito concreta. Ainda bem que temos vindo a fazer o nosso trabalho relativamente a estas matérias e um trabalho diário. Porque, relativamente a esta questão, que saudamos, esta iniciativa, uma excelente iniciativa da senhora Presidente, mas fomos apanhados aqui um pouco de surpresa quanto a isto. Mas, ainda assim, e porque temos realizado o nosso trabalho, eu gostaria de aqui dizer que na visita que fizemos à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Egitanenses e na conversa que tivemos com o Engenheiro Carlos Gonçalves e com o Comandante do

Corpo de Bombeiros Paulo Sequeira, houve e há um tema que não vamos deixar cair e que tem a ver com a necessidade de uma equipa de Intervenção Permanente para a Guarda. E é algo extremamente importante. São equipas profissionais e esta será uma batalha que apenas largaremos quando estiver concretizada. São equipas que são pagas 50% pela Câmara Municipal e 50% pelo Estado. Neste momento, as lacunas são preenchidas por voluntários e, portanto, basicamente implica aqui o pagamento de salários. É algo extremamente importante, é algo decisivo e é algo que não tem a ver apenas com a época dos incêndios porque, e também com a noção que ficámos, já a tínhamos mas também reforçámos dessa visita que fizemos, a atividade do Corpo de Bombeiros não se limita à época de incêndios, que obviamente é importante mas não se limita a isso. Têm um trabalho diário que a comunidade deve acarinhar e deve acompanhar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passava agora a palavra ao senhor Deputado Marco Loureiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Bom dia. Muito obrigado, senhora Presidente. Bom dia a todas e a todos os presentes, aqueles que nos acompanham via Internet, Órgãos de Comunicação Social, respetivos Presidentes de Junta, Deputados e Deputadas, respetivas Entidades e Autoridades aqui presentes. Começaria por dizer que esta iniciativa foi boa, felicita-se. Mas, como certamente perceberão, e já aqui foi dito, fomos apanhados de surpresa. E porque é um tema com um grau de importância, parece-me que não posso ficar apenas por questões que são as mais básicas. E, por isso, não vou sequer questionar nenhuma das pessoas que aqui esteve a falar, e muito bem. Apenas felicitar o vosso empenho, como já foi dito anteriormente. O Bloco de Esquerda acompanha, desde sempre, a ação dos agentes de autoridade e proteção relativamente aos fogos e à segurança das populações. E, no momento concreto, se tivéssemos tido outra, se calhar, com outra antecipação, se calhar tínhamos trazido algumas questões mais técnicas que seriam importantes depois, por quem aqui fez as apresentações, que fossem esclarecidas. Como isso não aconteceu, não vou, de forma alguma, estar aqui a inventar só para parecer bem. Queria felicitar mais uma vez e queria, também, dizer que é com grande orgulho que o Bloco de Esquerda aqui pode dizer, nesta casa da Democracia, que sempre esteve ao lado das autoridades de proteção para com os bens e para com toda a população e, por isso, terão, da nossa parte, é isto que me compete dizer, sempre todo o apoio necessário, quer localmente, quer como força política que está representada na Assembleia da República e, por isso, também tem o seu peso de influenciar positivamente as decisões que venham ao encontro dos interesses destas forças de autoridade e proteção. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Muito bom dia a todos. É com muito prazer que eu vi os senhores que vieram aqui ensinar-nos. Fiquei mais esclarecido. Fiquei mais consciente dos problemas e pensar que esta região sofre de um mal que a destrói, que é a desertificação, ou o despovoamento, aquilo que quisermos. É isso que faz faltar os voluntários, é isso que faz faltar gente nas aldeias e nos campos para cultivar os campos, para os tornar mais capazes de não serem incendiados. E isso tudo nos preocupa. Preocupa os Bombeiros, preocupa a sociedade civil, que aqui nós representamos.

Preocupa-nos a todos, porque isto é um despovoamento de uma área importante no nosso país que fica à mercê de catástrofes, que alguns dizem naturais e não são naturais. Não são naturais porque é o homem, na sua atividade política de esvaziamento do interior, que provoca todos estes problemas. Claro que existem estudos e eu tenho conhecimento de alguns estudos, pouco conhecimento, estudos sobre o software que permite descobrir para que lado é que vai o vento. Isso é muito importante porque eu há dois anos, ali em Pousade, sentimos que o vento que veio de Pousadinhos, passou por Pousade e acabou por ir para outra aldeia a que eu pertença, que é os Monteiros, e que aquilo foi muito rápido, as projeções de que ainda não se falou aqui, foi uma questão que nos... nem tenho palavras para dizer, confrangeu a todos. Ou seja, foi a impossibilidade de nós, enquanto cidadãos, conseguirmos perceber aquilo que estava a acontecer. Portanto, eu sei que há gente que está a estudar isso nos institutos de investigação. E ia fazer uma pergunta, já agora. Saber até que ponto é que os nossos Bombeiros têm acesso a essas investigações para permitir que se organizem no terreno para combater os fogos onde eles estão a acontecer. E muito obrigado por terem vindo aqui e fico muito agradecido e penso que todos nós ficamos agradecidos. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Só uma nota muito breve, para clarificar. O que se pretendeu aqui não era uma intervenção com perguntas, com respostas. Para isso poderemos sempre recorrer à possibilidade que temos de convocar uma Assembleia Extraordinária temática e, assim sim, faria sentido que tivéssemos oradores, tivéssemos preparação de temas, de questões, etc. Portanto, aquilo que se pretendeu aqui foi utilizar um tempo, que já vai longo como já todos perceberam, e que temos no Regulamento que é destinado ao público, que habitualmente não é utilizado, e em que nos dessem meia dúzia de esclarecimento, algumas dicas e algumas informações, até para que todos nós, os cidadãos, fiquemos um pouco mais tranquilos, se é que alguma tranquilidade nos pode advir porque, tal como nos disseram, as alterações climáticas e as condições climatéricas podem alterar qualquer tipo de intervenção que esteja prevista. Mas, portanto, o objetivo foi esse. Não foi propriamente de uma Assembleia Extraordinária temática. Eu perguntava, só muito rapidamente... peço desculpa, falta o senhor Presidente. Senhor Presidente, peço desculpa. Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Bom a dia a todos. Cumprimento a Exma. senhora Presidente da Assembleia, Digníssima Mesa, cumprimento os senhores Vereadores, os senhores Deputados, cumprimentos os Técnicos também aqui da Câmara Municipal e, em especial, os representantes das Autoridades de prevenção e segurança das populações que aqui estão hoje representadas nesta iniciativa importante para divulgar efetivamente aquilo que é a ação concreta de cada uma das forças de segurança que aqui está representada, designadamente pelos Bombeiros da Guarda, também a Proteção Civil e também pelo Comando Territorial da GNR, através dos seus representantes, o Major Saraiva, o Comandante Sequeira e o Comandante Fonseca. Na verdade, a palavra de ordem é a prevenção. Estamos todos de acordo porque sem prevenção, de facto, a situação e a consequência final é já uma solução mais difícil de obter porque já estamos com o corpo a arder e nós efetivamente queremos evitar sempre que o resultado mais catastrófico exista e, para isso, nada melhor do que perceber o que está ser feito. E aqui uma palavra também de elogio e de referência porque a colaboração que tem existido entre todas as instituições de proteção civil da

Guarda com a Câmara Municipal da Guarda tem sido a mais profícua, tem sido a mais colaborante e recíproca e, por isso, dá-nos a confiança de que este é o caminho, este deve ser o rumo para, de facto, prevenir cada vez mais as catástrofes, prevenir cada vez mais os incêndios que prejudicam, efetivamente, aqui, o bem-estar das populações, a sua segurança e o desenvolvimento também do território. Para isso, e vou ser muito breve, convinha também referenciar aquilo que tem sido também a atuação da Câmara Municipal da Guarda. Foram vários os planos, ou, há um plano de proteção à floresta e de combate a incêndio que, desde logo, se corporizou, em 2017, com a aquisição de serviços de silvicultura, no valor de 330 mil euros, mas também no ano de 2018, não só esse serviço de silvicultura, mas também porque as condições atmosféricas assim o exigiram, uma intervenção de emergência que custou, numa primeira intervenção, 302 mil euros. Uma aquisição de serviços de silvicultura também nos incêndios, e face aos prejuízos e à instabilidade que criaram, foi necessário dar essa estabilidade aos terrenos, aos territórios, às vias, também se gastaram mais 206 mil euros e, também, o tratamento das faixas de gestão de combustíveis, no ano de 2018, no valor de 300 mil euros. No total, em 2018, cerca de 800 mil euros gastos pela Câmara Municipal. Mas também no ano de 2019, a execução das faixas gestão de combustíveis de 100 metros para cada lado das vias, cerca de 74 mil e 800 euros, mais a manutenção da rede secundária associada à rede viária municipal, 294 mil euros. Ou seja, no ano de 2017, 18 e 19, só nesta parte de intervenção da Câmara Municipal, foram gastos 1.5 milhões de euros. Mas, não ficou por aqui a intervenção da Câmara Municipal da Guarda. Foram realizadas, em colaboração com a Agência Portuguesa do Ambiente, diferentes intervenções urgentes em áreas afetadas pelos incêndios. Um projeto também de intervenção na área prioritária para a proteção de recursos hídricos, mas também medidas a implementar nas áreas ardidas a garantir a proteção dos recursos hídricos no valor de 1 milhão, 250 euros. É verdade que daqui há um montante que a APA ajudou a suportar de 963 mil euros, sendo que falta pagar 716 mil euros. Não falta pagar, o valor que nos cabe a nós, de 716 mil euros, falta pagar ainda 246 mil euros para concluir, efetivamente, este projeto. E para terminar, também, ao nível da candidatura aos incêndios, a substituição de sistemas de distribuição pública de água em várias freguesias e repavimentação em várias freguesias rurais do concelho, também aqui podemos dar nota que houve um gasto e um investimento de cerca de 987 mil euros, sendo que a cargo do Município ficaram 211 mil euros. Ou seja, a prevenção é, de facto, a palavra de ordem e nós estamos atentos, em colaboração com as diferentes instituições de proteção civil da cidade e do concelho, nós temos que, cada vez mais, afirmar o combate pela capacidade que temos, não só de realização e investimentos, mas também de ações concretas que valorizem essa proteção às populações e esse é um trabalho que também a Câmara Municipal tem desenvolvido nestes últimos três anos, desde logo também pela aprovação do Plano de Defesa da Floresta e Combate a Incêndios porque poucas Câmaras têm este Plano. Nós fomos pioneiros neste Plano. E, como sabem, as circunstâncias dos incêndios de 2017, muitos autarcas têm, de facto, alguma dificuldade em justificar a sua atuação, desde logo porque esse Plano não foi, de facto, definido por esses Municípios, coisa que não aconteceu na Guarda. E, por isso, também se deve muito à atenção, à responsabilidade, à capacidade de alerta que, e é esta relação colaborante que tem existido com as diferentes Instituições de Proteção Civil, o que também muito nos orgulha, o que nos dá esse espírito de confiança e que,

no futuro, continuaremos a manter, não só o investimento, mas também esta colaboração recíproca e ativa. Obrigado e disse tudo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu perguntaria, agora, então, aos três representantes se querem dizer uma palavrinha. Eu pedia-vos só é que fossem o mais sintéticos possível, por favor. Agradeço-vos. Senhor Comandante Fonseca, faz favor.” -----

- **Comandante Fonseca:** “Ok. Muito rapidamente, então. Elucidar sobre o SIRESP que está na ordem do dia. O SIRESP é um conjunto de equipamentos mas também um conjunto de procedimentos e, por vezes, as comunicações falham também porque não é gizado um plano de comunicações devidamente adequado às circunstâncias. E, portanto, a nossa manipulação, a nossa operação dos equipamentos é extremamente importante. Mas, dizer-vos o seguinte, nós temos um sistema redundante de comunicações de VHF, que é a designada banda alta, que todos os Corpos de Bombeiros têm e que também a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil tem. Portanto, se falhar o sistema SIRESP, nós continuamos a funcionar com o sistema VHF que está apoiado em repetidores colocados no distrito da Guarda e que não dependem de uma operadora, nem sequer estão interligados através de fibra ótica, tal como acontece no SIRESP. Também dizer-vos que as capacidades do SIRESP no distrito da Guarda foram reforçadas com a atribuição de um veículo, com capacidade de comunicação via satélite, que está operado pela força agora designada de Proteção Civil, que era a Força Especial de Bombeiros. Este veículo está estacionado no distrito da Guarda e servirá para reforçar o sinal ou para, em caso de haver estações de SIRESP terrestres que tenham sido afetadas, este veículo vai para o local e a partir do ao passado que temos essa capacidade de fazer a transmissão para o exterior via satélite. Também, por último, dizer-vos que, de facto, a prevenção é extremamente importante. Mas corremos o risco, que é o que está a acontecer, é que, o combate, como é muito visível e contribui para a imagem das instituições, é muito apetecido por outras entidades. E temos entidades que se andam a acotovelar uma vez mais para aparecer no combate, ignorando que a prevenção é que é o nosso esforço principal. E, portanto, é preciso que nós não caiamos nesse erro de tentar aparecer no combate porque, aparecendo no combate, sabemos que aparecemos na televisão. E eu devo dizer-vos que quanto menos vezes aparecer na televisão, melhor para mim. Não é esse o meu desiderato. Muito obrigado a todos.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Comandante. Senhor Comandante Sequeira, faz favor. Pedia-lhe também...” -----

- **Comandante Paulo Sequeira:** “Muito rápido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada.” -----

- **Comandante Paulo Sequeira:** “Muito rápido, apenas para duas situações. Primeiro, os jovens. Os jovens porque nós temos uma vertente jovem sempre presente no nosso Corpo de Bombeiros e trabalhamos, à nossa forma, os jovens. O Município tem o Conselho da Juventude. O desafio pode ficar pelo Conselho da Juventude trabalhar o voluntariado nos Bombeiros também. E, agregado ao Conselho Municipal da Juventude, as freguesias juntarem-se a isto. Porque cada um tem a nossa ideologia política e eu, enquanto falei aqui da falta de voluntariado, não quero misturar aqui nada disto. Quero apenas dizer que, dos jovens que temos, ainda há muito a fazer. Daqueles que temos, ir

buscá-los. Porque apesar de estarmos a ficar desertificados, ou não, e eu não quero imiscuir-me em nada disto, é trabalhar com aqueles que temos porque é o que temos cá e pedir o apoio às Juntas de Freguesia para nos ajudar a ir buscar aqueles que temos, porque é com eles que temos que trabalhar. Porque os que estão fora já não há nada a fazer para nós, que estamos cá e que temos que trabalhar e que temos que fazer a nossa missão. Portanto, a mensagem que fica é pedir o auxílio das Juntas de Freguesia para que ajudem os três Corpos de Bombeiros a recrutar, em conjunto connosco fazermos ações de recrutamento, ações de sensibilização de jovens, talvez baseando-se também no Conselho Municipal da Juventude. Não sei, fica a ideia, eventualmente. Mas desmistificar aqui um pouco isto para que não fique esta ideia. Depois, e fazendo aqui um paralelismo porque foi levantado e permitam-me porque não podia deixar de o fazer enquanto Comandante do Corpo de Bombeiros da Guarda. A realidade da Equipa de Intervenção Permanente do Corpo de Bombeiros. Nós temos uma. Os outros Corpos de Bombeiros têm um cada uma. E, para desmistificar também, nunca ninguém irá ouvir o Comandante do Corpo de Bombeiros da Guarda, aqui ou em qualquer outro local, falar menos bem de um outro Corpo de Bombeiros meu vizinho, ter Equipa de Intervenção Permanente. Porque todos temos direito a ter. Aquilo que alguém ouviu ou ouvirá dizer, é que nós precisamos de mais. Também desmistificar que foi isso que foi dito às visitas, de um ou outro partido, que estiveram no nosso Corpo de Bombeiros, é dizer as necessidades que nós temos. E a verdade é que uma Equipa de Intervenção Permanente, decidida politicamente, pouco técnica, mas politicamente, eventualmente por alguém do Governo, uma Equipa de Intervenção Permanente para 95% da população da Guarda, para 86% da área geográfica do Município, por amor de Deus! É por em causa o socorro da população. É apenas isto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Comandante. Senhor Major Saraiva, pretende? Não? Muito bem. Muito obrigada. Fica aqui então o apelo ao voluntariado. Compete-nos a nós todos, também, enquanto cidadãos, enquanto Presidentes de Junta, incentivar os jovens mas também os menos jovens, já agora, senhor Comandante. Porque os jovens sim, mas há menos jovens muito capazes e muito...” -----

- **Comandante Paulo Sequeira:** “Até aos quarenta anos...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Então são jovens, pronto. Retiro o que disse. Até aos quarenta são jovens. Compete-nos a nós todos, dizia eu, incentivarmos aos nossos jovens a colaborar com os Bombeiros e a voluntariarem-se nesta atividade que é tão útil para todos nós. Resta-me agradecer, reconhecida, a vossa colaboração e a vossa resposta ao convite que vos dirigi. Agradeço em meu nome pessoal e em nome da instituição que aqui represento, da Assembleia que representa os cidadãos todos da Guarda. Acreditem que fiquei bastante sensibilizada porque desde a primeira hora, em todos os contactos que fiz, disseram logo, sim senhora, estaremos presentes e é sempre um gosto recebê-los aqui. Esta é uma casa, como disseram, da democracia. Estará sempre aberta para vós, sempre que queiram dirigir-se aos cidadãos, poderão sempre contar com a disponibilidade da Assembleia. Agradecer-vos também os esclarecimentos que aqui prestaram e muito obrigada e, à moda beirã, bem-hajam. Muito obrigada. ---- Bom. Passemos, então, agora, aos nossos trabalhos. Antes de entrarmos no PAOD, fazemo0s a aprovação da ata da última sessão desta Assembleia, de 15 de abril de 2019.

Eu pedia era que não se levantassem agora porque vamos votar a ata da última reunião. Desculpem. São dois minutos. Um minuto.” -----

-----**Resultado da votação da ata do dia quinze de abril de dois mil e dezanove.**-----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos, então, agora, à semelhança daquilo que já aconteceu na sessão anterior, à leitura dos documentos. Como sabem, têm seis minutos para fazerem a leitura dos documentos apresentados e, pela ordem que eu aqui tenho, começamos pela CDU. Mas o senhor deputado Aires Diniz não está, se calhar, trocamos aqui um pouquinho a ordem e dava a palavra, então, ao CDS, ao Grupo do CDS, para fazer a leitura dos documentos. Começamos por uma Moção de alargamento da ARU e criação de novas áreas de reabilitação urbana. Temos, depois, um Voto de Protesto pela Degradação da A25 e A23 e, a seguir, uma Recomendação, o IP5 da Câmara Municipal da Guarda. Como? Temos mais uma, é verdade. Temos mais uma Recomendação, que é a colocação de barreiras nos degraus da Praça Luís de Camões e temos, também, uma pergunta. Portanto, passava-vos a palavra para fazer a leitura. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Mais uma vez. Muito obrigado. Cumprimento todos os presentes. «Moção: Alargamento da ARU e criação de novas Áreas de Reabilitação Urbana. As Áreas de Reabilitação Urbana visam delimitar áreas de edificado urbano em conformidade com o disposto na alínea a), do artigo 14.º, do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto, e alterado pelo Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, bem como definir os respetivos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis, o Imposto Municipal sobre Transações Onerosas, que é o IMT, conferindo a delimitação da ARU aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre edifícios ou frações nela compreendidos, o direito de acesso a apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo de outros benefícios e incentivos ao património cultural. Considerando: o atual quadro de significativa degradação das áreas urbanas antigas por todo o concelho da Guarda; a existência em toda a área do território municipal de uma continuada insuficiência, degradação e obsolescência dos edifícios, nomeadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética e salubridade; o desenvolvimento de ações de reabilitação e de regeneração urbana devem constituir uma prioridade das políticas públicas locais; a operacionalização destas ações passa pela capacidade em preparar a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana. O Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Guarda que delibere: O alargamento da ARU, Área de Reabilitação Urbana, a atual, até ao limite da zona urbana da cidade da cidade da Guarda, assim como a criação de novas Áreas de Reabilitação Urbana que contemplem os aglomerados edificados de todas as freguesias do concelho para que, nas empreitadas de reabilitação urbana, os municípios possam usufruir dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o IMI e o IMT, bem como o acesso a todos os outros apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana, nomeadamente os que se referem ao IVA à taxa reduzida de 6%,

nos termos previstos no número 2.23 da lista I, anexa ao código do IVA, na redação em vigor.» Posso alterar a ordem, senhora Presidente? Senhora Presidente, posso alterar a ordem dos documentos?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe desculpa. Peço-lhe desculpa, que estávamos aqui a...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Posso alterar a ordem?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pode, pode. Leia o título.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Passava a ler a Recomendação. «Colocação de barreiras nos degraus da Praça Velha, da Praça Luís de Camões. A Guarda é uma cidade que apresenta enormes desafios à mobilidade pedonal, por razões que se prendem com aspetos particulares da sua orografia e com outros que resultam de barreiras arquitetónicas que surgiram ao longo dos tempos. A intervenção no espaço público urbano deve assegurar sempre a possibilidade deste ser utilizado por todos, incluindo pessoas idosas, com mobilidade reduzida ou qualquer outro tipo de limitação, de forma a que todos se sintam como elementos da mesma comunidade. O Estado e as Autarquias Locais, enquanto órgãos de proximidade, têm responsabilidade acrescida nesta mobilidade pedonal. Sabemos que a intervenção feita na Praça Luís de Camões, conhecida por Praça Velha, e que mudou de forma radical o seu aspeto, criou desníveis no pavimento que se assemelham a degraus, que não mantêm regularidade na sua altura e que se confundem no próprio lajeamento que foi feito neste espaço. Em tempos, existiram umas floreiras improvisadas para o local que procuraram corrigir um erro arquitetónico não previsto e que barravam os referidos desníveis, mas que foram removidas do local. Têm-nos chegado inúmeras notícias de acidentes ocorridos com cidadãos, alguns deles com gravidade que, inadvertidamente, caem nesta espécie de ratoeira que foi criada na praça. Com esta recomendação, pretende-se que a Praça Luís de Camões seja, cada vez mais, uma referência de mobilidade e de segurança na cidade da Guarda e, nesse sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP recomenda à Câmara da Guarda que avalie e estude a possibilidade da colocação de uma modelo de mobiliário urbano bem enquadrado do ponto de vista arquitetónico ou, em alternativa, uma alteração ao pavimento da Praça Luís de Camões, tornando-o, desta forma, regular e seguro.» Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu perguntava... é? Então, faz favor. Eu pensei que não queriam ler mais. Muito bem. Qual é que vai ler agora? Vai ter que escolher porque não vai conseguir ler todas.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, já emagreci isto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já emagreceu. Pois, já percebi. Mas qual é que vai ler agora?” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É o IP5 da Câmara Municipal da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Recomendação? Ok. É a Recomendação, o IP5. Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito bom dia a todos. «O troço do IP5, que liga a Guarda ao Porto da Carne, que passou, no tempo da governação socialista, da alçada da Estradas de Portugal para a da Câmara da Guarda, está a revelar-se um elefante branco, porquanto a sua extensão e tráfego aceleram a sua degradação e os parques cofres da autarquia impedem a sua manutenção adequada. Em dias de chuva são frequentes os acidentes nas suas curvas no sentido ascendente. A razão prende-se principalmente com a acumulação de óleos no pavimento. No entanto este é um troço importante de ligação do vale do Mondego à cidade, pelo que tem um tráfego apreciável. Por outro lado, as bermas apresentam-se sujas e, no sentido descendente, há uma clara falta de manutenção das saídas de emergência. O grupo municipal do CDS-PP vem assim recomendar à Câmara que faça a limpeza adequada e regular das bermas e das gorduras no pavimento do IP5, bem como das saídas de emergência por forma a evitar acidentes que poderão ser graves.» Posso continuar? Agora é o Voto de Protesto.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem 55 segundos. Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu consigo. Eu consigo. «Degradação da A25 e A23. As ex-SCUT, que servem a nossa região, apresentam-se cada vez mais degradadas, por determinação das políticas da Troika que obrigaram a renegociar os contratos de alto rendimento para os concessionários. O problema é que, para pouparem umas dezenas de milhões numas décadas, cortaram nos programas de manutenção destas vias. Em resultado deste mau negócio temos as autoestradas mais caras do país com as piores condições de circulação. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, conhecedora da deficiente manutenção, delibera: Apresentar ao Governo, ao Senhor Ministro, Pedro Nuno Santos, às empresas concessionárias, Globalvia e Ascendi, um voto de protesto pela falta de manutenção e/ou de adequada manutenção da A23 e da A25; Concomitantemente, pedir que sejam tomadas medidas urgentes no sentido de serem feitas adequadas intervenções nos pisos destas vias, como forma de garantir a circulação de pessoas e bens nas necessárias condições de segurança.» Pergunta. Só a pergunta...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Na muche! Falta-lhe a pergunta. Depois pergunta.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Gosto de cumprir. «Pergunta...” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Não pergunta agora. Terminou o tempo, terminou o tempo. Peço desculpa.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Senhora Presidente, eu sou cumpridor. A pergunta são 10 segundos. Não me diga que não me vai deixar falar. Eu sou dos mais cumpridores... 10 segundos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vocês são dos mais incumpridores. Mas vá. 10 segundos.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “10 segundos. «Para quando está prevista a conclusão efetiva das obras e a disponibilização do Parque Municipal para os turistas que diariamente batem com o nariz na porta?» Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Muito bem. Alguém pretende intervir sobre estes documentos apresentados pelo CDS? Temos o senhor Deputado Rui, o senhor Deputado Tiago. Mais alguém? Mas pense rápido, senhor Deputado. Muito bem. Então, comecemos pelo senhor Deputado Rui Ribeiro porque penso que foi o primeiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Começo por cumprimentar os distintos membros da Mesa, na pessoa da senhora Presidente, a Câmara Municipal, também na pessoa do senhor Presidente da Câmara, os meus colegas Deputados e os senhores Presidentes de Junta, os Técnicos da Autarquia aqui presentes e os representantes da Comunicação Social. Relativamente à Moção que aqui o CDS nos trouxe, do alargamento da ARU e analisada esta proposta, entendemos que um alargamento não seletivo da área de reabilitação urbana, terá como consequência inevitável privar a autarquia de uma fonte de receita. Por outro lado, reconhecemos que tal medida pode ter um efeito indutor na requalificação do edificado e, portanto, a Bancada do PS, na Assembleia Municipal, vai-se abster na votação desta Moção. Relativamente à Recomendação sobre as obras no IP5, atendendo a que estamos a falar na segurança dos utentes das vias públicas e esta é sempre uma preocupação que devemos ter presente e que temos presente, votaremos favoravelmente esta Recomendação. Idêntica argumentação e idêntica posição adotaremos relativamente à colocação de barreiras nos degraus da Praça Luís de Camões. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente. Referir-me-ei apenas à Moção apresentada e ao Voto de Protesto, que são aqueles que carecem de ser votados por nós aqui nesta Assembleia. Para dizer que, concordando com aquilo que acabou de dizer o Deputado Rui Ribeiro, também entendemos que o alargamento da ARU é algo importante, aliás, está a ser estudado pelos técnicos do Município no sentido de serem criadas novas Áreas de Reabilitação Urbana aqui na Guarda e mesmo em alguns aglomerados rurais, mas não se pode fazer aqui um alargamento indiscriminado daquilo que é a Área de Reabilitação Urbana. E, por isso, aquilo que é o nosso entendimento, e que pediríamos até ao CDS que alterasse a Moção nessa conformidade, pois, assim, julgo que poderá obter o consenso desta Assembleia, é que fosse votado aqui o alargamento da ARU, mas sem dizer aqui: até ao limite da zona urbana da cidade e em todos os aglomerados edificados de todas as freguesias do concelho. Ou seja, que pugnássemos aqui todos, Assembleia Municipal, por um alargamento da ARU dentro do âmbito daquilo que for estudado e bem estudado, pensamos, pelos técnicos do Município da Guarda e, dentro daquilo que conseguir ser submetido também, para aprovação, pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e pela própria CCDR Centro. Porque, se assim for, julgo que esta Assembleia, como um todo, aderirá ao conteúdo desta Moção. Agora, esta análise indiscriminada, de crescimento da ARU, é que julgo que não poderá ser aceite. Relativamente ao Voto de Protesto em relação à A23 e A25 e ao estado em que elas se encontram, o Grupo Municipal do PSD adere, naturalmente, a essa Moção e a esse Voto de Protesto salientando que, neste momento, o estado, nomeadamente da via do lado direito de cada uma destas autoestradas, aquelas onde preferencialmente os cidadãos devem circular, é absolutamente lamentável o estado em que se encontra

nas duas autoestradas e carece, naturalmente, de uma revisão muito rápida por parte das concessionárias. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, só, relativamente à IP5 da Câmara Municipal da Guarda, dizer que o concurso está praticamente no fim. Todos os anos é objeto de uma intervenção e, por isso, não está ao abandono. Mas é verdade que o processo de limpeza daquela via está praticamente concluído e, brevemente, contamos com uma intervenção nesta via. Relativamente à Praça Luís de Camões, de facto ela já é uma praça com mobilidade facilitada, mas tem essa limitação e estamos a pensar numa solução mais adequada em termos estéticos para, de alguma forma, proteger o acesso das pessoas naquelas saliências e, ao mesmo tempo, também, embelezar a praça. Ao mesmo tempo que pensamos, também, dividir ali aquelas esplanadas e criar ali uma situação de divisão, que identifique um lado e o outro dos estabelecimentos comerciais que ali desenvolvem a atividade. Relativamente ao parque de campismo dizer que, se formos hoje ao parque de campismo, vemos lá a execução das obras e, nós abriremos imediatamente o parque de campismo, logo que as obras terminem. Mas elas estão em curso. Houve dois procedimentos. Há um procedimento que não correspondeu, na sua globalidade, àquilo que eram as necessidades que nós tínhamos pedido. Houve também uma reformulação do primeiro concurso, mas aí houve, de facto, uma limitação e uma perda de tempo. Mas, o prazo que está a ser cumprido, de acordo com o segundo concurso que lançámos, ou por outra, o segundo concurso que lançámos, os prazos estão a ser escrupulosamente cumpridos. Logo quer terminemos as obras, abriremos o parque de campismo. Obrigado, Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Presidente. A Bancada... faz favor. Nomeadamente quanto à questão levantada pelo Grupo do PSD.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom. Eu ouvi as intervenções e queria dizer ao senhor Deputado Tiago Gonçalves. Nós andamos aqui a discriminar umas freguesias em relação às outras, em termos de lhes ser criada uma zona ARU, eu, não me parece bem. Aliás, eu acho que o panorama é um pouco igual por todas as freguesias. Todas as freguesias hoje têm muito património construído que está em lastimável situação de manutenção. Para além das dinâmicas que isso cria em termos económicos e é dinheiro que fica no bolso das pessoas. São cerca de 17% de IVA que fica no bolso das pessoas que não vêm para os cofres do Município. Aquilo que resulta em termos de perda para os cofres municipais não é muito significativo, porque para haver benefícios em termos de IMI... mas pronto, perde o Município mas também ganham os cidadãos. Para haver um ganho ou uma perda em termos de cobrança de IMI, tem que haver uma alteração significativa na classificação energética dos imóveis. Eles têm que subir dois níveis. Portanto, agora é assim. Se me disserem que no alargamento da ARU existente a toda a zona urbana, até ao limite da zona urbana da cidade da Guarda, se há algum impedimento legal, é pá, pronto, podemos, de alguma forma, reformular isto aqui. Agora, nas freguesias rurais eu penso que não há nenhum Presidente de Junta que não queira ter uma ARU na sua freguesia rural e ver os seus fregueses beneficiarem

destas situações que, como digo, na questão do IVA é muito importante. São 17% no valor de uma obra. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Resumindo... alteram ou não alteram?” -

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É assim, eu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Objetivamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Relativamente ao alargamento a todas... à criação de uma ARU em todas as freguesias rurais, não altero.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não alteram.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Em relação à questão da zona urbana, se realmente houver impedimentos legais que digam, é pá tem que ficar aqui uma parte de fora... Nós vamos para Alfarazes vemos o panorama. Vamos ali para...” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim. Rapidamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...o Mileu vemos o panorama. Vamos para a Estação da Guarda vemos o panorama dos edifícios...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, já percebemos. A alteração quanto às freguesias não. Quanto à retirada da palavra limite sim, com a salvaguarda de que só aceitam isso se houver impedimento legal. É isso? É isso? Muito bem. Então, é isso que passamos a votar. Pomos à votação então esta Moção do alargamento da ARU, com estas condicionantes. O Grupo Parlamentar do CDS mantém tudo quanto às freguesias. Relativamente ao alargamento da zona urbana da cidade, retiram o limite mas apenas com a salvaguarda de que haja impedimentos legais até ao limite da zona urbana da cidade toda. É isso? Pronto. Passemos à votação, então. Quer dizer alguma coisa, senhor Deputado? Muito rapidamente, então. Faz favor. Senhor Deputado Tiago.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Acho que, senhora Presidente, acho que temos que ter aqui uma noção também de alguma responsabilidade quando estamos a ver aqui estas coisas. E, nomeadamente na parte que diz respeito aos aglomerados globais, não é uma questão apenas e tão só de dizermos que os aglomerados rurais merecem, ou não merecem, ter uma ARU. É a questão daquilo que isso significa em termos de projeto. Ou seja, da parte da Câmara Municipal da Guarda teria que haver um investimento porque para se fazer uma ARU como se fez aqui no Centro Histórico da Câmara Municipal da Guarda, o projeto para a ARU... eu posso estar aqui a dizer uma coisa absolutamente louca, mas terá custado mais de 100 mil euros só fazer isso e submetê-lo para apreciação do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana. Agora, imaginem o que é fazer isto em cada uma das Freguesias do Concelho. Não é? E, portanto, aquilo que eu acho, e volto a fazer esse alerta porque, se não, é meu entendimento e eu irei votar contra e não sei o que é que fará o resto da Bancada do PSD, mas eu, de facto, apelo a isso, é que deixássemos isto do ponto de vista de - entendemos todos que o alargamento da ARU é algo importante, mas sem colocar aqui nenhum tipo de constrangimentos e permitindo aos técnicos do Município que avaliem e estudem quais são, em cada momento, as melhores situações e a melhor forma de proceder a esse

alargamento da ARU. E se for assim, naturalmente votaremos a favor da Moção apresentada pelo CDS. E, se não for assim, naturalmente não poderemos ser irresponsáveis ao ponto de votar a favor de uma Moção que vai onerar, desta maneira, os cofres do Município da Guarda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Faz favor. Eu pedia-vos era que não... a Moção está como está. Ou aceitam alterar, ou não aceitam alterar. É porque senão estamos aqui a alterar palavra a palavra e não saímos da primeira Moção.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É importante ou não é importante...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Rapidamente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...essa questão do custo financeiro acho que se dilui claramente nos benefícios que traz para a economia do Concelho e nos benefícios que traz para os bolsos de todos os munícipes, nomeadamente das freguesias. Agora, se vamos alterar a esse ponto o documento, isto é desvirtuá-lo por completo....” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem....”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... e aliás, e nas freguesias, um projeto da ARU numa freguesia não custa o mesmo que custa na freguesia da Guarda.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Já entendemos isso. Diga-me só, alteram ou não alteram? Não? Mantém a redação que está. Muito bem. O que vai ser votado é a redação que está. Relativamente ao limite salvaguardando os impedimentos legais. Muito bem. Toda a gente esclarecida? Não há dúvidas quanto a isso? A redação fica exatamente como está. A única alteração é que retiram, quando dizem aqui que o alargamento é até ao limite da zona urbana da cidade da Guarda, só não será até ao limite se houver impedimento legal. É isso. Muito bem. É isso que está á votação. Claro, como é óbvio. Como é óbvio. É isto que está à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Alargamento de ARU e criação de novas Áreas de Reabilitação Urbana** -----

- *Rejeitada, por maioria*, com quarenta e quatro votos contra, catorze abstenções e três votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos agora... sim, faz favor. Um Voto de Protesto? Uma Declaração de Voto. Faz favor, senhor Deputado Aragão.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Bom dia. O motivo pelo qual eu votei contra foi que não é exequível aquilo que estavam a pretender fazer. O alargamento às freguesias podia ser uma coisa muito importante mas no âmbito de outro programa, não neste. Porque se estamos a falar em Áreas de Reabilitação Urbana, nós temos uma delimitação dos perímetros urbanos das freguesias em 12. Portanto, estamos a falar, como ainda ontem no debate que aconteceu nesta sala, de mais de 150, portanto, não tinham qualquer hipótese de aplicar. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora a votação do Voto de Protesto «Degradação da A25 e A23».” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Protesto** -----

----- **Degradação da A25 e A23** -----

- *Rejeitado, por unanimidade*, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. O resto é a Pergunta. Sim? Uma Declaração de Voto relativamente a esta... sim, faz favor senhor Deputado Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Queria apenas informar que o Bloco de Esquerda votou favoravelmente este Voto de Protesto. Contudo, não podemos esquecer e relembrar aqui. Felicitamos o CDS, já não é a primeira vez, por se relembrar da degradação dos pisos da A23 e A25. Contudo, não posso, de forma alguma, relembrar também quem assiste a esta sessão e àqueles mais esquecidos, que antes mesmo de o Governo ser liderado pelo PS, o CDS/PP fez parte de um Governo junto do PSD. Em momento algum, nesta mesma casa, o CDS/PP contestou a degradação que era constante dessas mesmas vias. É bom não se lembrarem apenas agora. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor, para a leitura dos seus documentos. O senhor seria o primeiro a fazer a leitura, mas quando ia chamá-lo não estava na sala por isso é que começámos pelo CDS. Mas, faz agora.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Peço desculpa, mas tive uma necessidade urgente. Eu vou aqui ler duas Moções. Tenho seis minutos, não é?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem seis minutos para ler e eu leio os temas. A primeira é «Água pública ao serviço de todos» e a segunda é «Pelo direito das populações ao transporte público acessível e económico». Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “ «A água é o principal constituinte celular, serve de meio de transporte dos nutrientes e está envolvida em todas as reações metabólicas do organismo. A água é por isso essencial para a regulação da temperatura corporal e para o normal funcionamento dos órgãos, pois quando não existe um consumo adequado de água a concentração e a capacidade de memorizar diminuem. Um consumo diário e adequado de água é essencial para o desempenho intelectual na escola ou no trabalho, para a saúde e bem-estar. Mas, o consumo de água engarrafada pode contribuir para maior gasto de energia, para aumentar as emissões de CO2 e para a produção de resíduos de plástico que é nefasta para o meio ambiente. É por isso necessário que existam pontos de água para consumo humano acessíveis e a funcionar nos locais públicos. A percentagem de água segura em Portugal Continental é de 98,65%, um valor considerado de excelência. Contudo, infelizmente no nosso concelho, o Rio Noeme está mortalmente poluído, correspondendo a um desperdício evitável de água, mas que só podemos ultrapassar com a sua despoluição. Assim, para aumentar a acessibilidade a este bem público, a CDU - PCP/PEV propõe que todos os fontanários públicos estejam ao serviço das populações e sempre com vigilância da saúde pública. De facto, quando a água não está disponível no espaço público, há uma tendência natural para a substituirmos por outras bebidas mais caras, ricas em açúcares e com um impacto ambiental muito maior, sendo ainda menos saudáveis. Sabemos ainda que o consumo de água canalizada pode contribuir para: Reduzir o gasto de energia; Diminuir as

emissões de CO₂; Diminuir a produção de resíduos plásticos para o meio ambiente. Por tudo isto, importa promover o consumo de água pública e o seu fácil acesso em locais públicos. E como a excelência da intervenção do Poder Local também passa pela defesa da água pública de qualidade ao serviço de todos, reivindicamos a despoluição do Rio Noeme.» -----

Agora vou passar para a segunda Moção. «Pelo direito das populações ao transporte público acessível e económico. Considerando que a consagração do programa dirigido à redução tarifária (PART) na Lei do Orçamento do Estado para 2019 constitui um avanço de inegável significado; Considerando que cabe aos Municípios e às Comunidades Intermunicipais a responsabilidade de dar concretização prática a esta medida; Considerando que as verbas inscritas no PART carecem de reforço no futuro próximo, pelo que os Municípios devem considerar a afetação de meios não só à redução do tarifário, como ao alargamento da oferta, em particular quanto à ligação das freguesias à cidade e ao alargamento desta ligação para além do período escolar; Considerando que a Assembleia Municipal da Guarda no dia 15 de Abril aprovou uma Moção da CDU que já previa estes aspetos e, ainda, a necessidade de reforçar, a curto prazo, a oferta ferroviária pela contratação de trabalhadores e a reparação de material circulante e, a médio prazo, pela aquisição de comboios, eletrificação, modernização e expansão da rede pela conclusão das obras no troço Covilhã-Guarda. A Assembleia Municipal da Guarda, reunida em 26 de junho de 2019, delibera incumbir a Câmara de promover todos os procedimentos necessários para garantir que no território do seu município e, ainda, para que na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela existam em todos os Concelhos carreiras regulares de transportes públicos que sirvam trabalhadores, estudantes, jovens e idosos e sejam fatores de coesão e de dinamização económico e social da região.» E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Perguntava se alguém pretende intervir sobre estas duas Moções. Senhor Deputado Rui, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovando os meus cumprimentos. Para dizer que, relativamente à Moção da «Água pública ao serviço de todos», a Bancada do Partido Socialista acolhe os argumentos que sustentam a Moção da CDU, nomeadamente a sustentabilidade da promoção do consumo da água da rede pública cuja qualidade resulta de um elevado esforço financeiro da Autarquia, pelo que votaremos favoravelmente esta Moção. Relativamente ao «direito das populações ao transporte público acessível e económico», e tendo em consideração a relevância que o Partido Socialista atribui ao transporte público, evidente na recente medida de redução tarifária, por ser ambientalmente mais sustentável e economicamente mais eficiente, votaremos, igualmente, favoravelmente a Moção que a CDU nos trouxe. Obrigado.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente, apenas e tão só para referir que essa Moção sobre a água também merece a nossa adesão, com duas ou três ressalvas. Com uma ressalva, essencial. A dos fontanários públicos. Uma vez que os fontanários públicos, a Câmara Municipal da Guarda, já desde o tempo do Partido Socialista aqui no Executivo da Câmara Municipal da Guarda, vem assegurado os

fontanários públicos com água potável, desde que não garanta o abastecimento de água potável às populações. E, portanto, em múltiplas freguesias, já colocou nas mãos das próprias freguesias essa necessidade de garantir o abastecimento de água através dos fontanários públicos se assim o desejarem, sempre que, atenção, garantindo isso, sempre que todas as casas esteja assegurado o abastecimento de água às populações. Isso tem sido um esforço que tem sido feito também, que neste mandato ainda está a ser feito e, por isso, deve continuar e entendemos que a Câmara Municipal da Guarda deve continuar a fazê-lo nesse sentido e a garantir que os fontanários tenham água potável e vigiada apenas e tão só quando não seja garantido esse mesmo abastecimento público às casas dos nossos cidadãos. Quero também deixar uma palavra de muita solidariedade em relação àquilo que é dito em relação ao Rio Noeme. Porque a Câmara Municipal da Guarda tem feito um esforço que é conhecido de todos no sentido da despoluição do Rio Noeme mas, no entanto, e como ainda ontem se verificou, e continuam a existir focos e fontes de poluição, absolutamente gravosas, a invadir este Rio. E, portanto, não se pode estar a fazer um trabalho muito importante por um lado e esse trabalho a ser desfeito pelo outro, ao mesmo tempo, por entidades, sejam elas públicas ou privadas, que têm também responsabilidades no domínio ambiental, como temos todos nós. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Passamos, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Água pública ao Serviço de todos** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pelo direito das populações ao transporte público acessível e económico** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e dois votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos agora à leitura dos documentos entregues pelo Grupo Parlamentar do PSD. Temos uma primeira Moção «Pela instalação da Força Especial de Proteção Civil na Cidade da Guarda e fixação do futuro Comando Sub-Regional de Proteção Civil» e temos uma Moção sobre o «Centro Nacional de Educação Rodoviária». Quem faz a leitura? Muito bem. Então, senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor, para a leitura do documento.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Muito bom dia senhora Presidente da Mesa da Assembleia, restante equipa, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores, caros colegas Deputados, senhores Presidentes de Junta, trabalhadores desta casa, público, senhores Jornalistas e público que eventualmente esteja a ver em casa. Antes de começar esta minha intervenção, também dar os parabéns à senhora Presidente pela iniciativa que tomou hoje, que faz todo o sentido e, por isso mesmo, realçar essa sua ideia e concretização. «Responder, com elevado grau de prontidão, às solicitações de carácter emergente de proteção e socorro, a ações de prevenção e combate em cenários de incêndios, acidentes graves e catástrofes em qualquer local no território nacional ou fora do país e em outras missões do âmbito da Proteção Civil. Esta é a missão da Força Especial da Proteção Civil que, até meados de 2018, se encontrava sedeadada na Guarda e foi trasladada para a Cidade de Trancoso. Nesse momento essa mudança era provisória, mas está a transformar-se definitiva, situação pouco compreensível por

várias razões, a saber: - A localização geoestratégica da cidade da Guarda, a proximidade de dois eixos muito importantes, como são a A23 e A25, a linha férrea da Beira Alta e brevemente a Linha da Beira Baixa colocam-nos numa posição central para responder a situações em que o socorro tem que ser dado de forma mais rápida, bem como permite responder com prontidão a situações que possam ocorrer nessas vias de comunicação; - A proximidade a dois parques Naturais Serra da Estrela e da Malcata, duas importantes zonas verdes, de grande relevância ecológica que urge preservar; - As instalações onde se encontra sediada essa força são o antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Trancoso, tendo sido construído um novo por aquele não ter condições para os albergar, mas parece ter agora condições para ser a sede da Força Especial de Proteção Civil. Por outro lado, a reforma da Proteção Civil em curso prepara-se para extinguir os atuais Comandos Distritais da Proteção Civil transformando-os em Comandos Sub-Regionais no contexto das Comunidades Intermunicipais. A Guarda, sendo a única capital de distrito da CIM Beiras e Serra da Estrela, alberga neste momento o Comando Distrital da Proteção Civil e quer continuar a albergar o futuro Comando Sub-Regional a ser criado por força da entrada em vigor da Lei que procede à reforma da organização da Proteção Civil. Os motivos de natureza geoestratégica seriam suficientes para justificar essa tomada de posição mas, se tal não bastasse, sempre lhe acrescentaríamos os de natureza política, administrativa e histórica que fazem com que a Guarda possa reafirmar, de pleno direito, a sua vontade expressa de manter em funcionamento no concelho o futuro Comando Sub-Regional da Proteção Civil. Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 26 de Junho de 2019, delibera: - Pugnar pelo regresso e instalação definitiva da Força Especial de Proteção Civil, na cidade da Guarda, com carácter urgente, para assim poder servir de forma mais rápida e eficiente todas as ocorrências para que for chamada; - Afirmar a vontade expressa dos seus Órgãos Autárquicos de que se mantenha na Guarda o futuro Comando Sub-Regional de Proteção Civil a ser criado com a entrada em vigor da Lei que procede à reforma da organização da Proteção Civil.»

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Diogo, faz favor.”

- **Deputado Diogo Isidro (PSD):** “Senhora Presidente, Membros da Mesa, Membros do Executivo, colegas Deputados, Comunicação Social, Técnicos e Público aqui presente e a ver-nos em casa. «No passado dia 27 de Novembro de 2018 as comemorações do Dia da Cidade da Guarda foram presididas pelo Sr. Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita. Durante a sua intervenção, no decorrer da sessão solene, teve o mesmo oportunidade de anunciar a instalação na Guarda de um Centro Nacional de Educação Rodoviária, anunciando-o como um serviço de cariz nacional que iria ser instalado no nosso concelho. Decorridos oito meses sobre tais declarações, a verdade é que nada continuamos a saber sobre tal serviço e/ou perspectivas da sua instalação na cidade da Guarda. Enquanto eleitos locais, a instalação de um novo serviço público na nossa cidade é algo que valorizamos pela oportunidade que consubstancia em termos de geração de emprego, de importância estratégica e de visão para o futuro dos territórios de baixa densidade. Porém, e tendo em conta que o organismo público em causa não está definido em nenhuma Lei da República, que não se conhecem as suas competências, muito menos o quadro de pessoal que lhe estará afeto e tão pouco existem contactos com o Município da Guarda tendo em vista a sua instalação,

confessamo-nos desiludidos com a vacuidade da proposta apresentada. O mandato do Governo aproxima-se a passos largos do seu fim e o Governo tarda em dar corpo a esta promessa para o concelho da Guarda. Consideramos, por isso, necessário que o Governo clarifique o que pretende com a criação do Centro Nacional de Educação Rodoviária, que assuma esse compromisso com a Guarda através da sua criação por instrumento legislativo, defina as suas competências, quadro de pessoal e orçamento de modo a que tal organismo possa ver a luz do dia com a maior brevidade possível. Pela nossa parte, entendemos que um organismo desta natureza poderia agrupar competências educativas/formativas da Prevenção Rodoviária Portuguesa, do Instituto da Mobilidade e Transportes, Infraestruturas de Portugal e até da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária tornando-se, desse modo, um serviço essencial ao serviço da melhoria das competências dos condutores e da diminuição da sinistralidade rodoviária. Assim, a Assembleia Municipal, reunida em sessão ordinária, delibera: Interpelar o Ministro da Administração Interna questionando-o acerca do ponto de situação da criação do Centro Nacional de Educação Rodoviária no concelho da Guarda e formalizar a vontade do concelho em receber esse novo organismo público, esperando que o mesmo seja dotado de competências e quadro de pessoal adequado que permita tornar-se num serviço de referência no combate à sinistralidade rodoviária.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estas duas Moções? Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves:** “Muito obrigado. Relativamente à questão aqui levantada pelo Deputado Pedro Nobre, acompanhamos esta argumentação, acompanhamos esta fundamentação e sabemos que isto será uma questão política também, uma questão de disputa distrital porque, obviamente, isso acabará por acontecer. E, portanto, aqui acho que, além desta interpelação, além desta pressão política que devemos fazer, com argumentação e com fundamentação porque acho que isso também é muito importante e os meus parabéns por isso, mas há aqui também um papel que, jugo eu, e fique aqui esta sugestão, não sei se bem se mal, penso que bem, que a Câmara Municipal também deveria começar a pensar num local para esta instalação porque isso também pode ser um fator que permite, com maior facilidade, ainda reforçarmos mais esta argumentação e esta fundamentação. Quanto à questão do Centro Nacional de Educação Rodoviária, obviamente que também nos preocupa saber que foi anunciado há algum tempo e queremos também novidades relativamente a isso. Agora, o cariz que ele tem até posso compreender que demore algum tempo mais a ser pensado porque, por exemplo, o Centro Tecnológico Professor Carvalho Rodrigues também deve estar a demorar mais algum tempo por ter esse conjunto de características que, penso eu, e será por isso certamente a demora também por estas circunstâncias. No entanto, estamos aqui também solidários com esta questão e achamos muito bem que deva ser questionada a tutela, relativamente a esta situação, que se possa esclarecer. No entanto, posso aqui adiantar o seguinte. Será assinado, em breve, um protocolo entre o Governo e o Instituto Politécnico da Guarda que visa o desenvolvimento e a criação deste Centro Nacional de Educação Rodoviária que estará para breve. Mas, no entanto, também aderimos a esta preocupação e que se questione com esta informação adicional que aqui deixo. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que votaremos favoravelmente os dois documentos e dizer que um estadista pensa a nação, um político pensa na próxima eleição. E esta mudança que ocorreu com o serviço de Bombeiros da Guarda para Trancoso é espelho disso mesmo. É uma decisão política retirar a uma Câmara que não é da cor política para a uma Câmara da cor política. Relativamente ao Centro Rodoviário, é um pouco na linha daquilo que tem sido a tradição deste Governo, fazer anúncios sem concretizar nada. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Passamos então à votação. Senhor Presidente, faz favor.” --

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Relativamente aqui à Recomendação do Deputado Aires Diniz, dizer que, relativamente às carreiras regulares de transportes públicos, na verdade elas existem, vão ao encontro das necessidades das pessoas. Sendo certo que é um modelo que está implementado, pode ser sempre valorizado e aumentar a sua eficácia. Mas quero dizer-lhe que, até num contacto que tive com alguns Presidentes de Junta, eu utilizei aqui um critério. Vale o que vale, mas para termos uma noção clara daquilo que nós queremos fazer ao nível dos transportes. Se nós tivermos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ó senhor Presidente. Peço desculpa por interrompê-lo. Mas só para clarificar porque fiquei um bocadinho baralhada. Está a falar, não destas Moções do Partido Social Democrata, mas da anterior do... mas é isso? Não, não. Mas é isso? Só para clarificar. Então, não. Mas está a falar de qual? Dos transportes?”

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Dos transportes.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto. Convém é fazer as intervenções na... pronto, mas, muito bem. Se quiser... o que lhe pedia é que se quiser dizer alguma coisa sobre estas do PSD... pronto, então aproveita e fala... muito bem.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Falo já de tudo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, só para clarificar.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Ok. Muito bem. Obrigado. E, nesta matéria, dizia eu, que se tivermos dez pessoas, em média, garantidas numa carreira regular, nós fixaremos essa carreira com os horários necessários a que se estabeleça esta relação entre o meio rural e o meio urbano. O que acontece muitas vezes e tivemos essa experiência, tenho aqui um Presidente de Junta com a qual estabelecemos aí um protocolo de entendimento, para ver se era possível aumentar o número de pessoas para as carreiras regulares e, de facto, não foi viável. O que é que se fez? Nós temos alguns transportes de estudantes destas zonas rurais para as zonas urbanas e nessas situações, onde havia uma pessoa ou duas, nós fizemos esse transporte dessa pessoa ou duas nas nossas próprias carreiras. Também, entretanto, nós fizemos uma medida, ou tivemos uma medida que se implementou já há um ano a esta parte, naquilo que diz respeito à feira quinzenal, a Transdev pedia-nos um valor acrescido para fazer esse transporte e nós fazemos todas as quartas feiras, através dos nossos transportes

escolares, o transporte de todos os idosos, dos jovens, daqueles que quiserem deslocar-se à Guarda, vêm efetivamente através das nossas carreiras, quinzenalmente, à nossa cidade, e gratuitamente, para fazer e resolver os assuntos do seu interesse. Como disse, poderemos sempre evoluir mas, dentro daquilo que tem sido a necessidade que nos têm manifestado, nós temos dado uma resposta sem aumentar grandemente os custos, uma resposta às necessidades das pessoas, das diferentes faixas etárias, que nos propõem, de facto, e demonstram essa necessidade. Mas estamos abertos sempre a encontrar novas soluções. A água é um bem escasso, na verdade temos que, nesta economia circular, preservar este bem que é fundamental à vida das pessoas. Mas dizer que os fontanários públicos, de acordo com aquilo que são as regras estatutárias da concessionária, ou da concessão, não podem estar abertas desde que esteja salvaguardado o fornecimento das águas às famílias e às habitações privadas. O Rio Noeme, de facto, é uma questão principal. Nós temos apostado muito naquilo que diz respeito à despoluição destes rios, até porque queremos uma cidade da Guarda bioclimática, temos que valorizar aquilo que são os nossos recursos naturais. Mas dizer que, neste momento, cabe também, e o processo está em estudo pela ERSAR, logo que venha essa resposta da ERSAR, tomaremos novas decisões sobre esta matéria. Relativamente à Recomendação do PSD e àquilo que o senhor Deputado Pedro Nobre referiu, não poderia estar mais de acordo. O Deputado Agostinho Gonçalves, penso que aqui não tem que haver medidas partidárias. Há matérias onde só há um caminho e o caminho é defender sempre a integração de novos serviços, novas competências na Guarda. É assim que eu irei fazer e nunca usarei aqui uma medalha partidária. Mas todos temos que remar... mas eu entendi... mas todos temos que remar exatamente nesse sentido até porque já temos o comando distrital, temos aqui a sede da Comunidade Intermunicipal e, portanto, tudo teremos que fazer em conjunto para preservar aquilo que são as competências, são os serviços, porque a cidade também assumirá como capital essa concentração de novas competências, de novos serviços porque é assim que ela também se irá afirmar, no futuro e, para isso, estamos a trabalhar. Com certeza que, diga o senhor Ministro que sim, nós arranjaremos, estamos disponíveis, nesta matéria, como noutras que estamos a tratar mas a seu tempo iremos falar, os edifícios aparecerão. Nós estamos a trabalhar nesse sentido, temos o levantamento feito. Com certeza que tem que haver um investimento da Administração Central e nós também, como ainda ontem tive ocasião de referir à senhora Secretária de Estado da Justiça, também edifícios do Ministério onde não há dinheiro para investir, mas porque nos dizem respeito, nós disponibilizámo-nos logo para encontrar soluções designadamente até nós termos do Tribunal do Trabalho como nós sabemos o que está a acontecer. O Centro Nacional de Educação Rodoviária, lá está, é essa a aposta. Vamos acompanhar o processo. Se está no âmbito deste protocolo é já um passo, mas queremos efetivamente que seja uma realidade e vamos trabalhar, efetivamente, nesse sentido. E, quanto a estes assuntos, era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado, sobre estas duas Moções? Outra vez? Mas isso já foi discutido, senhor Deputado. Ora, exatamente. Muito bem. Então passemos à votação destas duas Moções.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
Pela instalação da Força Especial de Proteção Civil na Cidade da Guarda e fixação do -
----- **futuro Comando Sub-Regional de Proteção Civil** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Centro Nacional de Educação Rodoviária** -----
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passemos agora à leitura do Bloco de Esquerda... pretende fazer uma Declaração de Voto, o Bloco de Esquerda? Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. A minha questão vai para o senhor Presidente de Câmara porque, relativamente à proposta do Deputado por parte do PSD, relativamente à preocupação, da qual nós também nos associamos, relativamente ao anúncio aqui no dia da Cidade, parece-me também ser importante, porque não fui, pelo menos não me pareceu ter sido esclarecido por parte do senhor Presidente da Câmara, se há depois disso, porque foi um anúncio feito e não menosprezando essa importância e essa preocupação, mas é feito no dia da Cidade. É feito no dia em que a Câmara convida essa figura de Estado para estar cá. Qual é o relacionamento que teve até ao momento, o contacto, relativamente a esse anúncio por parte do senhor Ministro? A Câmara já teve reuniões? Questionou?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, isso é a explicação do seu sentido de voto? Ou eu estou a perceber mal, ou está a questionar o Executivo.” ---

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “O meu sentido de voto vai favorável, como aconteceu, mas aparenta-me que há essa necessidade de ter sido... haver uma explicação por parte do Presidente da Câmara atendendo que, aquilo que foi aqui trazido...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem...” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “... por parte do PSD, pareceu-me a mim que já sabia, ter algum conhecimento por parte da decisão da Câmara. Isso aparenta-me que não é o Presidente da Câmara algum Deputado do PSD, é o Presidente da Câmara. Ou não?” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Aquilo que o senhor vai aqui fazer é dizer, votei neste sentido por isto, por isto e por isto. Era isso que eu esperava ouvir da sua parte.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “E já disse. Votei mas fiquei na dúvida o voto, no sentido de um esclarecimento sobre se há ou não há um contacto, até para dar mais força à Moção que aqui foi apresentada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. É uma Declaração de Voto com um pedido de esclarecimento. Muito bem. Estamos esclarecidos. Muito obrigada. Bom. Pode ficar, senhor Deputado. Vai fazer a leitura dos seus documentos. Não, não. Não vai responder porque eu não... se quiser responder no fim, responderá. Senhor Deputado Marco Loureiro faz a leitura dos seus documentos, se faz favor. Temos então

um «Voto de Saudação ao Dia Mundial dos Refugiados», temos uma Recomendação sobre a «Resposta às Alterações Climáticas» e temos uma Moção «Contra as novas Explorações de Lítio». Faz favor “ -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Queria apenas pedir, se possível, porque foi um lapso, não é uma Recomendação mas sim uma Moção. Se possível, essa alteração. Mas não foi um lapso da senhora Presidente, foi um lapso meu no envio.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas está a referir-se a qual documento?”

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Na Recomendação que está aqui como Recomendação...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Das alterações climáticas?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Sim, eu quero que passe a ser Moção porque a Recomendação não é votada. Foi um engano.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Então, a Recomendação, não é Recomendação, é Moção.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Sim. Tem alguma ordem, peço desculpa, alguma ordem?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Pode fazer a leitura que entender. Se quiser, e tenho aqui primeiro a Saudação ao Dia Mundial do Refugiado, depois, então, a Moção sobre as alterações climáticas e a exploração de lítio. Se quiser seguir esta ordem. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Eu começo então pelo Voto porque realmente é importante e eles merecem. «Voto de Saudação ao Dia Mundial dos Refugiados. Celebrou-se no passado dia 20 de junho o Dia Mundial dos Refugiados. É particularmente importante assinalar esta data no ano em que vivemos, dado que, de acordo com os dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, nunca houve tantos refugiados como hoje. Em 2018, ano do último registo disponível, os números ultrapassaram os setenta milhões, ou seja, uma pessoa em cada cento e oito do total da população mundial. É o maior recorde dos últimos vinte anos, ultrapassando até o limite traçado aquando da II Guerra Mundial. Isto significa que, a cada dia, perto de trinta e sete mil pessoas foram forçadas a abandonar as suas casas devido a guerras, conflitos, perseguições e alterações climáticas. De registar ainda que as crianças são uma parte significativa do total destas pessoas, muitas das quais se encontram sozinhas em trânsito, ou nos campos de refugiados e de deslocados internos. Ao mesmo tempo que assistimos ao crescimento do número de refugiados verificamos, infelizmente, uma diminuição da solidariedade para com estas pessoas, nomeadamente em países que são confrontados com grandes números de refugiados.» Muito recentemente, assistimos a determinadas sanções, completamente desumanas, por parte do Governo Italiano que quer prender quem salva pessoas no mar. É um exemplo da solidariedade Europeia que, por vezes, foge, claramente, àquilo que nós queríamos acreditar que a humanidade não fosse possível ter coragem de o fazer. E, por isso, passo já a citar o Voto de Saudação. «Saudar o Dia Mundial dos Refugiados, saudando todos e

todas aquelas que até ao momento chegaram a Portugal nesta situação; Instar o Estado Central para que sejam cumpridas todas as suas obrigações, tanto financeiras como logísticas no processo de integração; Remeter o presente documento ao Senhor Primeiro Ministro e a todos os partidos representados na Assembleia da República». ---

Passo, então, à leitura da Moção. Como na última Assembleia foi solicitado ao Bloco de Esquerda, por parte do Partido da Bancada do PSD e da Bancada do Partido Socialista, o Bloco de Esquerda traz agora, novamente, a Moção contra novas explorações de lítio. Entendemos que dois meses após a última Assembleia e a pedido dos Partidos Políticos em causa, tiveram tempo suficiente para analisar lá em casa ou lá no partido, onde bem entenderam, nos sítios próprios para discutirem se são a favor ou se são contra. E, por isso, o Bloco de Esquerda traz a mesma Moção, o Bloco de Esquerda é contra e, por isso, o Bloco de Esquerda vai fazer a leitura dessa mesma Moção. Não na sua íntegra porque o tempo também é pouco e, por isso, nós temos que... vocês tiveram acesso a ela na plataforma e, por isso, facilmente entenderão o que está em causa. «Moção contra novas Explorações de Lítio. Atendendo que veio a público que uma empresa multinacional Australiana está interessada em áreas identificadas com potencial com potencial para a exploração de lítio, tendo sido publicado no último mês no Diário da República, dois avisos a dar conta de que a empresa mineira requereu a atribuição de direito de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados. Estes anúncios foram nas áreas denominadas “Calvo” que abrange os concelhos de Almeida, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e “Nave” (Guarda, Almeida e Sabugal). Contudo, relembramos que nas freguesias do concelho da Guarda, Seixo Amarelo, Vela e Gonçalo, já existem explorações de lítio. A exploração mineira usará práticas agressivas para o meio ambiente, apostando na quantidade de remoção de grandes quantidades de escombros a céu aberto, para além do grande impacto visual, levantará enormes quantidades de partículas que porão em causa a saúde dos habitantes das freguesias próximas das explorações, bem como dos habitantes das regiões vizinhas. Pelo exposto», e não fiz a leitura na sua totalidade pelas razões acima mencionadas, «a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 26 de junho de 2019, delibera: Estar contra a atribuição de novos direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de ouro, prata, chumbo, zinco, cobre, lítio, estanho e outros depósitos minerais ferrosos e minerais metálicos associados, no concelho da Guarda; Expressar a sua solidariedade para com a luta dos habitantes e autarcas dos restantes concelhos e distritos visados;» e lembro que são mesmo muitos, a contestação é mesmo muita porque o lucro nunca pode, de forma alguma, ser mais importante que o futuro do nosso planeta, da nossa região, da saúde. Não há planos (b's) e, melhor dizendo, não há planeta (b). Só há um planeta que é onde estamos e, por isso, não vale a pena dizermos que pelo interesse económico, pela sustentabilidade económica da nossa região, nos próximos 5,6,7 anos, pondo em causa o futuro da nossa região, para quem cá vive nas próximas décadas, nos próximos anos todos. Até nós, provavelmente já cá não estamos nós, mas estarão cá as nossas futuras gerações e, por isso, não podemos, de forma alguma, prejudicar, apenas pesando no momento concreto que é fazer agora algum desenvolvimento económico à custa de um prejuízo num futuro próximo, das próximas gerações. E, por isso, «Expressar a sua solidariedade...; Enviar este documento à Presidência da República, a todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da

República, ao Governo, ao Ministério do Ambiente e ao Núcleo Regional da Guarda da Quercus.» -----

Passo, então, à última. Em vez de Recomendação, é então...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe que seja muito rápido. Tem pouco mais de 10 segundos, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Serei. «Recomendação sobre a resposta às alterações climáticas.» senhor Presidente da Câmara, há pouco falou de uma cidade bioclimática. Uma cidade bioclimática tem que responder a uma Moção destas com um lado positivo. E, esta Moção, faço só a leitura inicial. «Um recente trabalho elaborado pelo Instituto Português...»” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa, terminou o seu tempo. Eu aconselhava a que lesse apenas a deliberação.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Com certeza.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Acabou mesmo?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Acabou mesmo.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito bem. Passo, então, só à leitura da deliberação. «A Assembleia Municipal da Guarda, reunida na sessão ordinária em 26 de junho de 2019, recomenda ao Executivo Camarário que: Elabore uma Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas» Passo a citar que, dentro de vinte e seis municípios no país, que já elaboraram esta estratégia municipal, a mais próxima está dentro do distrito, o município e Seia, dentro do distrito da Guarda. Outro distrito vizinho que é Castelo Branco que têm e que já possuem este Plano de Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas. Por isso, seria extremamente importante que o Município da Guarda, como capital de distrito, como capital da candidata à Capital Europeia da Cultura e cidade bioclimática, que assim também iniciasse rapidamente este Plano. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes temas? Senhor Deputado Rui, faz favor, do Partido Socialista.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado. Relativamente ao Voto de Saudação do Dia Mundial dos Refugiados, só para dizer que tomamos em consideração a ação do Governo que se tem mostrado sensível à questão do acolhimento dos refugiados e, por isso mesmo, acompanhamos o Voto do Bloco de Esquerda. Relativamente à Moção contra novas explorações de Lítio e como já havíamos referido na anterior sessão da Assembleia Municipal, todos pretendemos defender a melhor forma que nos é possível as populações que representamos. Mas há, nesta matéria, questões ambientais e de atividade económica que têm que ser devidamente tidas em consideração e pesados os prós e contras de cada uma delas. Porém, verificamos, salvo melhor informação, que os pedidos atualmente existentes são para prospeção e pesquisa e, como tal, a argumentação da Moção, que refere que a exploração mineira, refere e bem, que a

exploração mineira usa práticas agressivas para o meio ambiente, não se aplica nesta fase de prospeção. De resto, para a exploração, os concessionários, tanto quanto sabemos, terão de realizar estudos de impacto ambiental e, por esse motivo, não acompanharemos a Moção do Bloco de Esquerda. Relativamente à Moção, a última Moção de resposta às alterações climáticas, a questão levantada está intimamente ligada à utilização eficiente dos recursos naturais, tema a que a Bancada do Partido Socialista é muito sensível pelo que votaremos favoravelmente. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Exma. senhora Presidente, só para dizer que na última Assembleia, de facto, votámos esta Moção e o sentido de voto que demos a esta Moção, na última Assembleia Municipal, manter-se-á. Acabámos por não votar? Foi adiado. Pronto. De todo o modo para dizer, então, que não somos contra qualquer tipo de exploração indiscriminada de recursos naturais ou minerais, eles são uma fonte de riqueza do nosso país. No nosso concelho, já o disse aqui, são também uma fonte de riqueza muito associada à zona de Seixo Amarelo e Gonçalo e, portanto, não podemos, da forma que o Bloco de Esquerda verte nesta Moção, rejeitar liminarmente qualquer tipo de exploração. Queremos dizer que manifestamos, contudo, grande preocupação e reserva em relação ao que estas explorações mineiras poderão vir a ser no futuro. O Deputado Rui Ribeiro já o disse e bem, no presente momento estamos a falar de pesquisa e prospeção que não terá um impacto tão profundo como a exploração mineira propriamente dita. Mas entendemos é, isso sim, que o Governo, no âmbito das licenças à prospeção que vier a dar no futuro, se elas vierem realmente a ser pedidas por esta empresa que, neste momento, está a fazer prospeção, o Governo deve utilizar uma malha muito fina ao nível daquilo que é a concessão que possa vir a dar, no sentido de que sejam garantidos, que a avaliação de impacto ambiental seja cabal e esclarecedora em relação àquilo que vai acontecer e que possa compatibilizar-se o desenvolvimento económico e a prevenção do meio ambiente e também a qualidade de vida das pessoas. Obviamente que se estiver em causa a preservação do meio ambiente e da qualidade de vida das pessoas, por contraposição a este desenvolvimento económico, todos tomaremos, creio eu, partido da qualidade de vida das pessoas. Todos tomaremos partido do meio ambiente, em detrimento daquilo que possa ser a exploração de recursos. Agora, até lá e até se saber realmente se isso pode ou não pode ser compatibilizado, votaremos contra esta Moção porque entendemos que não devemos rejeitar, à partida, aquilo que desconhecemos e que pode ser uma fonte de riqueza para o nosso país e para o nosso concelho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado. Senhora Presidente, é só mais uma vez referir que, mais uma vez, numa Assembleia o Bloco de Esquerda é claramente beneficiado no tempo. A mim não me deu hipótese nenhuma de ler à pressa as minhas Moções e o senhor Marco Loureiro consegue sempre dar-lhe a volta. Não percebo como. Foram um minuto e dezoito segundos a mais.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É um Voto de Protesto, então.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Protesto contra isso, claro. Bom. Por um lado, em relação a uma das Moções, notícias do Jornal de Notícias, passo a redundância, de 9 de janeiro de 2018, diz que o nosso país, cerca de metade dos refugiados que procuram o nosso país vão depois embora por não serem devidamente acompanhados. Portanto, há alguma coisa a fazer em relação a isso. Por outro lado, em relação à exploração de Lítio, acho que não passa pela cabeça de ninguém, atendendo aos rigores vigente, à legislação vigente na União Europeia, que nós temos que cumprir, que alguém vá fazer a exploração de uma mineira a antiga. Quer dizer, penso que as empresas terão sempre que garantir os mínimos de sustentabilidade ambiental na exploração. Além de que há sempre planos, após a exploração mineira, de devolver os locais, nomeadamente com a reposição das escomboreiras, o preenchimento das chagas a céu aberto que isso vai deixar, não é? Obviamente. E depois temos que pesar. Temos que pesar que é eletricidade, ou queima combustíveis fósseis. O que é que fazemos? Sabemos perfeitamente que o lítio é fundamental para a mobilidade dos veículos elétricos. Acho que seria quase criminoso não aproveitarmos esta riqueza que nós temos aqui. É só.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para clarificar. Tempo devidamente compensado, já. Muito bem. Mais alguém para intervir? Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz. Vocês não peçam muito. Quem tudo quer, tudo perde.” –

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu só venho aqui com um comunicado que foi feito à Comunicação Social pelo meu Partido, é dizer que esta prospeção e exploração dos recursos minerais não se deve realizar numa lógica tipo colonial, que visa apenas a apropriação de matérias-primas sem o devido retorno para o país e sem a salvaguarda das necessidades ambientais e sociais com vista a um desenvolvimento sustentável. Porque eu tenho estado, há um ano e pouco estive em Rio Maior e há lá uma exploração que aquilo é uma vergonha. E há pessoas aqui na cidade, que já falaram comigo, que também estão temerosas dessa exploração de tal modo que, quando acabar a exploração ali no Seixo Amarelo e em Gonçalo, fique tudo numa situação que é necessário reconverter. E, portanto, isso preocupa as gentes da cidade da Guarda e do concelho e preocupa-nos a todos porque eu conheço aquilo que passou há dias em Barco, houve lá uma ação da Quercus. Eu tenho alguns artigos, um deles foi entregue pela Quercus, outro foi por um amigo que é de um camarada meu que já escrevi em 1976 sobre o lítio e há questões de exploração do lítio que afetam as populações. Enquanto que, por exemplo, aqui perto ouve exploração de feldspato, de onde se extrai também lítio e nós também sabemos que o lítio é uma substancia muito estranha e que, portanto, é preciso ter muito cuidado com o lítio. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passemos, então, agora à votação. “ -----

----- **Resultado da votação do Voto** -----

----- **Saudação ao Dia Mundial dos Refugiados** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Moção** -----

----- **Contra novas Explorações de Lítio** -----

- Rejeitada, por maioria, com quarenta e nove votos contra, catorze abstenções e três votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Moção** -----

----- **Sobre a resposta às alterações climáticas** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Passemos agora às intervenções políticas. Temos já inscritos a senhora Deputada Luísa. Faz favor, pode começar.” -----

- **Deputada Luísa Calheiros Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vela (PSD):**

“Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhores Deputados e caros colegas Autarcas, Técnicos da Câmara Municipal, Órgãos de Comunicação Social e Público aqui presente, bom dia a todos. Estando ainda bastante presente nas nossas mentes o incêndio que começou na tarde do dia 23 do ano de 2017 e que atingiu uma grande parte das freguesias da zona sul do concelho da Guarda, tendo a freguesia da Vela sido fortemente atingida, onde deixou um rasto de destruição, principalmente nos Vale de Amezendinha e Vale de Sto. Amaro. A paisagem verde que outrora existia deu lugar a um amontoado de cinzas. Tudo ao nosso redor era negro e desolador e a tristeza invadiu o coração daquelas gentes que perderam toda a produção agrícola e muitos dos seus bens. No seguimento desta tragédia, a Câmara Municipal da Guarda apresentou candidaturas a vários programas de apoio, nomeadamente ao Fundo Ambiental através da Agência Portuguesa do Ambiente, PDR 2020 através do Ministério da Agricultura e Fundo Social Europeu da União Europeia através da CCDR Centro. Tendo em conta a extensa área ardida na freguesia da Vela, nomeadamente no Vale de Amezendinha e Vale de Sto. Amaro, houve a necessidade de estabelecer medidas de estabilização que visassem a proteção dos recursos, nomeadamente solo e água, das infraestruturas e das populações, minimizando os efeitos negativos nos ecossistemas afetados com base no princípio da restauração das áreas ardidas. As principais ações implementadas foram o controlo da erosão, o tratamento e proteção das encostas, a prevenção da contaminação e assoreamento, a recuperação de linhas de água e a instalação e comedouros para a fauna selvagem. Na Ribeira da Amezendinha, Ribeira do Adreiro e Ribeira da Gaia, houve a necessidade de reabilitar ou construir passagens hidráulicas existentes nas referidas linhas de água, obrigando à realização de trabalhos de limpeza de vegetação, a jusante e a montante das mesmas, permitindo assim o escoamento das linhas de água através da recuperação da sua secção de vazão. Foi também recuperada a passagem hidráulica de ligação à Quinta do Pequito, reforçando as suas fundações e a reparação das guardas de proteção. Na Ribeira da Amezendinha foi colocada uma passagem hidráulica, permitindo assim a ligação entre a freguesia da Vela e a freguesia de Aldeia do Bispo, até aqui inexistente a não ser pela Nacional 18. Foi ainda construída uma passagem hidráulica na Ribeira do Adreiro possibilitando a passagem de veículos e pessoas, antes inacessível entre as freguesias da Vela e de Gonçalo. Este era uma obra desejada há muito tempo pelas duas freguesias. Estas passagens hidráulicas de ligação interfreguesias terão um papel muito importante no futuro, no que respeita ao socorro às populações em caso de urgência. Ao mesmo

tempo decorrem os trabalhos de contenção e proteção dos taludes da Estrada Nacional 18. Neste momento está a decorrer a empreitada de drenagem de águas e posteriormente a substituição da sinalização rodoviária horizontal e vertical, a limpeza das valetas e reparações pontuais no pavimento que também irão ser feitas. Também do campo da reflorestação de encostas ardidadas, o Município da Guarda, em articulação com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, foi possível, no passado mês de fevereiro, plantar algumas centenas de árvores tendo a Junta de Freguesia divulgado e mobilizado voluntários para a concretização deste evento. Após tamanha calamidade, como a verificada em 2017 na zona sul do concelho da Guarda, portanto, o Município, através dos Pelouros das Infraestruturas e Ambiente, das Obras e Planeamento e das Florestas e Proteção Civil, desenvolveu uma ação perfeitamente concertada com o Estado Central e com as Juntas de Freguesia no sentido de minimizar o impacto dos nossos ecossistemas então afetados. Ainda no bem-estar das populações e das suas necessidades básicas d vida, não posso deixar de realçar a execução da rede de abastecimento público de água, que está neste momento em curso nas Vendas da Vela e quintas adjacentes a esta anexa da freguesia, cuja entrada em funcionamento se espera possa ocorreu durante este verão. Esta era uma obra necessária e desejada há muito tempo. Não podemos deixar de realçar que este Executivo continua a ter o desígnio de servir mais e melhor as populações do nosso concelho, procurando as melhores soluções e o equilíbrio financeiro devido. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Alguém pretende intervir sobre este tema? Não? Muito bem. Senhor Deputado Agostinho, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Vivemos tempos agitados que colocam a Guarda nos radares pelos piores motivos. Dissemos e reafirmamos. O Partido Socialista, como é do conhecimento público, tomou conhecimento das investigações do Ministério Público, envolvendo três dirigentes políticos e duas funcionárias da Câmara Municipal da Guarda, tendo sido constituídos arguidos e deduzida acusação. O PS, perante esta injunção do Ministério Público, vê, com muita preocupação, o alegado envolvimento de responsáveis políticos e da administração autárquica em práticas que alegadamente violam a Lei, esperando, por isso, que as suspeitas não se venham a confirmar e que assim possa ser reposta rapidamente a normalidade da nossa vida autárquica. O PS reafirma neste caso, como em todos os outros, a defesa intransigente do princípio da presunção da inocência, enquanto valor inestimável de um Estado de Direito Democrático, garante dos direitos individuais dos cidadãos. Quanto ao processo judicial, respeitamos, como disse, o direito de defesa de cada um dos arguidos, aguardando que possam, em Tribunal, provar a sua inocência. A devassa da vida privada dos envolvidos, os julgamentos públicos, o desrespeito pela dignidade e honra dos envolvidos, não são linhas de atuação política desta Bancada e da Concelhia do Partido Socialista. Não fazemos política a apontar o dedo nestas matérias. Fazemos política a apontar soluções, denunciando os erros, as más opções deste Executivo e fazemos uma política construindo uma alternativa de governo para esta cidade e para este concelho. A alterativa PS em que acreditamos. Queremos ganhar e vamos ganhar as eleições em 2021, com trabalho, seriedade, com transparência, sempre pela Guarda e para a Guarda. Não nos colocamos no alto com arrogância nem olhamos a cidade com distância. Somos, cada um de nós, apenas mais um entre iguais que queremos ver esta cidade com futuro.

Não nos ficamos pelas palavras. Temos estado e continuaremos a estar junto da sociedade, das associações, das instituições, ouvindo com tempo e com atenção. Por isso lançámos «ouvir a Guarda, influenciar o País», acreditando na capacidade de quem por aqui vive e trabalha. O desenvolvimento desta cidade não vem, nem pode vir, das ideias e projetos de quem não conhece este território, esta cidade. Essas propostas têm de vir de nós guardenses. É este o caminho, é esta a nossa alma. Ouvir com tempo, de forma interessada, convictos que só conhecendo a realidade do concelho, pela voz de quem trabalha no seu dia-a-dia, se poderá construir um programa político sério de desenvolvimento que lance as bases do futuro desta cidade e deste concelho. Um projeto político para décadas que não se resuma ao imediato de montar e desmontar o palco. Que se faça, isso sim, um palco permanente de esperança, confiança e futuro. Mas isto só se consegue ouvindo, sem arrogância, e conhecendo a nossa realidade. É essa a nossa política. Uma política com visão e um projeto diferente daquele que é desenvolvido por este Executivo. 91 mil e 600 euros, por dezasseis bancos na Rua do Comércio, não. Não é esta a nossa visão de gestão do dinheiro público. 350 mil euros em tendas para uma Feira de quatro dias, não. Não é esta a nossa visão de gestão do dinheiro público. Já agora, para quando um estudo acerca do impacto económico da FIT? O retorno do investimento que é feito, que ronda meio milhão de euros por ano. 750 mil euros gastos num elevador na Torre dos Ferreiros, não. Não é esta a nossa visão de gestão do dinheiro público...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Eu termino já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Só para avisar que terminou o tempo, portanto peço-lhe que seja rápido.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito rápido. Investir na requalificação do Parque da Cidade à pressa, para se cortar mais uma fita, e o espaço continua um autêntico deserto. Não é esta a nossa noção de políticas enquadradas que possam visar o estético, mas que salvaguardem o efeito útil e prático das intervenções. Já agora, quanto ao Parque de Campismo, para quando a sua abertura? Tapar a decadência do Centro Histórico com uma lona, não. Não é esta a nossa visão de requalificação do Centro Histórico. Gastar milhões em rotundas, repito, em seis anos foram gastos milhões em rotundas, não. Não é esta a nossa ideia de desenvolvimento e fixação de pessoas. As rotundas ficam, as pessoas vão. Já agora, o comboio quando é que chega à rotunda? Foram analisados os custos de manutenção e impacto visual? Espero que certamente tenham sido. É isto que nos divide, caro Presidente. São as políticas, é a gestão dos dinheiros públicos, é a estratégia e a forma de pensar esta cidade e este concelho. E não temos qualquer tipo de problema em elogiar o que corre bem e que está bem pensado. E aplaudimos aqui a quarta edição do SIAC e todos aqueles que colaboraram e desenvolveram esta iniciativa. Termino com proposta que visam a transparência. Sugerimos e muito rapidamente para terminar. Que quando um Vereador seja, ao mesmo tempo, Dirigente de uma Cooperativa se abstenha de votar em reuniões de Câmara, assuntos relacionadas com essa Cooperativa. Que um evento não seja dividido em parcelas para que depois se possa fazer desse evento ajuste direto. Que a consulta ao mercado, quando se convidam três entidades diferentes, não haja só o critério da proposta mais baixa. Isso ajuda também na transparência. Sugerimos que

não sejam dados apenas dois dias, quando se convidam três entidades para decidir um evento que está orçado em 42 mil euros e essas entidades tenham dois dias para enviar as suas propostas. Se vamos realizar um evento orçado em 42 mil euros temos que dar mais tempo. E, já agora, e termino mesmo com isto, não o disse há bocado porque gostamos também de política construtiva e apoiámos há bocado, mas eu gostava aqui também de sugerir e incentivar o Executivo e a Câmara Municipal da Guarda e o senhor Presidente, que, junto do Governo, também se possa inteirar da questão do Centro Nacional de Educação Rodoviária e que possa fazer também a sua pressão política e reivindicar e que não estejamos só a por isto do lado do Governo. A Câmara Municipal também tem que lutar por isso, foi anunciado nesta Câmara...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar. Peço desculpa.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Termino com uma pergunta e agora termino mesmo. Senhor Presidente e gostava de lhe perguntar isto com a toda a sinceridade. Podemos ficar descansados quanto a novos processos judiciais que envolvam esta Autarquia? É a pergunta que lhe deixo. Muito obrigado. E obrigado pela consideração em termos do tempo. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu faço um apelo ao tempo. O CDS não tem tempo, mas se quiser eu dou-lhe o mesmo tempo que dei ao Partido Socialista, se quiserem fazer alguma intervenção. Se quiserem, têm exatamente o mesmo tempo para não... são três minutos, sensivelmente, portanto. Quer fazer já? Então, faz favor senhor Deputado. Mas, se calhar, era melhor... faz favor. Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer, antes, então, de começar a contar o tempo, que os condicionalismos que surgiram neste momento da Assembleia Municipal surgiram porque disse que o CDS trazia demasiados assuntos para as reuniões. E depois acabamos por ver o tempo ser furado. Pronto, eu vou então aproveitar agora para... e, neste momento, iria começar por citar Manuel Alegre para dizer que cada 25 de Abril é um regresso, mas também é um ponto de partida e que hoje, dia 26 de junho, também temos que comemorar o 25 de Abril porque a liberdade tem de ser vivida todos os dias e porque a democracia se pratica em todas as jornadas. Nos dias de sol, nos dias de chuva, nos dias grandes, nos dias pequenos, nos dias em que acordamos bem dispostos e nos dias em que acordamos mal dispostos e que a democracia e a liberdade não são feitas de estados de alma, mas que tem subjacentes, sobretudo, princípios éticos. Eu gostava de ter podido dizer estas palavras e outras, que direi mais à frente, no dia 25 de Abril, mas não o pude fazer porque a oposição não pode falar. A exemplo daquilo que tinha ocorrido em 2018, os eleitos deste concelho, que dão corpo e dignidade a este Órgão Autárquico, não tiveram lugar naquela que foi designada no 25 de Abril de Sessão Solene da Assembleia Municipal da Guarda. E eu pergunto, como é que pode uma Assembleia Municipal reunir em Sessão Solene se não tem lugar para os eleitos que a corporizam? A Assembleia Municipal da Guarda saiu claramente diminuída e desprestigiada e assim não se vive a democracia. Com todos os defeitos que os partidos possam ter, e têm, têm os mesmos que existem na sociedade ou não fossem eles próprios organizações da sociedade. Não é o partido que faz o cidadão bom ou mau,

mas serão os cidadãos que compõem os partidos que fazem deles organizações melhores ou piores. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Só clarificar, quanto à questão do tempo, se vocês gastam o tempo na discussão das Moções, obviamente vai faltar para aqui. Vocês sabem qual é o tempo que têm, têm que o gerir. Muito bem. Com esta intervenção do senhor Deputado, eu pergunto, baralhámos aqui um bocadinho o esquema, mas não faz mal, eu pergunto se alguém quer intervir sobre a intervenção do senhor Deputado Agostinho? Ok. Então, passamos à intervenção do senhor Deputado Aires Diniz. Faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Temos de ter capacidade de atração de turistas e isso faz-se com mais museus e mais pontos de interesse cultural. Há que fazer como já o fez um dos apoiantes da Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, ao elaborar um inventário dos seus bens culturais, valorizando o facto de ter dois patrimónios mundiais, o Douro e as Gravuras. Trata-se do Município de Vila Nova de Foz Côa e por isso aqui deixo a Côa Visão, que eu trouxe aqui uma revista para oferecer à Câmara, a sua revista cultural que tem dois artigos que muito nos interessam. Um que é o mencionado inventário dos seus bens culturais e outro que mostra o orgulho que tem em ser uma autarquia bem gerida. Também se realizou o SIAC4, de que Câmara fez balanço positivo, mas cujos custos desconhecemos. Sabemos apenas que teve um orçamento de 115 mil euros, mas não sabemos se foi feito orçamento ou a contabilização dos tempos de trabalho dos funcionários de outros serviços que foram deslocados para este evento. De facto, se o Vereador da Cultura nos enviou, há cerca de dois meses, o relatório de atividade do TMG de 2014/2019, falta-nos o relatório de atividades culturais do mesmo período. Na verdade, aconteceu até que alguém distraído declarou a morte da Revista Praça Velha. Nem sequer sabemos da intenção da Câmara de aumentar o nosso espaço museológico, imitando cidades do interior como Bragança e Castelo Branco, ou competindo com cidades como Coimbra. Também não temos notícia de qualquer plano de revitalização e requalificação do nosso Centro Histórico, nem sequer da limpeza e manutenção das calçadas romanas junto aos Castelos Velhos ou à Escola de S. Miguel. Temos tido notícias de muitos atos de vandalismo que destroem património municipal. Gostaríamos, por isso, de saber o que pensa a Câmara fazer para impedir a sua continuidade ou minimizar os prejuízos. Temos ainda a continuidade dos problemas de despoluição de Rio Noeme e não sabemos como está esse processo. Ou agora que estamos a meio o mandato deste Executivo e sabemos que está mal a qualidade da água como sempre esteve. Não sabemos até se a execução desta limpeza ambiental foram convocadas as Juntas de Freguesia que o ladeiam, o Rio Noeme. Nem sequer sabemos como está execução do projeto dos Passadiços do Mondego e muito menos se teremos algum dia uns passadiços no Noeme para mostrar como este foi despoluído. Gostaríamos de saber ainda como estão os trabalhos de cobertura total do concelho quanto ao saneamento e abastecimento da água, um problema que já aqui falei por várias vezes. E aqui está a revista Côa Visão que vou oferecer ao senhor Presidente da Câmara e, já agora, que ele se meteu comigo a propósito dos transportes coletivos, eu trouxe aqui um jornal, que comprei há dias em Carrazeda de Ansiães, em que diz o seguinte: todos os concelhos da CIM de Terras de Trás-os-Montes vão ter carreiras regulares de transportes públicos. E isto é uma atividade da CIM de Trás-os-Montes. E até diz aqui o seguinte: o plano vai ser discutido

pelos municípios até ao final do mês, - que é o mês que está a acabar – para depois ser elaborado um caderno de encargos com o objetivo de lançar o concurso público internacional para atribuir a concessão da gestão dos transportes públicos no território da CIM. Era isto que eu gostaria de ter aqui também na minha Beira Interior ou, pelo menos, aqui no meu distrito da Guarda, ou na minha CIM Beiras e Serra da Estrela. E era isto. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Queria apenas dizer aqui aos Deputados do CDS/PP que o Bloco de Esquerda não manda na Assembleia da República, mas também não manda na Assembleia Municipal da Guarda. Como há pouco... anda para aí alguém que disse que nós mandávamos. Nós não mandamos. Respeitamos e aceitamos as ordens de quem preside, democraticamente eleita para isso, a senhora Presidente. Nem sempre estamos de acordo, mas... Às vezes dá jeito. A vocês deu jeito, anos e anos. Anos e anos. E nunca se queixaram. É que a mim às vezes dá-me jeito e, mesmo assim, eu contesto. Vocês, quando vos dava jeito, estavam calados. É um bocadinho diferente. Demonstra, às vezes, a posição. Não eram vocês, que não estavam cá. É o meu tempo, posso utilizá-lo como quero. Obrigado. Obrigado, senhores Deputados. Queria perguntar ao senhor Presidente de Câmara o que é que se passou, é a primeira vez que aconteceu, e eu gostaria de pensar que não passou de uma situação de lapso. O Bloco de Esquerda foi informado, pelos seus militantes, que foram retiradas duas estruturas de publicidade do Bloco de Esquerda, propaganda política, junto à Rua do Comércio, mais concretamente em frente à Misericórdia, durante as festividades dos Santos. Nunca aconteceu sem sermos visados. Porque é que aconteceu? Como deve saber, senhor Presidente, é crime destruir ou retirar propaganda política e, por isso, nós queremos que esse problema seja resolvido. Devolvido ao sítio as estruturas, colocação dos cadeados em causa que foram pagos pelo Bloco de Esquerda e que foram retirados, destruídos. E, por isso, queremos que esta situação seja já resolvida, acreditando e porque respeitamos que isso foi um lapso e, por isso, queremos isso resolvido. Pois, senão, teremos que apresentar queixa por roubo à Polícia de Segurança Pública e não queríamos fazer tal coisa porque os funcionários da Câmara foram identificados a fazer exatamente isso. Por isso, é preciso resolver essa situação rapidamente. Queria também questionar o senhor Presidente da Câmara se sabe o que é que aconteceu, se é importante ou não depende do ponto de vista, há uma alteração da empresa de mupies que estavam nas estruturas pela cidade da Guarda, empresa essa que agora tomou, pelos vistos, compra de todas as estruturas. Gostaríamos de saber um bocadinho mais sobre essa situação, atendendo que essas estruturas também estão elas ao longo da cidade, em espaços como passeios e gostaríamos de saber o que é que está envolvido. Se foi tudo dentro de uma normalidade. Aparenta-me que os valores que chegaram ao Bloco de Esquerda, de algumas denúncias, de empresas da Guarda que publicitavam nessas estruturas e que agora se viram com custos extremamente elevados comparativamente à empresa que tinha, pelos vistos, a tutela dessas estruturas. Se possível, se souber, gostaríamos também que seja esclarecido essa mudança de empresa e o que é que leva essa empresa a praticar valores, se é que o senhor Presidente sabe, tão elevados para a nossa zona. Queria também, não sei se ainda tenho tempo, senhora Presidente ainda tenho tempo? Muito obrigado, senhora

Presidente. Queria também questionar o senhor Presidente, na última Assembleia Municipal eu aqui, e o senhor Presidente também disse mais uma vez que ia rapidamente ser tratado, já estavam em preparações, tapar aqueles paralelos que estão pela zona da Guarda, nas vias onde os carros passam. Só reparei numa situação em que isso aconteceu, que foi junto à entrada, antigamente principal, do Hospital da Guarda. De resto, continua tudo igual. Nossa Senhora dos Remédios, Rio Diz e por aí adiante. Continua tudo igual. Já passou mais de dois meses, aparenta-me que algumas das suas promessas aqui, porque não deixam de ser promessas quando um Presidente dá a palavra aqui, penso eu, quero acreditar que vai ser resolvido. E se determinados projetos nacionais e até locais demoram tanto tempo e depois são aqui trazidos com um grau de importância pela sua demora, aparenta-me quer isto também é importante para quem tem o seu carro sistematicamente a ir para as oficinas para compor as direções porque a estradas, no centro da cidade, na cidade que é capital de distrito... senhores Deputados, não sei se esses sorrisos são de quem não tem carros. Mas também, se não tiverem ainda bem. Têm é um azar porque não há transportes públicos, andam a pé. Mas também faz bem à saúde, não é? Também faz bem à saúde...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar, está bem? Senão daqui a pouco tenho o CDS outra vez a pedir-me mais tempo.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Mas tenho tempo? Não. Terminei?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Já terminou.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Pronto. Então, muito bem. Muito obrigado, então. Terminei. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. É que senão, daqui a pouco, tenho o senhor Deputado Breia Lopes outra vez a dizer que só lhe dou tempo a si. Muito bem. Senhor Deputado Tiago Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhores Deputados, senhores Membros do Executivo, senhor Presidente. Uma palavra especial para a Vereadora Cecília Amaro que hoje se senta aqui nesta Assembleia Municipal, também pela primeira vez, na qualidade de Vereadora eleita. Iria iniciar a minha intervenção por dizer que, de facto, há quinze dias a esta parte fomos surpreendidos com as buscas realizadas nesta Câmara Municipal e, no dia seguinte, com a notícia de um processo judicial que envolve alguns eleitos nesta Câmara Municipal da Guarda. Há que fazer a defesa, em relação às imputações que são feitas, nos locais certos e estamos convictos de que, quer os eleitos, quer os funcionários da autarquia que são visados nestas situações, o farão de forma cabal e no sítio próprio. Quero dizer que saúdo, efetivamente saúdo a elevação do debate político que, desde há quinze dias a esta parte, quase, e reitero, quase sempre tem presidido ao debate sobre estas questões. Da nossa parte, o PSD, em relação aos eleitos nesta Câmara Municipal da Guarda, apresentamos a nossa total solidariedade política e que também, obviamente, entregamos também e reportamos aos funcionários da autarquia que se sintam visados com estas situações. Queremos dizer que encaramos de frente estas situações e que naturalmente queremos é que se prossiga o trabalho que tem vindo a ser realizado, nos últimos seis anos, de cabeça erguida. É assim que tem que ser. É assim que deve ser. E não queria deixar de me referir à última questão colocada pelo Deputado Agostinho

Gonçalves na sua intervenção porque é uma questão perniciosa. Permita-me que a trate dessa maneira. E quero dizer-lhe que estou absolutamente convicto que o senhor presidente de Câmara e que os demais Vereadores dormem de consciência tranquila todas as noites e que os mesmos o referirão já a seguir, em resposta a essa sua questão. Da nossa parte, continuaremos a prestar-vos a solidariedade política que se impõe, certos de que, aliás, o caminho que o PSD tem trilhado nestes anos é o único e não tem a alternativa que ainda há pouco o Deputado Agostinho Gonçalves aqui falava. O Deputado Agostinho Gonçalves falou aqui de uma alternativa construtiva. Parece um paradoxo porque a alternativa construtiva que o Deputado Agostinho Gonçalves aqui falou, traduziu-se a elencar um conjunto de obras feitas pela Câmara Municipal da Guarda e dizer-lhes: Não. É isto a construção de um projeto alternativo da parte do Partido Socialista? É dizer não ao que é feito. Se isso é que é a construção de um projeto alternativo, está a Guarda em maus lençóis porque a Guarda, de facto, percebe que a única coisa que o Partido Socialista tem a dizer à Guarda é não àquilo que o PSD vai fazendo no Executivo Municipal. E por isso precisamos, isso sim, de nos concentrar no essencial e meter mãos à obra, puxar a Guarda para cima. Trabalhar diariamente pelo desenvolvimento da cidade, trabalhar diariamente pela melhoria da qualidade de vida dos nossos cidadãos. Puxar a Guarda para cima desde logo com o envolvimento comunitário a que assistimos, no último fim-de-semana, na cidade da Guarda. Os Santos do Bairro e a gigantesca mobilização em torno também de uma saudável rivalidade entre bairros e que transformaram, de há anos a esta parte, as comemorações dos Santos Populares na nossa cidade e que são uma aposta ganha por parte do nosso Executivo. Resolver problemas, como acontece alguns, como vinham já da génese da construção do TMG. Sexta-feira será inaugurada a obra de ligação entre o parque de estacionamento e os edifícios culturais do TMG, através do edifício polifónico. Um edifício que além de resolver um problema antigo daquele espaço, também vem dar-lhe um ar novo, moderno, através de um conjunto arquitetónico moderno e atrativo. A reabertura do Café Concerto que falávamos há algum tempo a esta parte, aqui na Assembleia Municipal, creio eu que de fevereiro. Nessa altura eram colocadas aqui as dúvidas e as incógnitas sobre se o mercado iria reagir, de alguma maneira, a este contrato de concessão que a Câmara pretendia fazer para a reabertura do Café Concerto. Pois ele efetivamente vai reabrir, sexta-feira também, por iniciativa de um privado que se quer associar também, com a reabertura do Café Concerto, àquilo que é a inauguração das obras de ligação do parque de estacionamento aos edifícios culturais do TMG. É preciso avançar, de uma vez por todas, com o processo de revisão do PDM, como ontem muito bem aqui conseguimos ver, através das Conferências da Guarda que aqui tiveram lugar nesta mesma sala. Salientando, neste caso, e parabenizando o Município da Guarda pela iniciativa que aqui ontem ocorreu e que trouxe à cidade da Guarda alguns dos maiores especialistas em matéria de urbanismo a nível nacional. É a primeira vez em vinte e cinco anos, desde que o Plano Diretor Municipal da Guarda foi revisto, foi apresentado, que o processo de revisão entra na fase de consulta pública. Por múltiplos motivos, é verdade, porque também não são imputáveis, quer aos Executivos anteriores do Partido Socialista, quer a este Executivo. Muitas vezes por força de alterações legislativas que fazem com que o processo de revisão do PDM, tenha tido em algumas ocasiões que voltar ao início. Mas agora, decorridos vinte e cinco anos, é o tempo de, neste ano que temos para a consulta pública, todos os cidadãos da Guarda, mas especialmente os que estamos eleitos, os que temos aqui assento nesta Assembleia

Municipal, seja como Presidentes de Junta de Freguesia, seja como Deputados a esta Assembleia Municipal, darmos as nossas contribuições para que esse Plano Diretor Municipal responda efetivamente às necessidades do nosso concelho e seja um fator de desenvolvimento e não um fator de atraso, como em muitos casos foi, ao longo destes anos, sobretudo nas freguesias rurais. É com a inauguração do futuro Centro Náutico de Lazer, ainda e tão só praia fluvial da Barragem do Caldeirão que esperamos possa ser inaugurado em breve e entrar em funcionamento, permitindo a fruição também desse espaço aos cidadãos da Guarda. É na economia e no emprego, com as boas notícias que vamos tendo conhecimento, como é o caso deste investimento, anunciado na última reunião de Câmara, projetado para a PLIE. Um investimento na ordem dos 15,5 milhões de euros e que prevê a criação de cinquenta postos de trabalho e que é importante para a Guarda dar essa nota. É importante dar essa nota de esperança na criação de emprego, sobretudo quando, ao mesmo tempo, não podemos esquecer e não podemos deixar de manifestar uma grande preocupação com aquilo que acontece com a Confama, que parece estar numa situação cada vez mais complicada e, obviamente, também com a Dura relativamente à qual esperamos que o Município da Guarda possa continuar a pugnar, junto também do Governo central, por alternativas que permitam dar continuidade à laboração que ali acontece naquela fábrica. Duas notas finais nesta minha intervenção para manifestar aqui duas preocupações, grandes preocupações em relação a dois assuntos muito importantes para a Guarda. Uma, o Hotel Turismo. Passou um ano desde a adjudicação, através de um processo no âmbito do Programa Revive, que o Turismo de Portugal fez à entidade MRG para... e nessa adjudicação previu-se que o Hotel Turismo estivesse aberto no espaço de quatro anos. Passou um ano. Foi em maio do ano passado e passou um ano. E, num ano, a única coisa que temos no Hotel Turismo, alguns trabalhos de ajardinamento e uns tapumes e colocação ali de umas placas que nos permitem ver publicidade até naquele local. De facto, preocupa-nos que tenha decorrido um ano e que pouco ou nada tenha sido feito. Preocupa-nos que saibamos que, neste momento, ainda não deu entrada nenhum projeto tendo sequer em vista o licenciamento daquilo que ali pretende vir a ser executado na Câmara Municipal da Guarda. Sendo certo que saberemos e esperamos que a Câmara Municipal da Guarda saiba dar respostas rápidas e eficientes a esse projeto de licenciamento que venha aqui a ser colocado, a verdade é que sem que ele dê mesmo entrada, então nada se pode fazer. Já passou um ano, pouco ou nada foi feito. Estamos preocupados. E essa preocupação advém até de outros factos. É que aqui ao lado, no Município da Covilhã, esta entidade a quem foi adjudicado o Hotel Turismo, a MRG, ficou responsável por fazer as obras do teatro Municipal da Covilhã e, segundo sabemos, pediu expressamente à Câmara Municipal da Covilhã para ser substituída na realização dessa mesma obra. E, portanto, isto, podendo não ser absolutamente nada e podendo esta minha... aquilo que eu estou aqui a dizer ser absolutamente injusto, do ponto de vista de um investimento que a empresa pretende fazer aqui no Hotel Turismo, é para mim, neste momento, um motivo de grande preocupação e que quero transmitir ao elenco desta Câmara Municipal da Guarda. Depois..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, ia-lhe pedir que fosse muito breve porque já ultrapassou o seu tempo em um minuto." -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** "Terminar apenas para fazer uma breve alusão ao estado da saúde no país, mas sobretudo aqui naquilo que nos diz diretamente respeito

no distrito. As notícias dos últimos dias de que há falta de material cirúrgico e que há pessoas que ficam impedidas de fazer operações por via de problemas de organização, porque a falta de material cirúrgico é mesmo um problema de organização dos serviços porque ninguém é preparado para fazer uma cirurgia, sabendo que no dia a seguir vai haver falta de material cirúrgico, é um problema que nos preocupa enormemente. As especialidades com lacunas graves, sem serviço em vários dias da semana, demissões atrás de demissões nas equipas clínicas, são motivos que devem suscitar a preocupação desta Assembleia Municipal, como suscitam diariamente de todos os cidadãos que acorrem a estes serviços de saúde. E dizer que a possibilidade pré-anunciada do Governo dar luz verde ao projeto de requalificação do pavilhão 5, é uma notícia que, naturalmente, deve regozijar os guardenses, mas que não esconde minimamente estes outros problemas sentidos no dia a dia pelas pessoas e que importa sempre e cada vez mais acautelar. Porque esses são realmente os problemas que sentimos no dia a dia, que os guardenses sentem na pele e que importa todos contribuímos para resolver. E nós aqui da Assembleia Municipal e também instar o Executivo Municipal a falar com as entidades competentes, no sentido de procurar articular respostas a estes problemas e soluções para estas questões que tantos nos preocupam. Muito obrigado a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Eu dava agora a palavra o senhor Presidente. Senhor Presidente, tem oito minutos que lhe sobram, mas dois minutos. Dez minutos. Para ser... tentar ser igualitária.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Tentar ser o mais rápido possível. Muito obrigado. Senhora Presidente da Junta da Vela, aqui trouxe aquilo que é importante para nós conhecermos aquilo que são as ações do Município da Guarda e aqui está o envolvimento com o mundo rural. Duas freguesias, a preocupação em resultado de uma catástrofe de incêndios, a atuação do Município de forma imediata, de forma seleta. Porque foi a prevenção na contaminação, estabilização de encostas, passagens hidráulicas, é assim que nos fazemos a política e a política só faz sentido se resolvermos os problemas das pessoas, das freguesias e esse trabalho, como disse bem aqui a Luísa, demonstra exatamente a nossa capacidade de intervenção e ação nos tempos certos, naquilo que de facto são as exigências das populações e nós temo-lo feito. E esse é o nosso cartão de cidadão que evidencia passo a passo a ação, aquilo que é a nossa capacidade de realização e que nós submetemos à apreciação, já em duas eleições aos nossos cidadãos e eleitores da Guarda. Agora é verdade que, e tem sido recorrente nos vários intervenientes do Partido Socialista, vamos esquecer o passado. Tiveram trinta anos, tiveram tantas oportunidades de fazer tanta coisa pela Guarda e não o fizeram. E depois vêm nestas Assembleias Municipais fazer aqui a crítica à avaliação. Como é que eles podem avaliar se não têm conhecimento? Não têm conhecimento da realidade. Não estão presentes, não veem. Não veem as ruas cheias, não veem estes eventos, não veem estes investimentos. E assim é difícil fazer política. Assim é difícil fazer política. E depois a contradição é evidente. Senhor Deputado Agostinho Gonçalves, é muito fácil vir aqui a uma Assembleia e dizer assim: a presunção da inocência, o estado de direito. Mas depois o que se faz aqui são julgamentos na praça pública, porque aquilo que o senhor Deputado Agostinho Gonçalves fez foi olhar para um conjunto de elementos que estão na comunicação social e fazer aqui o julgamento do meu colega. Porque diz: um membro de uma Associação não pode estar num Órgão onde se delibera algo que tem a ver com essa Associação. Mas quem é que conhece

esses factos? Se estamos num estado de direito, se há a presunção da inocência, quem é o senhor Deputado Agostinho Gonçalves para vir aqui a esta Assembleia a fazer julgamentos que não são mais do que julgamentos de carácter? Porque nós, sabemos-lo bem, as regras e o direito estabelece muito bem e define bem aquilo que são os limites da ação. Aos tribunais acabe julgar. Aos políticos cabe governar. E era aí, dentro desse trâmite e dessa limitação... é o que está aqui escrito, foi aquilo que o senhor Deputado disse. Mas quer que lhe repita? Quer que lhe repita? E isso é algo que nos deixa, de facto, tristes. Quando alguém que sente e não vamos falar do passado. Não queremos fazer juízos de carácter, em primeiro lugar. Segundo, também nesta matéria não queremos voltar ao passado e ver o que aconteceu. É evidente e respondendo desde logo à última questão que deixou a este Executivo, o senhor Deputado Agostinho Gonçalves tem condição de demonstrar que enquanto Deputado desta Assembleia Municipal, não vai ser jamais acicatado por um processo da justiça? Eu pergunto. Mas eu respondo-lhe. Não, o Presidente da Câmara e em nome do Executivo responde. Não, não seremos mais acicatados. Como nós, no passado, e neste passado recente de seis anos, fizemos aquilo que estamos convictos que melhor defendeu a população da Guarda. Aquilo que está plasmado na comunicação social, porque é isso que se conhece, não consta, não é verdadeiro, a não ser uma demonstração clara daquilo que se pretende na praça pública que é julgar cidadãos, muitas vezes cidadãos que são e exercem cargos políticos e nós não podemos efetivamente ir nessa senda e muito menos nesta Assembleia poder estar aqui a fazer julgamentos de carácter e isso sim, voltando as suas palavras iniciais, há que respeitar a justiça, o princípio da presunção da inocência e quando houver julgamentos efetivos com condenações transitadas em julgado, nós falaremos. Mas não é apregoando aos ventos a presunção de inocência, mas depois, quando estamos aqui o que fazemos é julgamentos como nós conseguimos perceber das declarações que o senhor Deputado Agostinho Gonçalves aqui prestou. Ainda relativamente aos projetos, colocou, de facto, como disse o Deputado Tiago Gonçalves, é verdade, é sobre as nossas obras destes seis anos que se debruçam e depois questionam algo que é inquestionável. Rotundas. Ouçam. Gastámos milhares de euros em rotundas. Já se esqueceram como é que era o trânsito no Bairro da Luz? O tempo que demorávamos para chegar à Estação. Isto é uma rotunda? Este é um investimento para viabilizar e melhorar o tráfego urbano da cidade. Já se esqueceram, na Avenida Sá Carneiro, o tempo que se demorava quando os pais iam buscar as crianças à Afonso de Albuquerque, ou saíam do Centro de Emprego, o tempo que demoravam a fazer a rotunda que está lá hoje construída? Rotundas. É rotundas. Vejam, tem lá umas flores. É isso. Não é verdade, não podemos fazer política desta forma. O que se fez efetivamente foi valorizar a cidade, pensar nas pessoas, ajudar a que cada pessoa que vive na cidade possa ter mais qualidade de vida, que é ir buscar os seus filhos e não estar dez minutos numa fila de automóveis para passar um pequeno obstáculo que prejudicava gravemente o bem-estar que nós queremos para as populações. O mesmo é dizer na rotunda Ti Joaquina. Era também um constrangimento. Hoje, não só está mais bonita mas também facilitou, viabilizou o trânsito de todos os guardenses da zona alta da cidade para a zona baixa da cidade. Mas, verdadeiramente, isso é muito preocupante porque não se olha para a realidade tal como ela é, porque a Guarda sente efetivamente que nós estamos no bom caminho e, se há projeto credível, viável, é exatamente o do Partido Social Democrata e foi por esse que nós fomos avaliados e é por esse que nós aqui também lutamos todos os dias, porque é o melhor projeto efetivamente para

ganhar eleições. Porque é esse que é credível. Foi isso que transmitimos também a todos os cidadãos da Guarda, é que trouxemos uma política de verdade. Nós comprometemo-nos e pagamos. Nós não nos comprometemos e depois deixamos para as calendas gregas a assunção desses compromissos. São vários os investimentos que estamos a fazer no centro histórico, mas não é só a Câmara. Nós hoje temos a percepção clara da quantidade de privados que estão a reabilitar, ao nível daquilo que são os seus edifícios, a aquisição de edifícios do centro histórico são diferentes e muitos os proprietários que, no centro histórico, fruto também desta ARU, área de reabilitação urbana, que tem ajudado muito também os particulares a afirmar-se e a reabilitar o centro histórico que é importante para nós. Relativamente, porque tenho que também ser breve, porque o tempo também não... quanto ao Centro Nacional de Prevenção Rodoviária, eu já o disse e aqui o Deputado Isidro, que há pouco se referiu também a esta matéria. Nós queremos dizer e a preocupação que colocou é importante. Porque temos que saber as competências, os serviços, aquilo que vai efetivamente ser realizado. E nós também estamos exatamente nessa senda de contactar e a reunião está praticamente agendada com a senhora Secretária de Estado onde este também será um assunto que irá ser abordado e de relevância para o Município. Quanto à empresa dos mupies, dizer que houve um concurso público. Houve um concurso público, ganhou a empresa que está neste momento a fazer a exploração e a concessão da publicidade e as regras são exatamente essas que foram assumidas no concurso público e a empresa que ganhou tem toda a legitimidade para exercer aquilo que resultou do próprio concurso público. As duas estruturas, desconheço essa situação, mas é evidente que nós não estamos aqui para atropelar ninguém nem os direitos de ninguém e, por esse facto, viu verificar o que é que aconteceu e imediatamente mandarei repor aquilo que está de acordo com a ordem e a legalidade pública. Deputado Tiago Gonçalves, sim, esse é o espírito que nós temos que ter. É evidenciar, efetivamente, aquilo que traz as pessoas à rua. Os Santos do Bairro foi uma iniciativa com um maior êxito e sucesso. As pessoas vêm à rua, temos as ruas cheias, participam. As pessoas sentem-se envolvidas com estes projetos. E, na verdade, também a valorização que nós temos feito do TMG, não só pela reabertura do Café Concerto, mas também do edifício polifónico. A revisão do PDM demonstra claramente que queremos projetar a cidade para novas ambições, à semelhança daquilo que são as grandes capitais europeias. Falar hoje em mobilidade, em economia circular são também para nós fatores importantes de estratégia e desenvolvimento do território e o PDM e por isso trouxemos cá as pessoas que dominam estas matérias para podermos, cada vez mais, optar por soluções. As empresas. Uma empresa que anunciámos, cinquenta postos de trabalho, 15.5 milhões de euros de investimento. O Partido Socialista, zero. Não interessa porque os bons resultados, esses não interessa evidenciar e, depois, quando se quer afirmar como alternativa pega exatamente naquilo que não tem fundamento nenhum, em termos da estratégia política que o Partido Social Democrata tem tido, que vai, efetivamente, como eu referi, desde logo com essas três rotundas, que demonstram claramente o interesse em valorizar as pessoas. O Hotel Turismo da Guarda. Há, de facto, um atraso que não é... dentro daquilo que têm sido os contactos feitos com a empresa que tem neste momento e que tem o direito de exploração. A única coisa que me transmitem é, efetivamente, 50% do Hotel não é para hotel e eles estão a encontrar soluções que permitam dar sustentabilidade financeira a este projeto e, como tal, enquanto não tiverem a certeza do projeto que ali vai ser desenvolvido, designadamente nos 50% que não são Hotel, eventualmente para

residência de estudantes, que é isso que estão a desenvolver esforços para com esse projeto complementar o Hotel e fazerem a construção e depois abrirem o mesmo para a hotelaria que é aquilo que nós desejamos. É uma matéria que nós não dominamos, evidentemente não somos nós que temos a responsabilidade direta, mas temos estado sempre a influenciar no sentido de que a sua abertura seja o mais rapidamente possível. A questão da saúde é, de facto, uma matéria muito importante...

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, peço-lhe que seja muito, muito breve.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Só mais um minuto, se me permite...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. Um minuto não.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Meio minuto. Saúde. A saúde na Guarda. É verdade que há notícias de que não estamos a prestar os melhores cuidados de saúde e essa é uma matéria muito importante até para o investimento. Temos que ter uma Unidade Local de Saúde de qualidade e de primeira linha e é importante que nós continuemos a confiar, mas a exigir também nos profissionais de saúde, porque eu sei que têm essa capacidade, se eles quiserem, e eu sei que eles querem, portanto, temos é que apenas apelar a que essa capacidade e determinação, em termos organizacionais, possam, de facto, catapultar os serviços de saúde da Guarda para um nível que não é o atual e é esse grau de exigência que eu também impunha ao nível da saúde, designadamente na Guarda. Tenho dito. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. O senhor Deputado Agostinho pediu-me a defesa da honra. Faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente, eu vou utilizar este momento única e simplesmente para isso, não para estar aqui a rebater qualquer outro tipo de coisa, para respeitar aquilo que está no Regimento. E faço-o por uma questão de verdade porque o senhor Presidente ou não tomou nota ou tomou nota mas não quis ter em conta aquilo que eu disse. Mas eu vou-lhe voltar a repetir e, se quiser agora tomar nota devagarinho, eu repito-lhe. Sugiro, por uma questão de transparência e isto não tem nada a ver com processo judicial nenhum, nada. Estou-lhe a sugerir, pro uma questão de transparência, e digo-lhe uma coisa, as questões da transparência e este tipo de sugestões, não podem ser nenhum dogma, nem nenhum tabu que não se possa falar disto. Agora, se isto para si lhe diz outra coisa, isso é problema seu. E, senhor Presidente, lá saberá. Mas eu vou-lhe voltar a repetir. Que sugiro que quando um Vereador seja ao mesmo tempo dirigente de uma cooperativa, se abstenha de votar em reunião de Câmara. Eu não disse não estar presente. Que se abstenha de votar assuntos relacionados com essa cooperativa. Então, mas não acha que isto é uma questão de transparência? E diga-me lá. Foi isso que o senhor disse que eu tinha dito? Não foi. Não baralhe as coisas, sabe porquê? Porque relativamente a julgamentos, a mim, e à nossa Bancada, não nos dá lições de moral, nenhuma. Nenhuma. Porque desde a primeira hora respeitamos e iremos respeitar. Percebe? Agora, há outra coisa completamente diferente. Não nos coloca nenhuma mordança, não nos coloca nenhuma mordança para aqui vir fazer sugestões relativamente a assuntos que nos parecem, não judiciais, mas de transparência. Ficou claro? E olhe, relativamente à outra questão que aqui também

tentou também levar para a lama, e para o lamaçal, da última pergunta que lhe fiz. É que eu não faço estas perguntas para vir aqui nessa tal postura que diz que eu tenho, que nós temos, mas não temos. Sabe porque é que eu lhe fiz a pergunta e lhe disse se teremos novidade relativamente a isso? Não. Não estou aqui a pedir-lhe que me garanta de futuro, obviamente, isso. Não lhe estou a perguntar isso, sabe porquê? É que num dia apareceu na televisão a dizer que estava tudo bem, que era só aquela questão. E no dia a seguir somos surpreendidos por uma notícia. Percebe? A questão é esta. Foi isto que lhe perguntei. Sabe o que é que me faz lembrar?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Terminou o seu tempo, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Eu termino já. Sabe o que é que me faz lembrar? Faz-me lembrar quando perguntaram a Agostinho da Silva, perguntaram-lhe se pertencia a alguma organização clandestina. E ele respondeu que não. E depois pediram-lhe, assine aqui a dizer que nunca pertencerá a nenhuma. Não, isso eu já não assino. Como é óbvio. Eu não lhe perguntei se alguma circunstância destas, um dia poderá acontecer. Mas acha que lhe perguntava isso? Aquilo que eu lhe perguntei e, se calhar, não fui muito claro e tem como lógica a sua postura, em que num dia diz uma coisa e no dia a seguir fomos surpreendidos com outra notícia. É só isto. Se está ou se estava alguma coisa na calha. Não é para prometer aqui nada a ninguém. Obviamente que isso ninguém pode prometer e cada um de nós pode estar sujeito, daqui a amanhã, a que uma questão dessas possa acontecer. Como é óbvio. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Muito bem. Interrompemos aqui e agora para o almoço. Deixamos, então, o Período da Ordem do Dia para o período da tarde. Duas e meia? Com um quatro de hora de tolerância o máximo, porque senão depois prolongamos o período da tarde.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vamos iniciar os trabalhos, e vamos entrar agora no período da ordem de trabalhos. Temos o 1 ponto da ordem de trabalhos, que são os assuntos de Interesse Geral Municipal e eu tenho aqui as entradas, começamos pelo Partido Social-Democrata, o Líder Parlamentar não está, tinha um julgamento logo me avisou, Hugo, temos o Centro Histórico, quem é que fala? O senhor Deputado Pedro Nobre faz favor, pode começar.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Cumprimento a todos desejando uma boa tarde de trabalho, esperando que agora com as energias a topo. É com frequência que ouvimos falar da falta de investimento na nossa zona Histórica, ou contrário de outras intervenções minhas não irei falar do passado, até porque sobre este tema falar do passado é só falar de abandono. Como é do conhecimento de todos os presentes é evidente o investimento realizado nas antigas instalações da Câmara Municipal para lá

acolher a sede da CIMBSE, não é só a Praça Velha, permitam-me que a chame assim não por respeito a Luís de Camões, mas por respeito à história da nossa cidade. Ficou mais rica com a fixação daquele serviço naquele local não só lhe dá mais vida como é de relevante importância para a economia local, a obra realizada no abandonado Quintal Medroso para lá acolher a sede da Comissão Vitivinícola da Beira Interior é sem dúvida um outro passo importante não só para embelezar uma área degradada como também para dar movimento ao nosso Centro Histórico. Na Rua dos Cavaleiros bem próximo da nossa Sé a recuperação de imóveis degradados irá dar lugar a 11 habitações destinadas a casais jovens com rendas mais baratas para assim se poderem instalar e/ou permanecer na nossa cidade também eles contribuindo para dar mais vida ao nosso Centro Histórico, as obras em curso na Torre dos Ferreiros irá proporcionar uma visita a um espaço que muitos dos aqui presentes nunca tiveram possibilidade de fazer, transformando aquele monumento único no País, numa verdadeira atração turística. De referir também as novas instalações da Associação de Bombeiros bem no centro nosso Centro Histórico as quais mereceram os mais rasgados elogios por parte desse importante grande órgão humanitário. Estes são verdadeiros exemplos do empenho que este Executivo tem feito em prol daquele espaço onde também posso acrescentar as condições preferenciais oferecidas a quem lá quiser recuperar habitações, é precisamente este facto que temos vindo a observar, pois são cada vez mais os imóveis a serem recuperados, uns para se manterem como habitações familiares outros transformados em alojamento local, outros ainda com os fins que pessoalmente desconheço, mas que pelo menos demonstram a intenção de privados em lá investir, como há o exemplo na Rua 31 de Janeiro ou no antigo Teatro das Beiras. Poderia eventualmente terminar a minha intervenção por aqui, já não foram poucos os bons exemplos dados, isso poderia acontecer com uma outra Câmara qualquer, não com esta, este Executivo quer transformar o nosso Centro Histórico, mas quer fazê-lo bem embelezando-o dando argumentos para que todos lá possamos ir e que nos sintamos lá bem, a eminente aquisição de dois imóveis na Praça Velha é mais um exemplo, depois de décadas ao abandono em total degradação situação que a todos nós deixa embaraçados quando com orgulho mostramos o nosso bonito Centro Histórico, são muitas as possibilidades para a recuperação daquele espaço desde logo a possibilidade da instalação do museu da Sé Catedral da Guarda, é para mim uma possibilidade a ter em conta, contamos ainda com o embelezamento do Largo João de Almeida, a este já chamo assim porque João de Almeida faz parte da nossa história, que alguns poucos não gostam do que já foi apresentado mas que alguns, muitos, estamos a gostar, de uma coisa estou certo irá ser uma obra dignificante, em contraste com uma outra nada consensual realizada à uns anos atrás e a poucos metros desta. E que dizer da Rua do Encontro, alguém fica indiferente ao passar por lá? Tenho a certeza que não, pois também esta, está na calha para ser intervencionada, direi melhor, finalmente alguém se lembrou de fazer uma intervenção naquela Rua. Não queria deixar de assinalar mais um investimento que se encontra numa fase adiantada que é o Condomínio das Associações mais um espaço a sofrer uma importante intervenção no local que merece ser revitalizado, por tudo anteriormente referido, só me resta na qualidade de cidadão

desta bonita cidade, elogiar o empenho deste Executivo estando certo de que novas novidades estarão a caminho, obrigado."-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora a intervenção do senhor Deputado João Bandurra sobre o SIAC, se faz favor."-----

- **Deputado João Bandurra (PSD):** "Senhora Presidente e restantes membros da mesa, quero cumprimentá-los, permitam-me que faça um cumprimento particular e pessoal ao senhor Presidente, ao senhor Vice-Presidente e à senhora Vereadora pelas novas funções, que não tinha tido ainda a oportunidade oficialmente de lhe dirigir estes cumprimentos e como tal com a minha elevada estima espero que tenham um mandato e um desempenho de funções cheio de felicidades. Tivemos entre 02 e 16 de junho a quarta edição do SIAC, em jeito de balanço desta quarta edição do Simpósio Internacional de Arte Contemporânea da Guarda, tem que se concluir que o mesmo foi um enorme sucesso que excedeu todas as expectativas que o público tinha pela oferta programática e até certamente as expectativas que a organização tinha relativamente à afluência de visitantes, de facto no SIAC anterior de ser ter tido uma exposição arrebatadora de Paula Rego difícil seria suplantar os números do anos passado, no entanto este ano só nos espaços expositivos, no museu, ressaltando também a galeria Evelina Coelho, a galeria espaço 4 e o estúdio de gravura, no Cineteatro na galeria do TMG e na galeria no Solar dos Póvoas, passaram mais de 7500 pessoas sendo que no conto acrescido desse número se deve acrescentar o dos visitantes da escultura ao vivo, arte urbana, artes performativas, cinema, workshops designadamente de dança e música contemporânea que ronda os 4 mil. Podemos dizer que este ano foi o ano da consolidação do SIAC, na cidade essa consolidação era uma realidade, mas uma consolidação na região e no País. Uma edição muito ambiciosa que trouxe e congregou numa mesma exposição quatro dos melhores artistas plásticos da atualidade, e falo de Pedro Cabrita Reis, Rui Chafes, Croft e Zulmiro, foram ainda abertos dois novos espaços, a sala Santa Rita Pintor tornando ao museu da Guarda a pare do museu do Chiado, os únicos museus do País a explorarem obras de Santa Rita e ainda a galeria espaço 4. Além do mais a Guarda ficou incluída oficialmente nas comemorações nacionais, oficiais do centenário de Sophia de Mello Breyner Anderson programa que só terminará em dezembro e que é bastante vasto. O SIAC 4 conseguiu congromelar quase todas as áreas das expressões culturais, criativas, sobre tando bienais que já tinham afirmado o seu nome há décadas, com orçamentos a duplicar e por vezes a triplicar. Escultura, pintura, desenho, fotografia, gravura, cerâmica, música contemporânea, poesia lírica, poesia virtual, palestras, workshops e o segundo congresso internacional em arte contemporânea. O SIAC 4 permitiu ainda aos Guardenses uma reaproximação aos espaços de memória coletiva, que não é a minha que cheguei em 89 e o Cineteatro fechou em março desse mesmo ano e eu cheguei em junho mas para a maioria dos guardenses um espaço coletivo com a abertura desse Cineteatro, com 21 exposições de 27 artistas internacionais no conto de mais 150 artistas participantes no certame oriundos de 15 Países, o SIAC é hoje uma referência em todo o País ao nível da cultura, com o SIAC a Guarda voltou a ascender aos patamares da primazia cultural. Dizia o Deputado Tiago, que é necessário passar a Guarda para cima e este evento é isso que

faz puxar a Guarda para cima. Parabéns ao pelouro responsável, parabéns ao Executivo, é a Guarda que ganha, disse."-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada, senhor Deputado. Eu perguntava se alguém pretende intervir sobre estes dois temas que foram apresentados, não? Passamos então ao Bloco seguinte, Bloco de Esquerda. Turismo, Lazer e Segurança, se faz favor senhor Deputado Marco Loureiro."-----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Muito obrigado senhora Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Carlos Monteiro, antes demais e atendendo à notícia que já foi apresentada na última reunião de Câmara, a renúncia do cargo do Dr. Álvaro Amaro, deixe-me agora sim felicitá-lo enquanto novo Presidente da Câmara Municipal, na sua total amplitude. Contudo e não quero que seja mal interpretado, confesso que fiquei desiludido e também um pouco triste, com as últimas notícias, mas a verdade é isto, os julgamentos é para serem feitos nos sítios certos e é nos tribunais e por isso não me irei pronunciar nada enquanto esta situação não for resolvida nos sítios certos e acho que não há mais nada a acrescentar sobre isso. Passo agora a ler algumas preocupações que o Bloco de Esquerda gostaria que fossem por si esclarecidas. Depois de várias intervenções na Rua do Comércio, e sendo nós de opinião de que não precisava de nenhuma, pois esta Rua estava em ótimas condições, tem agora um novo visual onde foi adaptado outro mobiliário urbano, neste último processo de adjudicação do contrato em 19/11/2018 com o valor de 74500 mil euros mais iva, ou seja, 91600 mil euros com um prazo de execução de 30 dias, mas que se vai lá saber porquê foi de 180 dias, de 30 dias para de 180 dias, afinal o que mudou para existir esta demora. Retirou-se o mobiliário que tinha sido colocado, não se sabe para onde foi, mas que segundo a opinião de muitos era feio, então colocou-se 16 bancos com floreira e árvore acoplada no modesto valor repito, modesto valor, dizem os entendidos de 5700 euros a unidade, cada um destes bancos, repito 5700 euros, modesto valor, aqui fica a pergunta chave, estará agora finalmente concluída a requalificação da Rua do Comércio? Ainda na zona histórica, projeto de valorização da Praça Velha, quando será apresentado? Processo de aquisição de alguns imóveis devolutos em plena Praça Velha gostaríamos de saber um pouco mais depois desse anúncio, quando vai acontecer e se já existe alguma ideia para a sua utilização futura depois da aquisição desses imóveis degradados, que há muito que já deveriam ter sido resolvidos e felicitamos se nos próximos tempos isso acontecer. Monumentos, Torre de Menagem, quem lá vai encontra vidros partidos, lâmpadas partidas, porta fechada, equipamentos de apoio fechados e abandonados, falta de iniciativas que transmitam conhecimento sobre o passado, ou seja história, daquele monumento, a quem visita ou melhor dizendo que gostariam de poder visitar, existe alguma intenção imediata por parte da Câmara de devolver com dignidade este monumento e seu espaço em redor aos seus Guardenses e a todos que nos visitam? Parque de Campismo, sei que já aqui foi trazido por outros Deputados, mas a verdade é que em outras sessões o Bloco de Esquerda trouxe esse tema e repito à dois meses atrás na última Assembleia aqui mesmo o senhor Presidente dirigido a nós e que nós lhe questionamos, afirmou, ainda na última Assembleia de abril voltámos a fazer a mesma pergunta, afirmei eu, desta vez teve a

mesma resposta do atual Presidente, Dr. Carlos Monteiro, que prontamente aqui afirmou que o Parque estava em obras e que no início de junho estaria aberto e a funcionar totalmente com melhores condições para os campistas, pois senhor Presidente hoje estamos a 26 de junho, isto não é início do mês de junho, isto é finais do mês de junho, será que não se enganou lá quando nos disse e nos queria dizer se calhar inícios de julho, pode ter sido lapso do senhor Presidente ou teremos ainda que esperar que o verão acabe sem haver Parque de Campismo e começarmos a preparar, menos mal, o próximo verão para que haja Parque de Campismo, e que haja possibilidade de albergar os tantos turistas, que pensamos que ao longo dos anos têm vindo á Guarda, e que cada vez mais vão vir á Guarda? Fica a pergunta."-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, já ultrapassou em 1 minuto o seu tempo, por isso peço-lhe que termine."-----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Termino já senhora Presidente. Segurança na via pública, já lá vão muitos meses que se encontram posicionadas várias grades da Câmara junto a um muro na Rua Mestre de Aviz, segundo o que parece para que os cidadãos passem junto ao muro, qual a razão para as grades lá estarem posicionadas, a existir perigo de derrocada do muro em causa, serão as grades que impedirão de acontecer uma tragédia, quem é que tem a responsabilidade de garantir que o muro esteja reforçado corretamente? Muito obrigado."-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre estes temas, não? Muito bem. Passemos então à intervenção da CDU. Por um concelho coeso, habitação digna e transportes acessíveis. Senhor Deputado Aires Diniz."-----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "Antes de entrar no que vou dizer, é dizer que este trabalho é o resultado das minhas investigações no arquivo municipal da Guarda onde vou encontrando ideias antigas que nos podem ser úteis no presente. Antigamente esta Câmara preocupava-se em providenciar casas económicas na Guarda, aos seus muitos habitantes e agora que os perde já nem para os deserdar da sorte as reivindica perante o IHRU, muitos eram os pobres em 1955, e em Pousade que é a aldeia onde eu moro, eram 50, havia até uma lista deles para que a Câmara soubesse a quem devia passar guias para ir a hospitais centrais Lisboa, Porto e Coimbra, quanto ao Instituto Nacional de Oncologia a Câmara da Guarda preocupada com este tipo de doença, nem se quer inquiria se eram pobres mandava com urgência para Lisboa, quanto a causas económicas, em 21 de março de 1951 a Câmara da Guarda indicou como seu representante na marcação dos terrenos do Bairro Económico, o Engenheiro Almiro Lopes que ainda conheci, chefe da secção técnica da Federação de Municípios de Beira Serra, respondendo assim a uma solicitação da direção geral de monumentos e edifícios nacionais, este trabalho de marcação está concluído em 02 de maio de 1951, estando feito o respetivo auto, tendo participado em representação da Câmara Almiro Gomes Lopes, chefe da secção técnica da federação de Municípios de Beira Serra, e Álvaro Vieira Soares de David em representação da Direção Regional de Monumentos e Edifícios Nacionais, fez então o competente estudo de localização para dar todas as facilidades

para a sua construção, pediu até à Federação de Municípios de Beira Serra um estudo das novas artérias a fim de se poderem iniciar já a execução das obras tratando consolidar um envio dos projetos de obra no Bonfim à Direção de Urbanização do Distrito para ter a competente participação do Estado isso torna-se então habitual agora é habitual o bom nome destas casas por longos tempos habitadas por gente que teimosamente viviam por aqui mas estes teimosos morreram ou esperam a morte nalgum lar de idosos, também se preocupava a Câmara da Guarda em 05 de agosto de 1953 em fornecer à sociedade Micaeles de Vasconcelos, eu desconfio que são filhos do casal Carolina Micael Gil e Joaquim Vasconcelos, Lda com sede no Porto que estava a elaborar um projeto de investigação troleibãs na nossa cidade e pedia esta diversos elementos que tinha solicitado com relação ao seu estudo económico, agora e aqui vou buscar ao paode, agora algumas oportunidades de emprego frustram-se como miragens por faltarem transportes que levem os trabalhadores aos empregos existentes, alguém me disse isso á poucos dias, enquanto isso acontece as casa ficam vazias e ao abandono negando a entrada aos que vem contar a água e a eletricidade, faltam também compradores de bens de primeira necessidade nos mercados municipais, onde eu vou de vez em quando e quase todos encolhem os ombros como se nada pudesse ser feito, e pode ser feito, e agora continuo aqui no texto que tinha feito originalmente. E agora perguntamos, que estudos económicos fez a Câmara quantos aos custos e benefícios de uma rede eficaz de transportes dentro do concelho, aproveitando as novas vantagens que o Governo da República que lhe oferecem, já falei disso hoje, mas torno a falar, ou quanto ás possibilidades de proporcionar habitação condigna aos seus habitantes mais carenciados mas enquanto a Câmara ainda não deixou de ser candidata a Capital Europeia da Cultura tem um estudo do seu património construído para alojar a classe de operários uma fonte de ensinamentos, e aqui é voltar ás atas da Câmara, o elencar dos temas lá focados, que pode usar para melhorar as suas hipóteses de vencedora neste campeonato, onde parece e isso é uma questão que me preocupa, não querer competir e muito menos ganhar. E agora terminando, para que a Câmara seja ganhadora, para que a cidade seja ganhadora, basta voltar a preocupar-se em manter o concelho coeso, promovendo habitação digna e transportes acessíveis para todos para voltar a ter uma grande capacidade económica no mundo atual em que vivemos, e disse.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigada senhor Deputado. Alguém pretende intervir, não? Muito bem. Passemos agora ao Grupo Parlamentar do CDS. Liberdade e Democracia, se faz favor senhor Deputado Henrique Monteiro."-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Obrigado senhora Presidente. Portanto, no fundo vou continuar a intervenção que comecei há um pouco, que comecei por citar Manuel Alegre, falando de liberdade para dizer a liberdade tem inevitavelmente um princípio ético e moral sempre subjacente que é o direito à igualdade da pessoa humana, e a liberdade de expressão é apenas uma pequena fração da liberdade que se deve entender num sentido bastante bem mais amplo, e citava Avelino Amaro da Costa para dizer que a moderação na política se serve da mudança para evitar a rutura, quem não se servir de abertura à mudança, escancarará as portas

ao extremismo e pode bem ser empurrado para a rutura, quem pelo contrário quer evitar o radicalismo tem o dever de prosperar e de se antecipar à mudança, no debate político tantas vezes parecemos incapazes de atender às aspirações mais simples evidentes do nosso tempo. Alberto Caeiro dizia não basta abrir a janela para ver os campos e o rio, é preciso não ter também filosofia nenhuma, com filosofia não há árvores há ideias apenas, quantas vezes o debate ideológico não se deixa alcançar pela realidade e impede de se ver um metro à frente dos olhos, ofusca aquilo que está à frente de todos, porque os montes e os rios diante de nós o mais difícil é ver tantas vezes a humanidade que somos independentemente tudo de partidos, de credos de qualquer bancadas que nos sentamos, uma vida humana é sempre a vida de um de nós, o nascimento de uma criança é sempre uma alegria, uma riqueza que qualquer família pode aspirar, o aluno é-nos confiado para o ensinarmos a crescer no conhecimento e no caráter, um doente pede sempre atenção e tratamento, o melhor que lhe possamos dar, uma pessoa pobre não pode estar impedida de se sentar à mesa das oportunidades, o nosso País é o mesmo em Lisboa ou Beja, no Porto ou Faro, em Bragança ou na Guarda, assim como no mar que envolve as regiões autónomas, dos Açores e da Madeira e o Continente, não serão estas evidências também suficientes para percebermos que uma aspirina não é melhor por dizer público ou privado, não serão estas também evidências suficientes para percebermos que às pessoas não importa que o Siresp seja público ou privado o que importa é que ele funcione, que óculos precisaremos nós para encararmos uma pediatria oncológica como uma urgência que sobrepõe a qualquer consideração ideológica, o que será preciso para percebermos que a ineficiência independentemente da sua roupagem, desperdiça recursos, gera pobreza e retrocesso, que mais incêndios terão que ocorrer para encararmos o isolamento dos territórios e os portugueses abandonados à sua sorte pelo centralista eleitoralista, o que precisamos ainda relatar em Tancos e nos roubos relatados em hospitais para percebermos que o estado não pode simplesmente fingir que existe, tem mesmo que exercer a sua autoridade, porque razão vieram o Primeiro Ministro e o Ministro das Infraestruturas pedir desculpa aos Portugueses pelos problemas nos transportes públicos, pelo caos na saúde e demais serviços públicos, depois de terem andado mais de quatro anos a dizer que a culpa é dos outros, passados quatro anos de governação não há culpas que se passem nem desculpas que se aceitem, há ações que se exigem, e uma ação que se exigia do Bloco de Esquerda e da CDU é que também que já viessem pedir desculpa por terem apoiado estas políticas, mas não o fazem. O Governo já pediu desculpa por ter vindo anunciar a requalificação do Hotel de Turismo e passado este tempo todo nada ter acontecido, não veio, mas já as deve, o Governo já veio pedir desculpas por ter anunciado duas vezes a requalificação do IP3 e de agora a ter adiado para 2023, não não veio, pois, este Primeiro Ministro pouco se importa com a nação só tem olhos para a próxima eleição. Alguém acredita que os recentes anúncios de projetos, não de obras para o conhecido Pavilhão 5 do Hospital, não passam disso mesmo anúncios, eu não acredito, a este o Governo só interessa a sobrevivência política que tenta cimentar na propaganda, o Governo já veio pedir desculpas por uma cirurgia oncológica ter sido adiada duas vezes no hospital da Guarda por falta de material, não. Ver os campos e os rios como dizia Caeiro é saber olharmos no que somos e habitamos na humanidade que nos constitui e na

portugalidade que nos atravessa que nos faz dizer que partilhamos a mesma essência, na diversidade e na liberdade somos todos portugueses, e essa pertença exige dos políticos que sirvam o País com uma ética exigente um escrutínio constante e um horizonte mais amplo que o mero ciclo eleitoral ou mediático, como pode o povo Português confiar na competência de um Governo para resolver os gravíssimos problemas económicos e sociais quando assiste a um sem fim de nomeações políticas questionáveis a ligações familiares entre governantes ou com a publicação de uma lei do financiamento dos partidos que limpou 5 anos de ilegalidades eleitorais entre outros casos corroem a nossa democracia, por estas e por ventura por outras razões a democracia em Portugal chegou ao estado que chegou, basta olhar para a abstenção...”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “ Senhor Deputado já passou em 1 minuto o seu tempo, por isso peço-lhe que seja breve.”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Legislativas 1975, 91% dos eleitores votaram, legislativas 2015 apenas 56%, nas últimas europeias 70% dos eleitores não exerceram esse direito, uma das maiores conquistas da nossa democracia, é impossível ficar indiferente a este cenário, que é bem revelador da falta de confiança nas instituições e nos políticos, hoje mais do que nunca é preciso lembrar que o nosso Município, tal como o Estado vai aumentando a sua despesa, aumentando as suas competências descentralizadas sem que isso traduza em melhores serviços prestados e em menos impostos cobrados, enquanto continuamos a assistir á debandada das pessoas principalmente dos mais jovens por falta de trabalho e sobretudo de emprego qualificado, muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “ Muito obrigada senhor Deputado. Alguém pretende intervir? Passemos então á intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. A Guarda e o futuro. Quem faz a intervenção? Senhor Deputado Rui Ribeiro se faz favor.”-----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado senhora Presidente, boa tarde a todos. No passado dia 18 de junho a Câmara Municipal apresentou-nos o projeto a que chamou Guarda Smart City foi-nos apresentado cito uma plataforma de colaboração e construção do futuro envolvendo todos os parceiros que receberam todos os contributos a promoverem boas práticas sustentáveis e eficazes na promoção do bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, portanto os presentes como eu que esperavam pela apresentação de um projeto já com objetivos definidos, ações planeadas e calendarizadas, saíram da sessão de apresentação com alguma para não dizer grande desilusão e não se trata aqui de uma mera questão de gestão de expectativas porque ás diversas intervenções á cerca deste tema que já ouvi nas diversas Assembleias o Executivo tem-nos informado estar a estudar o assunto para brevemente apresentar um plano nessa área e o plano que nos apresentou ao fim de 6 anos de mandato foi o de entender que ser uma cidade inteligente não deve ser uma sessão de bit, deve ser uma prioridade objetiva na resolução de problemas locais e de forma sustentável e de visão estratégica para o futuro mas não nos revela qual é a sua visão para esse futuro e já todos percebemos porquê assim e só dar a abertura para o tema

que nos foi anunciada é que desde que iniciou funções não mostrou qualquer vontade de dar passos nesse sentido bem como pelo contrário, e para justificar esta minha apreciação permitam-me que vos conte rapidamente uma pequena história, em 2017 respondendo ao desafio lançado pela Câmara Municipal três amigos, sem ligações profissionais há área , nem a partidos apenas com vontade de contribuir para o desenvolvimento da sua polis, dissidem numa bela manhã de sexta feira enquanto partilhavam um café apresentar uma proposta ao orçamento participativo, que então estava fase de receção de candidaturas, a proposta era na área das cidades inteligentes e consistia resumidamente na instalação de um conjunto de sensores de recolha de dados ambientais em número e locais definidos para serem acessíveis a todos, meteorologia, qualidade do ar, radiação solar para referir alguns exemplos, dados abertos para serem trabalhados e disponibilizados da maneira que cada um quisesse na perspectiva da criação de negócios, na perspectiva de utilizador individual, etc., dados que permitiriam uma escalabilidade de soluções para a sua utilização como por exemplo, controlo de regas e ascendimento de iluminação pública para tal contaram com estimáveis contributos de meteorologistas, investigadores da área, e um especialista na implementação deste tipo de solução em Chicago, a proposta estava fundamentada, orçamentada e calendarizada cumprindo todas as regras impostas para demissão a votação e o que decidiu a Câmara fazer com ela? Não a admitir a votação dirigindo aos promotores as seguintes palavras que também cito: “A Câmara Municipal da Guarda gostaria antes de mais de agradecer a participação V.ª Ex.ª nesta iniciativa e informá-los que o projeto mereceu a melhor atenção e análise por parte da autarquia mas o mesmo não é inovador para o Município na estrita medida em que este tem já neste momento e em curso e dentro das suas atribuições um projeto no âmbito do que foi proposto por V.ª Ex.ª, razão pela qual a proposta não foi submetida a votação”, fim de citação, recordo que esta comunicação é de março de 2017 e até hoje não conhecemos nenhum projeto nesta área, sendo uma das imposições do regulamento do orçamento participativo a exiguidade no prazo máximo de 12 meses, ficámos pois a saber que para a Câmara da Guarda este projeto não era inovador, tendo numa decisão estritamente política e ao arrepio das regras divulgadas decidido arbitrariamente excluí-lo, para talvez dar lugar a projetos mais inovadores como o que veio a ganhar a votação, o parque de merendas da Quinta da Taberna, que ainda hoje não se encontra concluído, não queremos obviamente por em causa a autoridade deste equipamento com potencial de turismo e localizado numa das zonas mais bonitas do concelho, apenas demonstrar a enorme falta de sensibilidade que este Executivo tem mostrado relativamente á inovação. Concluo com o desejo que mesmo com o enorme atraso a Guarda comece brevemente a dar os primeiros passos e a tornar-se mais inteligente na medida em que passe a utilizar mais eficientemente os recursos disponíveis porque uma cidade inteligente não desperdiça água da rega quando está a chover, não está às escuras numa tarde de nevoeiro serrado ou tem a iluminação ligada no final de tarde descoberto, não desloca veículos de recolha de resíduos para despejar contentores com menos de metade da sua capacidade utilizada, nem desvia transportes públicos para paragens onde não há passageiros, isto para citar os exemplos, mais óbvios. A Guarda pela sua dimensão e capacidade de inovação nesta matéria já evidenciada nalguns projetos incubados no Instituto

Politécnico tem potencial para ser pioneira nalguns aspetos, mas o tempo corre contra nós e não podemos continuar a recusar projetos inovadores sem discussão técnica apenas por preconceito político, precisamos de ar fresco nos decisores dos destinos da nossa cidade, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Intervenção seguinte. A Forma administrativa, um Concelho. Senhora Deputada Paulisa se faz favor.”-----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Antes de mais gostaria de dirigir os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e ao público que nos acompanha através dos meios de comunicação social. Excelentíssimo senhor Presidente depois da última reunião ordinária da Assembleia Municipal agendada para a semana santa porque tal convinha a agenda política ao então senhor Presidente da Câmara, Álvaro Amaro, que utilizou uma vez mais este palco em prol dos seus interesses políticos que sempre colocou á frente dos interesses dos cidadãos deste concelho, os Deputados do Grupo Parlamentar Municipal do PS fazem hoje aqui um apelo a bem de todos os Municípios no sentido de V.ª Ex.ª mudar a política seguida pelo seu antecessor. O senhor Dr. Álvaro Amaro não serviu a Guarda, serviu-se sim da Guarda para alcançar os seus interesses políticos, os megaeventos que realizou pouco ou nada vieram a acrescentar á economia deste concelho, serviram apenas para criar uma ilusão de desenvolvimento e dar-lhe projeção política, que obra deixou nesta cidade em 6 anos de mandato? Redecoração de rotundas, festas e flores, o líder do movimento pelo interior, o que fez ele pelo combate á interioridade do nosso concelho? Senhor Presidente da Câmara, Dr. Carlos Chaves, V.ª Ex.ª pode e deve fazer melhor, urge mudar os paradigmas deste Executivo que foram praticadas pelo seu antecessor, plante flores nas rotundas, mas por jardineiros desta Câmara Municipal e com flores produzidas por empresas aqui sediadas e não por jardineiros e com flores vindas de longínquas paragens, realize festas mas não tantas como o seu antecessor realizava que não precisamos mas as que realizar que seja com mais envolvimento dos meios locais e não contratando empresas sediadas em longínquas paragens, não nos vai dizer como nos dizia o seu anterior antecessor que neste concelho não há quem plante flores, nem quem forneça umas tendas, se não tem jardineiros suficientes na Câmara Municipal contrate-os com isto está a promover o enriquecimento no concelho da Guarda e a local, se não tem flores que cheguem para todas a rotundas crie condições para que empresas aqui sediadas as cultivem com isso está também a promover emprego no concelho da Guarda e a enriquecer a economia local e o mundo rural, e quanto a tendas crie condições para as empresas locais possam prestar esse serviço com isso está também a promover emprego no nosso concelho e a enriquecer a economia local, se seguir este paradigma continuará a enfeitar as rotundas com flores e a realizar as festas que forem mais proveitosas mas com menos dispêndio de dinheiro e ao mesmo tempo promove o emprego e estimula a economia do nosso concelho, é preciso que a Câmara fomente o investimento privado, porque gerar emprego é essencial para estancar a perda de população e para esse efeito é fulcral e é papel da Câmara revitalizar a nossa economia com medidas de investimento nas empresas aqui sediadas e não pode cair no erro que o seu antecessor caiu de deixar

fugir para cidades vizinhas fábricas que poderiam instalar-se nesta cidade como sucedeu com a fábrica de sumos naturais de fruta biológica, que foi abrir portas no Fundão, em vez de se instalar na Guarda como pretendiam os sócios dessa empresa, porque ali lhe ofereceram condições vantajosas e por cá o senhor ex. Presidente da Câmara nem sequer quis receber os sócios que aqui são residentes e mandou-os falar com o seu assessor, com esta mudança de paradigma em vez de se gastarem milhares de euros em tantas festas e flores que apenas duram uns dias, assim podia baixar o preço da água, e o IMI aos cidadãos da Guarda e melhorava a qualidade de vida aos habitantes do concelho o ano todo.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada peço-lhe que termine, já ultrapassou em 1 minuto o seu tempo, se faz favor.”-----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Agradeço, muito obrigada. O gasto excessivos nestes eventos e operações de estética na cidade, acabam por comprometer a qualidade de vida dos Municípios, porque depois falta o dinheiro para o que interessa verdadeiramente, assim em vez de desperdiçar fundos em redecorar rotundas com projetos megalómanos de custos elevadíssimos, como a locomotiva, a tal que nunca mais chega ali ao apeadeiro em frente ao Polis, porque não faz verdadeiramente algo proveitoso pela qualidade de vida dos guardenses, senhor Presidente os cidadãos da Guarda interrogam-se quantos milhares de euros se vão despender nesse projeto que nada traz de útil aos Municípios que não acrescenta nada aquele espaço, era essa a prioridade dos cidadãos desta cidade.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar senhora Deputada, peço-lhe desculpa tem que terminar, já ultrapassou em 2 minutos o seu tempo.”-----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “Mais prioritário seria ter promovido a construção de uma grande via que ligue o centro da cidade à A23 e vice-versa, a ausência dessa via é uma das grandes causas de atrofio desta cidade e essa foi uma das grandes promessas do seu antecessor, lembra-se senhor Presidente? Outra questão, ouvimos na comunicação social...”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar, não tem mais nenhuma questão, ultrapassou em 2 minutos e 20.”-----

- **Deputada Paulisa D’Assunção (PS):** “O interesse no Cineteatro da Guarda pretendemos só saber qual é a utilização que a Câmara pretende dar aquele espaço, quando tem uma infraestrutura como a do TMG, há uma série de problemas que tem que ser abordados pelo Executivo, e que deixamos estas preocupações em nome dos Municípios da Guarda. Obrigada.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Obrigada. Muito bem alguém pretende intervir sobre este tema senhor Deputado Miguel Bandarra, se faz favor.”-----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda e restante mesa, senhor Presidente da Câmara, senhora Vereadora e senhores Vereadores. Dando uma pequena resposta à senhora Deputada, que anteriormente veio

aqui, se não se lembra ou se não sabem dos incentivos por parte do Município da Guarda para fixação de empresas e emprego basta irem á PLIE, porque há uns anos o preço do metro quadrado nos terrenos da PLIE sabem bem qual é que era, agora sabem bem qual é, e sabem bem as empresas que estavam lá antes e as empresas que estão agora. Falando de festas, visto que não gostam de festas, então o candidato á Câmara Municipal da Guarda em 2017 pelo PS tanto dizia e disse numa rádio que a Feira Farta não era uma vez por ano era todos os meses. Obrigado.”-----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre estes temas que aqui foram discutidos? Senhor Presidente pretende intervir, se faz favor.”-----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “As minhas primeiras palavras são para revelar a falta aqui da nossa Vereadora Lucília Monteiro que está hoje em representação do Município da Guarda na discussão de um projeto transfronteiriço da cidade Sencil em Salamanca e por isso não pode estar aqui hoje presente como gostaria. A segunda palavra é aqui para a nossa colega e também Vereadora Cecília Amaro que está pela primeira vez nesta mesa não esteve na última Assembleia Municipal e que também felicito desde já como elemento importante e também colaborante que são as estratégias deste Município para levar a bom porto aquilo que é o nosso programa eleitoral, o nosso projeto social-democrata e da Guarda. Relativamente á intervenção do senhor Deputado Pedro Nobre, na verdade elencou aqui um conjunto de investimentos que demonstram bem a vitalidade a ambição que este Executivo tem em valorizar o Centro Histórico e eu aqui permitam-me que destaque também a sede da Comissão Vitivinícola da Beira Interior onde também agora estamos em reuniões permanentes com o senhor Presidente para fazermos a rota dos vinhos que passará por este Centro Histórico desde logo com paragens na sede da Comissão e que decorrerá pelo Centro Histórico colocando nesse itinerário alguns pontos de interesse da cidade o que vai valorizar ainda mais a atração ao centro da cidade e nomeadamente ao Centro Histórico. Queria também dizer que para além dessas obras e da iniciativa privada é importante referir o conjunto de obras que estão a ser feitas na Rua Sacadura Cabral, um empresário que tem ali já cerca de 10 habitações que estão a ser terminadas também dirigidas não só ao arrendamento normal, mas também porque já falou connosco e nós abrimos essa possibilidade, de naquilo que são as necessidades de mão de obra em alguns sectores da atividade económica que é desenvolvida na cidade e no concelho, podendo também em colaboração com a Câmara mas através daqueles espaços e da iniciativa privada terem aqui também um espaço de arrendamento focado para os novos trabalhadores que podem vir preencher as fileiras e as necessidades de algumas empresas locais, é evidente que isto são realidades já existentes mas poderia falar de facto no projeto que estamos só á espera de o receber ainda hoje tivemos contactos do próprio arquiteto do Largo da Misericórdia, a Rua do Encontro e a Rua Tenente Valadim. São de factos investimentos importantes que promovem esse desenvolvimento, essa vivacidade no Centro Histórico da cidade. Relativamente ao testemunho que o Dr. João Bandurra trouxe também a esta Assembleia, na verdade, eu também concordo o SIAC que é a confirmação, a consolidação deste grande evento

cultural que no fundo também alicerça essa ambição maior que é esta afirmação de uma Candidatura a Capital Europeia da Cultura, e que desde logo o SIAC com esta diversificação, com esta amplitude, com esta deslocalização que também contribui para este dinamismo urbano desde logo abrir um espaço que há mais de 20 anos estava encerrado que era um espaço insalubre, e por esse facto entendemos que pela cultura, e a cultura também tem aqui um papel importante sob ponto de vista de desenvolvimento económico e tivemos desde logo esse efeito que foi a participação da sociedade guardense e da região no número que referiu de 7500 mil visitantes mas fundamentalmente são 150 artistas de várias nacionalidades, em Portugal dos maiores nomes das artes portuguesas e também de 15 países o que demonstra bem o carácter que a Guarda pretende dar á sua capacidade de realização também cultural que não se fixa só entre as portas da cidade mas quer ter também esta abrangência também europeia. E desde já responde á senhora Deputada Paulisa, que nós não queremos comprar o Cineteatro, fizemos em parceria com esta entidade privada, os proprietários este evento poderemos fazer outros se for o caso e se acharmos conveniente naquilo que é a promoção dos interesses legítimos dos guardenses entroncando exatamente nestas políticas que nós queremos cada vez mais abrangentes, diversificadas para o nosso território e com certeza umas vezes fazemos sozinhos outras vezes envolvemos associações, instituições mas também queremos envolver os particulares porque também tem eles aqui um papel importante no desenvolvimento desta cidade, se pensamos que sozinhos conseguimos fazer tudo não é a solução correta e é exatamente abrindo ás diferentes sensibilidades que nós podemos apostar num futuro melhor para a nossa cidade. O Deputado Marco Loureiro, obrigado pela sua felicitação, é verdade eu também estaria mais tranquilo se não tivesse nenhum processo judicial, mas são as regras, o que é que nos salvaguarda, temos a consciência tranquila de que fizemos tudo em prol daquilo que defendia os interesses da Guarda nós nesse momento eramos os agentes dessa defesa e fizemo-lo nessa consciência, temos a consciência tranquila, era melhor não ter havido nada com certeza que estamos de acordo, mas existe, vamos falar estamos de acordo, e o dialogo passará a ser feito entre nós e o poder judicial nos locais certos, vamos abrir instrução vamos discutir, vamos esgrimir argumentos e depois se verá, é este o tempo que nós pedimos é assim que a nossa consciência determina e é assim que nós vamos digerir este processo com a convicção plena de que nós demonstraremos que os interesses da Guarda e não falamos aqui de interesses particulares nem do Aquilo, porque o Aquilo como outras instituições que participaram neste evento, foram e são instituições idóneas com as quais nós nos relacionamos no passado e vamos continuar a relacionar no futuro e por isso ambos e todos defendemos neste caso os interesses legítimos da nossa cidade. A Rua do Comércio não precisava de ser requalificada nosso entendimento sim, mas concedo que se tivéssemos acertado logo á segunda vez, pouparíamos algum dinheiro mas acreditamos que a terceira gastando lá mais algum dinheiro, ainda assim cumprimos escrupulosamente as nossa obrigações com os nossos fornecedores, hoje está mais bonita está melhor assumimos isso nem sempre acertamos á primeira também erramos, somos humanos, também erramos em determinadas circunstâncias era melhor ter gasto o primeiro dinheiro e resolvido a questão não aconteceu assim mas ficou definitivo e é assim que vai ficar,

fique descansado que não vamos lá gastar mais, porque é que demorou tanto tempo sabe que a obra esteve suspensa porque também na execução daqueles bancos não é qualquer empresa que o faz e por isso leva o seu tempo na sua execução e por isso nós suspendemos a obra não aconteceu nada, até que chegou a um determinado momento que os bancos já estavam numa fase terminada e nós demos seguimento a essa mesma obra. Aproveito também para responder também á senhora Deputado Paulisa, nós todos queríamos defender naquilo que é possível defender legalmente e admissível as empresas da Guarda mas como sabem Portugal não tem regiões em termos jurídico, ou seja se quisermos contratar alguém e se fizermos por concurso público, ou por consulta prévia temos que convocar todas as empresas, não podemos criar aqui um limite podemos alterar a lei nacional, que é dizer assim na Guarda só entram as empresas da Guarda mas isso não é possível infelizmente não é possível porque nós a concorrência o mercado é aberto desde logo até á Europa e nem podemos limitar a Portugal mas sim a toda a Europa e sendo assim temos que definir regras que são abrangentes de porta aberta e vem quem tem capacidade de resposta, o que é importante é apostar e continuar a apostar de facto nas que cá existem e para isso como disse o Miguel Bandarra é evidente esse apoio que nós temos dado ás empresas locais aos investimentos, as empresas que existem se criarem mais postos de trabalho, cá estamos nós também a participar desse investimento o regulamento assim o determina, queremos também esse regulamento que é recente que já está novamente em alteração porque queremos que ele seja também cada vez mais abrangente, designadamente em soluções de apoio aos casais jovens que trabalham os dois e alguns que possam vir de fora porque é uma estratégia que vamos desenvolver no futuro, que é atrair mais gente, como é que se vai fazer? Temos um plano não vou ainda aqui falar mas a seu tempo colocaremos também para esclarecer aquilo que vamos pretender fazer mas também se formos por ai como queremos ir, deveremos trazer mais gente para a Guarda e com certeza gente nova com emprego porque há empresas da Guarda que precisam de mão de obra de novos quadros e com certeza também com soluções ao nível do infantário e outras estão a ser estudadas e vão ser colocadas no momento certo para o efeito mas a situação é essa, tudo o que nós podemos fazer e por isso o preço do metro quadrado da PLIE, foi importantíssimo para a localização, neste momento só temos 6 lotes de terreno totalmente livres para venda ou seja é verdade que alguns empresários compraram alguns á mais de 10/15 anos não construíram violaram o regulamento, já é a segunda vez que reunimos com eles a dizer tenham cuidado porque senão se não construírem nós vamos ter que disponibilizar esses lotes para outras empresas que venham, porque só temos 6 e se isso acontecer vamos ter que entrar como já aconteceu com uma das empresas que não construiu e tivemos que avançar com uma ação judicial para disponibilizar aqueles lotes, para uma outra empresa que já tem ali as suas instalações empresariais que é a empresa Olano, temos de facto ai também um projeto judicial mas é algo que não queremos continuar a praticar nem ir pela via judicial sabemos que não dá resposta ás empresas e á economia, os imóveis, há dois imóveis que queremos adquirir até há mais, mas há aqui duas questões, a primeira é que não podemos gastar demasiado na aquisição de imóveis porquê, porque por um lado apostar no Centro Histórico, apostar na aquisição de

imóveis que estão devolutos em mau estado é importante mas se tivermos de comprar imóveis, espaços para cá colocar os tais serviços que há pouco falamos, há que ponderar, e aqui tem que haver algum equilíbrio mas que fique certo o seguinte a escritura pública de compra e venda está sempre preparada contra os outros dois imóveis que estão ao lado do edifício contíguo á CIM, para nós podermos ainda este ano depois da aquisição limpar o interior dos mesmos apresentar um projeto que permita a sua requalificação e a partir daí pensar no destino, qual é o destino que nós temos pensado, e já o disse o anterior Presidente da Câmara a parte do rés-do-chão para a economia privada, restaurantes ou aquilo que a economia privada procurar e quiser, vamos também colocar isto em hasta pública e também disponibilizar porquê? Porque queremos aquele centro seja vivido, seja fluido pelas pessoas quanto mais atividade económica ali existir melhor e então o rés-do-chão é para essa funcionalidade, a parte de cima admitimos que possa ter outras funcionalidades, dir-lhe-ia uma, mas não sei se a vamos fazer senão, até porque recentemente o meu colega, Vereador da Cultura me propôs na Torre de Menagem e ao lado da Torre de menagem onde está um espaço que há pouco se referiu, penso que foi o Deputado Marco Loureiro e nesse espaço era para ser colocado lá neste momento já a casa das armas, as armas que estavam no museu, onde nós reestruturámos o espaço do museu e colocamos ali algumas obras de arte, pintura e outras, e ficou uma ideia de avançar com a casa das armas, entendemos se conseguirmos ali fazer espaços museológicos ficará mais convidativo mais importante para trazer pessoas aquele centro e viverem o centro de forma diferente, ter as zonas de lazer, mas ter a zona de cultura, ter o espaço de exposição, é este apenas o foco que estamos a transportar com todo o interesse que temos na Torre de Menagem mas a verdade é que pensamos também a ir ao encontro desta necessidade mas mais para o centro do que estar lá em cima, no entanto é moderno, aquelas instalações que estão junto á Torre de Menagem, a Torre de Menagem temos dado vida, quantas agora com o SIAC estive com algumas, os meus colegas do executivo igualmente, estivemos com apresentações, estudo, debate na Torre de Menagem e por isso queremos continuar nessa senda sempre que nós encontremos outras funcionalidades também estamos abertos de facto a ponderar essas soluções, mas não é um espaço que está a ser vivenciado, pelo contrário no SIAC foram diferenciadas inúmeras as ações ali desenvolvidas, portanto não está abandonado e de facto existe uso neste espaço histórico e estratégico da cidade. Depois quanto ao Parque de Campismo, eu já me referi hoje a essa matéria, eu tenho que aqui hoje fazer meia culpa, não tenho problemas de o dizer, lançamos um procedimento, esse procedimento foi instinto porque não dava ás necessidades atrasou e lançamos um novo procedimento de contratação, as obras iniciaram-se eu tinha dito efetivamente que em junho era para fazermos essa execução de trabalhos não foi possível, eu posso tentar ser sempre proactivo para ir ao encontro dos vossos esclarecimentos mas há sempre aqui, em termos de times é sempre um risco, há problemas ali, questões que nós temos que separar de usos como sabem temos o Callcenter que tem um espaço que usa dentro de perímetro do Parque de Campismo, neste momento reformulamos todo este projeto de forma a autonomizar todo o equipamento do outro e durante os meses de verão não há contentores para entrega no entanto porque aquele espaço, estamos de acordo, não pode continuar fechado e

nós queremos que aquele espaço que responde a um conjunto de necessidades dos nossos turistas, queremos abri-lo, mas retirando esta questão dos contentores ele irá ser aberto, presumimos que a obra se conclui no final do mês de julho e só em agosto é que poderá ser aberto, vale o que vale é assim que temos isto definido mas reconheço se era esse o seu objetivo de dizer que o Presidente da Câmara não foi preciso nessa data, alcançou, transmite quem diz a verdade, como diz o povo não merece castigo mas deixo ao seu critério a análise quanto a esta matéria. Os transportes acessíveis por parte aqui da intervenção do senhor Deputado Aires Diniz, tenho que lhe dizer duas coisas, a primeira é que Comunidade Intermunicipal como referiu já numa intervenção anterior, a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela também tem o mesmo projeto exato á Comunidade que referiu, portanto nós que somos autoridade nacional de transportes, a Câmara da Guarda enquanto aos transportes urbanos, cabe a gestão dos transportes urbanos, nos intermunicipais cabe á Comunidade Intermunicipal essa gestão dos transportes e também ela se candidatou, portanto não estamos mais atrasados do que outras CIM'S do País, estamos a fazer cada um o seu trabalho, acontece que a Guarda como a Covilhã que têm transportes urbanos não delegaram na CIM a gestão dos transportes urbanos, mas no âmbito da gestão dos transportes urbanos, eu quero-lhe transmitir que também a CIM e naquilo que foi a regra do orçamento na definição de apoio aos transportes, também a CIM beneficiou num apoio de 500 mil euros á volta disso que foi já distribuído para apoiar os transportes dos menores de 18 anos e dos maiores de 60 ou 65 anos, portanto á meio milhão de euros para ajudar a que os transportes da CIM e daqui desta região sejam mais baratos para os nossos concidadãos a par destas medidas que eu á pouco falei que também a Câmara da Guarda tem ajudado muito nessa matéria, desde logo com a disponibilização dos seus transportes. O Deputado Rui Ribeiro, Smart City, nós fizemos um procedimento, nós dizemos lá quais são as fases desse procedimento, o procedimento foi mais longo do que aquele que desejaríamos, mas a verdade é que era mesmo isso era uma reunião com os takolders regionais para cada um também participar e dar os seus pareceres, mas o senhor Deputado foi mais longe não conheço nenhum projeto de Smart City, então não conhece a Teleassistência o primeiro em Portugal com colaboração coma GNR? Não conhece a modernização das linhas de transporte, um projeto, uma candidatura que acabamos de fazer para modernização com informação acessível aos utentes dos transportes no espaço urbano e nas linhas de transportes urbanos da cidade da Guarda, a iluminação led, assinamos o contrato, assinamos o lançamento do procedimento há um mês atrás para tornarmos toda a iluminação pública da cidade, led e inteligente, a partir desta iluminação vamos conseguir acionar a rega dos canteiros e acionar um conjunto de atividades que está tudo no mesmo poste de iluminação, é um trabalho que está a ser feito, que merece ser acompanhado e avaliado, e há 30 dias que lançámos efetivamente esse concurso de largos milhões de euros, ou pelo menos de 1 milhão meio milhão de euros á volta disso, o orçamento participativo é também ele próprio uma forma de inteligência da cidades, os censores está nesses postes e na verdade o orçamento participativo acontece um conjunto de objetivos, um conjunto de propostas, essas foram aceites pelo júri que acompanhou o orçamento participativo, essa solução que colocou não foi admitida, não estamos a dizer que é melhor ou que é

pior, não foi admitida foram os critérios do júri, mas quero-lhe dizer que nesse âmbito são muitos os passos que nós temos dado também nessa área. Não posso concordar de forma alguma que o Presidente anterior da Câmara da Guarda, se alguém deu visibilidade á cidade aquilo que são ações concretas que nos valorizaram porque o deserto, a travessia do deserto aquilo que foi a perda de amor próprio pela Guarda se alguém o fez recuperar foi o Dr. Álvaro Amaro e isso deve-se a vós porque se vocês porque se vocês não tivessem feito tão mal nesses 30 anos se calhar também nunca o Dr. Álvaro Amaro teria chegado que chegou mas isso enobreceu só a Guarda como enobreceu os cidadãos nacionais em nome da Guarda, porque percebemos desde logo aquilo que ele fez pelo Movimento pelo Interior e sendo como vai ser Deputado ao Parlamento Europeu. A fábrica de sumos, como é que é possível para mim ouvir uma coisa tremendamente chocante, admitir que um empresário veio á Câmara Municipal da Guarda, não foi recebido, e que foi não sei para onde, dê-me os elementos, demonstrem com elementos porque isso é chocante para a Câmara da Guarda, é chocante para este Executivo, nunca ninguém veio á Câmara Municipal da Guarda, muito menos para investir e muito menos um cidadão da Guarda que não tivesse as portas abertas desta Câmara para em concertação apostarmos num projeto que vem criar postos de trabalho, mas nós baixámos de facto a água, nós baixámos a água todos os anos, se não sabem deviam saber, nós baixámos o IMI não sabem mas deviam saber, só para terminar, não o termo mais importante mas ainda sim porque de facto é preciso ter também paciência porque aqueles que não querem sufragar os nossos grandes projetos afinal são os que padecem mais com a não concretização imediata desses mesmo projetos, a locomotiva e a rotunda não vale nada, não me vou pronunciar mais sobre rotundas mas a locomotiva é cara não interessa mas reclamo permanentemente sobre a falta da locomotiva, a locomotiva está neste momento nas instalações da EMEL, tem vários grafitis, está ferrugenta e nós estamos num processo de contratação com a EMF para a pintarmos para não a colocarmos lá com o aspeto que tem, logo que esteja pintada o transporte está ser tratado para vir e ser lá colocada enquanto não for pintada esqueçam não vem para a Guarda, enquanto não dor pintada e eu não sei quando é que vai ser, nem me perguntem datas que eu não vou dizer, não vem para a Guarda enquanto não estiver com as condições e vem a custo zero, com o custo do transporte mas vem a custo zero aquela locomotiva a título de depósito não é arrendada, nem alugado como entenderem. O interesse no Cineteatro já respondi e disse, muito obrigado senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Presidente. Passemos então ao segundo ponto da ordem de trabalhos.” -----

Ponto 2.2. Discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais. -----

A) Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018. -----

B) Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto.-----

C) Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril que concretiza a transferência de competências no domínio do serviço público de transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto, no domínio de transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. -----

D) Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 72/2019 de 28 de maio que concretiza a transferência de competências no domínio da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários e da gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto. -----

E) que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação a da responsabilidade desta, no âmbito da alínea a), do n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, que, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da enunciada Lei n.º 50/2018, o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018. -----

F) que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação a da responsabilidade desta, no âmbito da alínea a), do n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, que, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da enunciada Lei n.º 50/2018, o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----

G) que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação a da responsabilidade desta, no âmbito da alínea a), do n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, que, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da enunciada Lei n.º 50/2018, o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Basicamente e resumindo há a não aceitação por parte da Câmara Municipal destas quatro competências, mas não se opõe a que a Comunidade Intermunicipal aceite, em todo o caso senhor Presidente quer dizer umas palavrinhas sobre isto? Se faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Relativamente a esta matérias alguns sobrepostos porque não estão verificados e daí nós não temos aceite estas competências, no âmbito da educação, nós fizemos um levantamento daquilo que são os equipamentos, escolares, edifícios e percebemos do levantamento que foi feito que haverá um custo elevado para a requalificação destes espaços, todavia aquilo que consta da própria transferência, em termo de apoio monetário, financeiro para a manutenção, conservação e requalificação, é muito penso que andar á volta dos 15/20 mil euros, independentemente da escola ser grande, ser pequena, de ter mais obra ou menos obra, isso não interesse, nós aliás numa reunião que tivemos na CIM que tivemos com o senhor Secretário de Estados isso foi claro, nesse sentido consideramos que não está verificado o lado financeiro que nos ajuda a suportar essa requalificação dos edifícios, depois traz também outra questão que pode ser problemática que pode criar algum conflito laboral que estão sujeitos os colaboradores da Câmara Municipal afetos á parte da educação e também aqueles que estão afetos ao ministério da educação nesse sentido podia trazer também alguma conflitualidade naquilo que é a prestação de um serviço que é igual ou idêntico sob a tutela e gestão da Câmara mas com regimes legais diferentes, entendemos por isso que no âmbito da educação não era adequado nem sustentável admitir esta transferência, no âmbito da saúde é também uma questão que também não se coloca porque a Guarda tem também a prestação dos cuidados de saúde sob a tutela da ULS e o que está aqui em causa é a transferência da competência do âmbito da prestação dos cuidados de saúde primários, pessoal e alguns edifícios, também os centro de saúde mas também como esta matéria está sob a gestão da Unidade Local de Saúde e o que está sob a gestão da Unidade de Saúde não é transferível no âmbito deste decreto-lei por isso é uma questão que acaba por ser despicienda e não necessária para aquilo que é a regra, nas outras matérias também não se aplica á Guarda, no entanto olhando para a experiencia já adquirida nos tempos anteriores, uma das Câmaras não vota uma determinada competência impedia que a CIM pudesse vir a assumir essa competência, então nós acutelávamo-nos com esta proposta, a possibilidade de nós não querermos essa competência mas se a CIM entender que pode exercer e que tem essas competências para exercer essas funções e os meios necessários nós não quisemos impedir que com a nossa votação que a CIM faça o destino que entender para salvaguarda os interesses também de tutela e daí darmos também essa oportunidade para que a CIM possa votar favoravelmente as competências que entender, muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este tema? Senhor Deputado Agostinho se faz favor.” -

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente muito obrigado. Muito rapidamente porque cada vez que esta questão vem, estaríamos aqui sempre a repetir a argumentação que já aqui deixámos relativamente a esta matéria e acaba esta lei e qualquer dia é uma pescadinha de rabo na boca porque andamos aqui sempre aos peões com esta situação, agora quanto à não aceitação no domínio da educação e no domínio da saúde, votaremos contra esta não aceitação porque aqui a questão e a motivação que aqui temos relativamente á não aceitação é que estamos numa fase em que poderíamos dar passos e caminhar no sentido de arriscar um pouco relativamente á descentralização de competências porque aquilo que parece é que quando pedimos e não é concedido, ficamos muito desiludidos com o centralismo, depois quando na

prática damos passos e caminhamos no sentido da descentralização ficamos assustados e não queremos eu acho que deveria haver aqui um pouco de coragem e aceitar estas competências e ir caminhando certamente com dificuldades obviamente porque é uma matéria complexa, e nova que implica uma logística em termos de organização mas eu acho que deveríamos ter alguma capacidade de arriscar relativamente a estes domínios da educação e da saúde tantas vezes dizemos que não temos uma palavra a dizer quanto á educação e quanto á saúde quando temos, quando ficamos com essa possibilidade ficamos um pouco assustados com isso eu acho que poderíamos, aliás nós achamos que poderíamos aqui caminhar um pouco neste sentido, quanto aos outros pontos todos e vou-me dispensar de estar aqui a analisar ponto por ponto porque acabamos de estar sempre com a mesma fundamentação e argumentação, votaremos favoravelmente porque alguns não se enquadram e os outros também faz sentido que existe esta comunicação á CIM e era só isto relativamente a esta matéria para não estarmos sempre aqui a repetirmo-nos, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Presidente. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado João Prata, se faz favor.” -----

- **Deputado João Prata (PSD):** “Muito boa tarde a todos, senhora Presidente, senhores membros da mesa tal como a todos saúdo tal como os senhores técnicos da Câmara Municipal, público assistente e naturalmente todos os meus colegas autarcas de freguesia, Deputados eleitos e no final uma palavra especial para a Dra. Cecília, que hoje está aqui pela primeira vez na qualidade de Vereadora, uma pessoa por todos nós conhecida, dos autarcas de freguesia, todos os cidadãos da Guarda esperamos que tenha continuação de bom desempenho como o que tem feito até agora, naturalmente também uma palavra que é a primeira vez que me dirijo ao senhor Presidente na qualidade aqui de membro da Assembleia Municipal, ao senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, ao senhor Vice-Presidente que não está aqui agora presente uma palavra especial para vós e para todos os vereadores, incluindo naturalmente o senhor Vereador Pedro Fonseca e o colega e o camarada dele Eduardo Brito também na sessão de modo a que durante estes dois anos, não fujo eu, eu conheço a fraseologia, não fujo á regra naturalmente também desejar aqui á oposição nesta equipa reformulada, continue a dar conta do recado ou tentar naturalmente dar conta do recado e obviamente ao senhor Presidente da Câmara o que lhe digo um pouco na sequência daquilo que já aqui foi mencionado pelo senhor Deputado Tiago Gonçalves, o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, cabeça erguida e essencialmente continue a falar com os guardenses, ande na rua se calhar mais do que no gabinete ande na rua, converse com as pessoas e acompanhe os trabalhos que vão sendo feitos pela Câmara e aqui já agora quero aproveitar, embora tenha sido em gabinete, mas espero sinceramente que quando esta obra que foi anunciada pela Câmara for em frente, o senhor Presidente e a sua equipa toda tenham o prazer de a poder apresentar á população nomeadamente aquilo que foi votado numa das sessões da vereação e creio que aqui os Vereadores do Partido Socialista também tenham votado a favor, que é as obras no Carapito, na Cabreira, em Alfarazes e nos Galegos são quatro agregados populacionais muito importantes da freguesia da Guarda que têm condições muito mas mesmo muito precárias, mas têm condições muito mas muito condições precárias desde do advento em 74, portanto nunca foi feito, os senhores tiveram a dignidade, não se pode dizer outra palavra, mas só espero que ela seja bem completado com obra efetiva, mas

quando essa obra for para o terreno desde já o convidado, a poder apresentar o projeto vai ser feito junto dessas populações, porque há muitos anos são ansiadas essas obras, já agora indo de encontro à razão pela qual é esta intervenção, dizer que o que nós aqui acabámos de escutar, é aquilo que se pode dizer uma outra brincadeira com o Acrónio do PS, não é Partido Socialista, é birrazinha socialista, ou seja o Partido Socialista veio aqui dizer, pela voz do senhor Deputado Agostinho Gonçalves que concorda que algumas competências sejam transferidas para a Comunidade Intermunicipal mas não concorda para a Câmara Municipal da Guarda, porque entende e bem está no seu legítimo direito de entender que se nós pedimos, agora é-nos dado nós somos recusados e eu penso que todos nós compreendemos e muito bem porque é que em 2019 que é isso que diz a proposta que foi aqui presente à Assembleia Municipal da Guarda, se eu li bem, para 2019 não é fácil, em junho de 2019 passarmos a ter as competências todas de educação conforme está na lei, o que eu li do que foi enviado da Câmara Municipal é que é para 2019, ou seja quem percebe minimamente de educação, quem percebe minimamente de saúde, não pode conceber que uma Câmara Municipal que tem os funcionários que tem que estão a fazer um trabalho muito bom na área da educação, e seguramente pode ser ainda aprofundado e queremos que seja até alargado e sobre isso a junta de freguesia já fez algumas propostas ao senhor Presidente da Câmara em reunião que tivemos recentemente, dizer senhor Presidente e senhora Presidente da Assembleia Municipal e caros colegas que não é normal que em 2019, em junho seja a Assembleia Municipal confrontada com a necessidade de votar a transferência da educação para o ano seguinte para 2019, se fosse para 2020 provavelmente já sou capaz de dar alguma razão ao senhor Deputado Agostinho Gonçalves e se calhar para 2020 teríamos aqui que pressionar um pouco mais os nossos serviços a nossa organização para podermos acolher essas competências com os devidos recursos, mas para 2019 é impensável conseguir fazer essa concretização e é uma birrazinha socialista por uma razão muito simples, é que esta reforma do poder local já foi anunciada em 2016 pelo senhor Primeiro Ministro, quando ele referiu e bem e subscrevemos essa frase, esse slogan, mas é aqueles slogans que é muita força e depois não tem força para a força que imprimiu à afirmação quando ele diz e bem que a descentralização é a pedra angular da reforma do estado, penso que foi estas as palavras que ele utilizou e bem quer dizer que eu estou inteiramente de acordo mas isto foi dito em 2016 na altura virou-se para a esquerda, a esquerda deu-lhe um sopapo virou-se para os partidos da direita dita direita, para o PSD e CDS e então parece que conseguiu acasalar-se com o PSD para refazer a reforma do estado porque a esquerda realmente não deixou fazer e estamos no fim da legislatura porque acaba em junho, julho, o Partido Socialista é como a carochinha à espera do João Ratão que chega sempre à esquina, mas dizer que na verdade, estamos no fim da legislatura e infelizmente esta reforma que é importante, eu volto a dizer é muito importante, é necessário dizer o seguinte, estamos no fim da legislatura e até hoje este processo tem vindo a andar aos ziguezues mas quero dizer para sossego do Partido Socialista é bom que esta reforma seja qual for o resultado eleitoral em outubro deste ano, seja o mesmo Partido, seja outro Partido, seja uma coligação, seja aquilo que a população quiser, que esta reforme continue e que se aprofunde, e que se aprofunde não só do governo para as Câmaras Municipais, não só do governo para as Comunidades Intermunicipais e Câmaras para as Comunidades Municipais mas também para as juntas de freguesia como a lei preconiza e aqui quero dizer que o governo do Partido Socialista com muito do apoio do PSD e obviamente do

antigo Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Dr. Álvaro Amaro, está bem pensado, é necessário que seja bem concretizado, e aqui senhor Presidente da Câmara quero-lhe dizer que o desafio a si e á sua equipa para que possa realmente de acordo com o decreto-lei n.º 57, que é a lei da transferência de competência para as freguesias, e como está agora no início juntamente com a sua equipa e com os seus técnicos responsáveis por estas áreas, fazer aqui um brilharete, desculpe a expressão que é uma palavra muito utilizada no girão da política, um brilharete e com as juntas de freguesia do concelho poder de alguma forma ir de encontro aquilo que é proteção desta lei mas nunca senhor Presidente para 2019 mas sim para 2020 e ai sim estamos em condições de poder conversar e dar um brilhazinho novo, digamos assim a esta gestão autárquica que agora temos e com esta equipa remodelada, reforçada e acima de tudo com vontade de cumprir aquilo que são as promessas eleitorais que foram feitas á população. E termino só dizendo senhor Presidente e senhora Presidente da Assembleia Municipal e distintos colegas que fez bem a Câmara Municipal em dizer que não e esquecer claramente a birrazinha socialista porque não se percebe bem porque é que o Partido Socialista vem votar apenas em dois pontos, porque é a Câmara Municipal propõe porque se fosse e fosse outra entidade se calhar estaria de acordo, não me parece justo e parece-me correto para 2020 sim e para 2019 claro está não é possível nós conseguirmos concretizar esta questão, e há aqui outras questões da lei que era preciso falar mas não acho que seja necessário, são várias coisas criadas, o fundo de financiamento da descentralização praticamente só em nomeados de 2019 é que está a ser constituído era previsto isso ser no orçamento de 2019 votado em novembro de 2018 não foi, a comissão de acompanhamento da descentralização que está prevista em agosto de 2018 só há 15 dias é que teve a sua publicação do projeto regulamentar e depois naturalmente a questão financeira e referiu bem o senhor Presidente não é nada normal que, eu percebo a lógica do governo, como percebo a lógica das Câmaras Municipais em relação ás juntas de freguesia, andamos todos a pedir para cima, ai não há hipótese nenhuma de haver aqui grandes enganar, as Câmaras dizem que o governo não dá dinheiro suficiente para as escolas, não dá dinheiro suficiente para os centros de saúde, as juntas de freguesia também dizem que a Câmara não dá o dinheiro suficiente para as suas competências, temos que chegar aqui a um acordo, porque ai a democracia nos obriga e os 45 anos de democracia já são mais do que suficientes para nós termos a noção e ai concordo com o senhor Deputado Agostinho Gonçalves não poderia deixar de terminar a concordar com o senhor Deputado Agostinho Gonçalves quando diz e muito bem na minha opinião, que já é tempo de nós conseguirmos realmente convergir e sinergir, aproveitando os recursos que temos humanos, técnicos e financeiros para localmente realmente por de pé uma verdadeira politica da educação e também de saúde também são estas competências que aqui estão em causa, muito obrigado senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, se faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** "Eu vou ser breve porque já foi tudo dito. Ou seja, as competências a), b), c) e d) não são de aceitar, umas por razões óbvias não temos assim tantos rios navegáveis aqui na região e depois também a questão da saúde e da educação também já foi justificado pelo senhor Presidente que não é de aceitar, e também o João Prata aqui falou que para este ano já é muito cedo e portanto, seria para

o ano 2020, mas o que é certo é que tanto num ano como noutro isto não é de aceitar porque uma coisa é a saúde e sabemos das dificuldades do hospital e portanto não é a Câmara que vai resolver esse assunto, e também na questões da educação também não é a Câmara que vai resolver as questões da educação. E depois isto também entra em contradição com as competências que queremos que a CIM'S assuma, se nós não as queremos porque é que haveremos de querer que a CIM'S as queiram? E, portanto, nas primeiras quatro alíneas aceitamos e votamos a favor da rejeição, na quinta, sexta e sétima votamos contra também e disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Temos agora o senhor Deputado Agostinho Gonçalves, se faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Muito obrigado. Caro amigo João Prata, senhor Deputado e começo já por dizer caro amigo para depois não me acusarem aqui de o estar de alguma forma a tratar mal, e de facto eu já o conhecia na qualidade de amigo, já o conhecia na qualidade de Presidente de junta, na qualidade de colega de debate e hoje fiquei a conhecer-lhe aqui outra qualidade que não conhecia que é de comediante, realmente aquilo que trouxe aqui foi um pouco de comédia, mas olhe deixe-me dizer-lhe uma coisa isto não é uma questão de pirraça é uma questão de surdez da sua parte, porque fez-me lembrar um carro numa descida sem travões, ficou completamente descontrolado a dada altura e já não sabia o que dizer e sabe porquê? Eu vou-lhe dizer a alínea a, diz não aceitação no domínio da educação, a alínea b, diz não aceitação no domínio da saúde, e quanto a estas duas dissemos e repito que achamos que para podermos caminhar e ir dando uns passos deveria haver alguma coragem de as aceitar, mas olhe, a alínea c e a alínea d, dizem assim não aceitação no domínio do serviço público dos transportes e a alínea d diz não aceitação no domínio da gestão das áreas afetas á atividade que tem haver com o Município sabe o que é que eu disse que íamos fazer relativamente a esta votação? Votar a favor, não ouviu, foi isso que dissemos, não metemos tudo no mesmo saco, por isso é eu acho que não é uma questão de pirraça, é uma questão de surdez, quanto às outras vamos votar a favor também porque entendemos que é a argumentação que lá está é a correta então diga-me lá onde é que está a pirraça? Não há pirraça nenhuma é argumentação, é a diferença de opinião e digo-lhe uma coisa, gosto muito de si como amigo, é um excelente Presidente de junta, agora digo-lhe uma coisa, deixe-se de comedia, porque não lhe fica bem e não é para si, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, se faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Muito obrigado senhora Presidente. Dizer relativamente a esta matéria como já aqui o fizemos anteriormente, vamos votar favorável há não vinda nos primeiros pontos destas competências e iremos votar contra á outra questão relativamente ás CIM'S, isto porque entendemos que este plano de descentralização não pode valer tudo, este plano até já aqui foi dito e foi dito por o Deputado João Prata, relativamente a quem é que o fez, PS e PSD, não foi com os outros parceiros e entendemos claramente que não se centraliza temas como saúde ou como educação, isso compete ao estado, responsabilizar-se pela saúde pela educação do povo Português, todo ele, independente de territórios, depois se quisermos discutir a regionalização num futuro isso é outra coisa, agora enquanto não há uma regionalização

não vamos falar de CIM'S, fazer-se de pequenos, minis parlamentos para depois não se saber a almofada financeira com que se conta, e por isso não havendo almofada financeira nas restantes, não sabendo os valores destas almofadas financeiras nas restantes alterações na vinda de competências também não se pode acreditar, e de promessas e de coisinhas bonitas que possam vir no papel realmente já estamos nós muito fartos, eu não quero duvidar desses acordos mas sinceramente um acordo final entre PS e PSD no que toca á descentralização a mim não me transmite qualquer confiança e por isso relativamente ao Bloco de Esquerda já foi claro a nossa posição, muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, pretende dizer alguma coisa? Não? Sobre este tema também? Faz favor, senhor Deputado. Peço desculpa, não tinha visto. Senhor Deputado Henrique Monteiro, para que fique registado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, relativamente a este tema, mantemos a mesma posição. Este é um processo, a descentralização teve um parto difícil e acho que o nascituro morreu logo no momento. Morreu à nascença porque essa descentralização é sinónimo de confusão. Nesse sentido, portanto, votaremos a favor das alíneas a), b) c) e d), e votaremos contra as alíneas e), f) e g) que permitem a transferência de competências para a CIM. Aliás, era importante que a CIM finalmente desse uma prova de vida e dissesse para que é que serve porque ainda não percebi. Quanto à questão da descentralização, eu quero é mais presença do Estado no nosso território e que essa presença se faça através do reforço dos serviços públicos que estão na esfera de competência da administração central. Portanto, que se façam pela via da desconcentração e contrariem um pouco o processo, que se desenvolveu ao longo de anos, e que parece que agora também vai acontecer na área da Proteção Civil com a criação lá das Estruturas Regionais, de concentração nos grandes centros urbanos. E, aliás, e este estudo até foi muito citado pelo senhor Presidente da Câmara aquando das comemorações do Dia do Município da Guarda, em 2018, até na presença do senhor Ministro Eduardo Cabrita, é um estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos sobre a qualidade da governação em Portugal, que alerta exatamente para o facto de, e essa era a grande parangona que saiu associada a este estudo, Presidentes das Câmaras Municipais têm excesso de poder. E aquilo que nós temos percebido é que a descentralização não tem trazido melhor qualidade de serviços. E já hoje aqui foi falada uma situação que é a transferência de competências em termos das vias, e aquilo que se está a passar com o troço do antigo IP5, que se encontra abandonado provavelmente porque a transferência de competências não foi acompanhada pela necessária transferência de verbas. E aquilo que nós percebemos é que esta descentralização, esta falsa passagem de responsabilidades e dos necessários meios, apenas é, e nada mais do que isso, um aligeirar de responsabilidades por parte do Estado central. O Estado central já hoje não cumpre...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigada...” ----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...e não aloca às suas funções os necessários recursos financeiros e tenta livrar-se dessas mesmas responsabilidades...” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... e a saúde é claramente...” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já ultrapassou em um minuto o seu tempo.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... uma evidência...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vai ter que terminar.”-----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “...disto que acabo de dizer.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Muito bem. Vamos então pôr à votação. Eu pedia que se sentassem, por favor, para podermos votar. Vamos então votar alínea a alínea.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Transferência de Competências para as Autarquias Locais e para as Entidades Intermunicipais:* -----

alínea a) *Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e três votos a favor e dez votos contra. -----

alínea b) *Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e dois votos a favor e onze votos contra. -----

alínea c) *Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril que concretiza a transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

alínea d) *Não aceitação da transferência de competências previstas no Decreto-Lei 72/2019 de 28 de maio que concretiza a transferência de competências nos domínios da gestão das áreas afetas à atividade de náutica de recreio e dos portos ou instalações de apoio à pesca não inseridos na área de jurisdição dos portos comerciais nacionais principais ou secundários e da gestão das áreas sob jurisdição portuária sem utilização portuária reconhecida ou exclusiva e de áreas urbanas de desenvolvimento turístico e económico não afetas à atividade portuária, ao abrigo do artigo 18.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

alínea e) *Que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação a da responsabilidade desta, no âmbito da alínea a), do n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, que, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da enunciada Lei n.º 50/2018, o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019*

de 30 de janeiro que concretiza a transferência no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018. -----

- Aprovado, por maioria, com sessenta e um votos a favor e quatro votos contra. -----

alínea f) *Que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação a da responsabilidade desta, no âmbito da alínea a), do n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, que, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da enunciada Lei n.º 50/2018, o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência no domínio da saúde, ao abrigo dos artigos 13.º e 33.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. -----*

- Aprovado, por maioria, com sessenta e quatro votos a favor e quatro votos contra. ---

alínea g) *Que seja comunicado à CIMBSE, para efeitos da comunicação a da responsabilidade desta, no âmbito da alínea a), do n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 50/2018, que, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da enunciada Lei n.º 50/2018, o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 58/2019 de 30 de abril que concretiza a transferência de competências, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores. -----*

- Aprovado, por maioria, com sessenta e cinco votos a favor e quatro votos contra. ----

Ponto 2.3 - Discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município da Guarda do Ano de 2018. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer fazer alguma intervenção sobre este ponto? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Relativamente à proposta que a Câmara traz da Prestação de Contas Consolidadas, cumpre-me dizer o seguinte. É uma obrigação lega, aliás, se no passado era uma matéria que justificava, desde logo não só pela Lei, mas pela questão material que a mesma encerra, porque o perímetro municipal tinha, de facto, instituições. Abrangia instituições como as Empresas Municipais e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento da Guarda e aí, de facto, estas Contas Consolidadas demonstravam esta conjugação das contas do Município com aquilo que era a atividade financeira destas instituições. A medida que, por opção do anterior Executivo e também do atual, fomos extinguindo, primeiro as Empresas Municipais e depois os SMAS e, neste momento, as Contas Consolidadas, no fundo, remetem-se apenas para um cumprimento da legalidade, uma vez que o Município é titular de duas participações. Uma delas numa empresa, WRC, que tem sede em Anadia e que visava, há uns anos atrás, desenvolver ações tendentes à atração de investimento nos concelhos que eram associados desta entidade. Sucede que a participação, num capital superior a 1 milhão de euros, tínhamos uma participação de 1%. Tivemos também conhecimento e isso já está aqui também nas Contas Consolidadas e podem ver na página dezassete, que esta entidade já está em liquidação, já não tem atividade sequer, portanto, para o ano, mais uma razão para, que por esta via, e desta instituição, já não seria necessário fazer as Contas Consolidadas. Mas, ainda assim, resta uma outra entidade da qual o Município também participa desse capital, um capital da Município da cerca de 3 milhões de euros, onde não chega a 1% a nossa participação e, por esse

facto, nós temos que fazer, de facto, as Contas Consolidadas que não são mais do que as contas já apresentadas do Município na última Assembleia Municipal, sendo certo que esta pequena percentagem que não chega a 1%, em 3 milhões de euros que é o capital social desta Associação de Municípios que é a Município, que tem como objeto a cartografia e o desenho aerofotogramétrico das plantas das cidades, esse é o objeto desta entidade, da qual ainda continuamos a participar, mas dada esta participação tão residual, não tem praticamente efeito naquilo que são as conclusões, os valores financeiros já apresentados na última Assembleia Municipal relativamente e estritamente às contas do Município. Com este reparo e com esta análise, submetemo-nos de facto à apreciação e votação para aprovação das Contas Consolidadas do Município da Guarda. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Analisada a Consolidação das Contas e tendo em atenção aquilo que disse o nosso senhor Presidente, estranhámos somente a gralha na página cinco, que nos diz que os Serviços Municipalizados da Câmara Municipal, foram «instintos» em 31 de 12 de 2017. Mas continuámos perplexos com o elevado peso dos resultados extraordinários e já tínhamos estado perplexos anteriormente. Ficámos cautelosos com a leitura do relato do auditor e nele particularmente com a referência ao valor da dívida da água e saneamento que é de 28 milhões, 592 mil e 530 euros... e mais nada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende intervir sobre este tema? Não? Sim, senhor Deputado Hugo de Carvalho, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Boa tarde. Cumprimento todos os presentes na pessoa da Exma. Presidente da Assembleia Municipal. O documento que temos perante nós para apreciação e votação, é uma mera transcrição da Prestação de Contas individual do Município votada em abril. A participação que o Município detém nas duas participadas não chega, em ambos os casos, a 1% e os saldos, transações e margens entre as empresas do grupo são praticamente inexistentes. Assim, da mesma forma que votámos contra a prestação de contas individual do Município nessa altura, também agora votaremos contra este documento, num princípio de coerência. Como realçámos na Prestação de Contas individual do Município e voltamos a frisar agora, ambas as contas não reconhecem o verdadeiro passivo do Município, as provisões são insuficientes para fazer face a toda a problemática da dívida às Águas de Portugal e os rácios de endividamento estão errados dado que a dívida real não está devidamente reconhecida. A falácia das contas em ordem não passa disso, de uma falácia. Os fundos próprios do Município diminuíram, num só ano, em 12 milhões de euros o que representa uma gigantesca diminuição do interesse público e os resultados do exercício foram negativos, isto apesar do Município não ter os custos do financiamento e ter receitas elevadas via preço da água e taxas de IMI, em ambos os casos, das mais altas do país. Ora, se bem se lembram, na análise efetuada à Prestação de Contas individual do Município no passado mês de abril, também realçámos que o resultado líquido do Município era fruto do aumento brutal dos serviços contratados a terceiros, muitos deles sem qualquer relação entre o custo/benefício para as populações e

estranhamente ajustados repetidamente a empresas fora da Guarda. Realçámos também que esses ajustes diretos ascendiam, desde outubro de 2013, a mais de 15 milhões de euros. Pois bem, pelos vistos não fomos os únicos a estranhar este uso abusivo desta forma de contratação e, citando as notícias vindas a público recentemente, este procedimento demonstra falta de transparência na contratação pública e pode conduzir a situações de corrupção. A este propósito e tendo presente o estudo efetuado pelos investigadores Luís de Sousa e António Tavares, sobre a qualidade da governação local em Portugal, amplamente dissecado, minimizado e atacado pelo então Presidente deste Município, no discurso da Sessão Solene do Dia da Cidade, em 1018, gostaria de realçar algumas das conclusões desse estudo. Mais de metade das aquisições de bens e serviços e obras dos Municípios acontece sem recurso a concursos públicos, algo que também acontece em larga escala neste Município. Mais de 60% das compras são feitas através de ajuste direto, o que também acontece neste Município, e que estes procedimentos aumentam exponencialmente o risco de favorecimento e corrupção, algo que está a ser investigado pelas entidades competentes também neste Município. Concluiu também este estudo que a má governação aparece ligada à má gestão, a favorecimentos nos processos de decisão e contratação, à falta de transparência, a Prestações de Contas mais formais do que substantivas, o que também é o que se verifica neste documento e se tem verificado em todos os documentos de Prestação de Contas individuais deste Executivo. Que a corrupção é um dos elementos que mais contribui para a má governação e má gestão e leva à degradação do interesse público e que, para mim, a conclusão mais interessante deste estudo, é que a carga fiscal municipal, IMI, Derrama, Taxa Varável de IRS, preço da água e o custo de diversas taxas, são diretamente proporcionais à má gestão e má governação. Ou seja, tendem a aumentar em função da má governação e da má gestão. Agora, cada um deve tirar as conclusões que quiser. Ora, pois bem, este estudo contraria tudo aquilo que foi dito por este Executivo nos últimos cinco anos e comprova, como já frisei diversas vezes, que realmente este Executivo faz gestão. Mas infelizmente e para o al de todos os guardenses, é má gestão com má governação e com práticas que aumentam o risco de favorecimento e corrupção. Pois bem e volto a referi-lo, votaremos contra este documento, tal como já o havíamos feito nas contas individuais e ainda com mais certezas pelas razões já largamente debatidas e porque as prestações de contas devem ser claras e fidedignas, porque só assim são cruciais para garantir uma governação de qualidade, algo que nunca aconteceu nos últimos anos. Porque também só assim conseguimos reduzir a assimetria entre os cidadãos e os eleitos, fosse que por aqui só tende a aumentar e muito provavelmente terá aumentado ainda mais em função dos acontecimentos das últimas semanas. Finalizo, frisando que não acredito que ninguém nesta sala, seja de que lado for que esteja sentado, que não tenha ficado ainda com mais dúvidas sobre a forma como este Executivo gere este Município, não só em função de tudo o que tem sido realçado e demonstrado por nós, como também em função das notícias vindas a público nas últimas semanas e que possa votar plenamente, em consciência, este documento, favoravelmente. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém pretende para intervir? Senhor Deputado Hugo Fernandes, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Muito boa tarde. Exma. senhora Presidente e restante Mesa, Exmo. senhor Presidente do Município, senhoras e senhores

Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, público em geral, Técnicos da Autarquia. O que está aqui a ser votado neste ponto é a Consolidação das Contas do Município da Guarda para o ano de 2018 e o que se constata é que esta Consolidação é, pela primeira vez, um ato praticamente irrelevante, dadas as empresas que ainda constam desta consolidação, onde a participação do Município. E verificando-se já que atualmente uma delas já nem existe porque foi extinta a 31 de dezembro. No entanto, trata-se de uma reafirmação do atual estado das contas públicas desta Autarquia e, neste sentido, não poderia deixar aqui de realçar os seus pontos mais relevantes. As contas que foram votadas na passada Assembleia Municipal vêm na sequência de todas as anteriores desde que o PSD ganhou as eleições Autárquicas em 2013 e em clara oposição com as até aí apresentadas da responsabilidade do Partido Socialista. E que diferenças há nelas. Senão vejamos. Constata-se que se trata do quinto ano consecutivo em que o Município não contraiu um único empréstimo adicional. Um Executivo que renegociou os empréstimos mais onerosos em matérias de juros pagos por empréstimos com a mesma maturidade, isto é, a mesma duração temporal, mas com juros bem mais baixos poupando assim na despesa. Um Executivo que deixou e ter problemas com a Banca. Antes ninguém emprestava ou, no limite, aplicava juros elevadíssimos. Atualmente e como se tem verificado é possível financiamento bancário se se vier a justificar. Um Município que antes demorava mais de um ano a pagar qualquer despesa efetuada e que agora demora menos de um mês. Um Município que antes possuía seiscentos e oito trabalhadores no universo do Município e das empresas municipais e que agora tem quinhentos e noventa e cinco trabalhadores. Ouvimos aqui falar anteriormente o senhor Deputado do Partido Socialista tecer aqui algumas considerações, que me parecem vir em contraponto com o que ouvimos da parte da manhã. Não sei se há dois Partidos Socialistas, não entendo. Se a justiça é que decidirá o que possa haver sobre matérias que possam ter sido faladas na imprensa e que decorreram na semana passada, não percebo porque é que se vem aqui por em causa qualquer clareza ou qualquer legitimidade na votação disto ou se alguém está com a consciência tranquila. Mas pronto, com certeza que caberá a cada um pensar isso. No entanto, eu realço aqui um pormenor relativamente à dívida às águas. Tem sido recorrente, Assembleia após Assembleia, virmos falar na questão das Águas e que não está salvaguardado o valor da dívida. Pois bem. Vejamos então o que é que acontecia quando este Executivo chegou ao Município. Nessa altura, estavam em provisões 2,8% da dívida total às Águas. 2,8%. Atualmente, desde janeiro de 2018 a despesa com as Águas está a ser paga e curiosamente tem suprimentos em 20% da despesa alegadamente em causa por parte das Águas. Portanto, de facto, estamos a piorar. Estamos a aumentar a dívida. Neste momento temos 20% de provisões e tínhamos 2,8%. É uma diferença pequena. É uma diferença relativamente pequena. Relativamente ainda às considerações sobre as aquisições. Eu queria aqui realçar que a Lei da Contratação Pública é clara. Há diversos procedimentos e os montantes e as formas por que eles podem, ou não, ocorrer. Com certeza que se decorrem ajustes diretos, têm uma razão clara e óbvia. É o processo mais célere de contratação e adjudicação. Portanto, naturalmente que se está previsto na Lei e se cumpre os requisitos, é natural que qualquer Município opte por este método. É perfeitamente natural e, mesmo assim, nalguns casos, demoram mais tempo do que o que seria espectável. Portanto, eu não percebo aqui qual é que é a dúvida. Se a Lei está mal, cabe-vos a vós, enquanto Partido Socialista, propor a alteração da Lei de Contratação Pública

porque ela foi alterada e foi alterada para facilitar os ajustes diretos. Então, não percebo qual é que é a dúvida. Portanto, relativamente a estas questões eu julgo que clarifiquei aqui um bocadinho mais a questão relativamente às contas que agora estão consolidadas e, portanto, da nossa parte, da parte da bancada do PSD, não restam dúvidas sobre a natureza do voto favorável e, portanto, vamos votar a semelhança do que votámos na Assembleia anterior. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu, há bocado, ouvi, na parte da manhã, o senhor Presidente da Câmara aqui dizer que o projeto do PSD é o melhor, o melhor para ganhar eleições. Gostaríamos de ouvir que era o melhor para governar o concelho. Talvez se tenha enganado, mas por vezes também nos foge a boca para a verdade. Não vale a pena aqui esgrimir os mesmos argumentos que já foram usados aquando da votação da Prestação de Contas em abril e, pelos mesmos motivos, vamos votar novamente contra esta Prestação Consolidada das Contas. Continuamos com as mesmas dúvidas, continuamos sem saber qual é exatamente o valor da dívida da Câmara às Águas de Portugal, e continuamos sem saber por onde é que anda o dinheiro que os Municípios consumidores de água, religiosamente, todos os meses, pagam pela água que consomem. As pessoas da Gaurda não têm dívida nenhuma. Quem tem a dívida é efetivamente o Município, a Câmara, a gestão do Município. O senhor Deputado Hugo Fernandes vem aqui dizer que, há uma série de anos, não se contrai nenhum empréstimo à Banca, que agora não há problemas com a Banca, mas eu penso que esses problemas agora são problemas com os municípios porque tem que haver uma explicação e tem que se dizer concretamente onde é que foi usado esse dinheiro. Porque nós não podemos depois vir dizer que vamos contrair um empréstimo para pagar a dívida da água quando as pessoas têm a dívida da água paga. Portanto, o empréstimo é para financiar, no fundo, as obras que andaram a ser financiadas, provavelmente e de forma errada, com o dinheiro da água.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor. “ -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Uma vez mais, boa tarde a todos. Não tinha mesmo previsto intervir neste ponto, mas não me consigo conter e vou ter que dizer alguma coisa. E vou falar concretamente sobre este tema das Águas que parece que... eu podia parafrasear aquilo que ouvi há tempos de um elemento do Partido Socialista, num órgão de comunicação social, do género: vou falar muito devagarinho para ver se me entendem. Não vou utilizar esse método, só vou dizer coisas que são coisas concretas e indo de acordo com aquilo que o meu colega de bancada Hugo referiu e vou reforçar aquilo que ele próprio referiu. Quando este Executivo toma conta da Câmara, existem 14 milhões de dívida às Águas, dos quais apenas a Câmara tinha cerca de 400 mil euros. Onde é que foi gasto o outro dinheiro? É isso que o senhor Deputado Henrique devia perguntar aos elementos do Partido Socialista. Porque eu, nessa altura, era Deputado desta Câmara também, desta Assembleia, e questionei várias vezes. Mas raramente, ou nunca, obtive qualquer tipo de resposta cabal. É evidente que o dinheiro saía do SMAS, era injetado na Câmara e depois era gasto em alguma coisa, nunca se soube muito bem onde, porque nunca era dada nenhuma justificação cabal. Depois, vamos àquilo que é a

realidade atual. Então antes justificava-se a dívida às Águas e não havia problema nenhum e agora é que há aqui um grande cavalo de batalha? Esta Câmara fez aquilo que a anterior estava a fazer. Continuou a obedecer à mesma regra. Hoje diz-se que a dívida é de 28 milhões. Diz-se. A Câmara não pagou estes 28 milhões porque o processo está a ser negociado entre as várias entidades. Acho que disto também já ninguém duvida de nada. Qual é que é a grande diferença de uma atuação do passado para a atuação atual? Então, vão ouvir esta diferença. Havia um factoring numa instituição financeira para com as Águas de Portugal de 6 milhões de euros. 6 milhões de euros que o SMAS, a Câmara, devia a essa instituição. A taxa de juro era de 8% em muitos desses factorings. Sabem o que é que representa uma taxa de juro de 8% em 6 milhões de euros? Nada mais, nada menos, do que 480 mil euros em juros. 480 mil euros em juros. Vejam o que é que isto representa nas contas deste Município. 480 mil euros em juros só desta situação, de um factoring mal negociado porque não havia capacidade comercial com uma instituição financeira. Estão a perceber? Neste momento, diz-se que a dívida é de 28 milhões de euros. Se retirarmos aos 28 milhões de euros os 14 que já cá estavam... é que estes 14 estão a fazer com que os 28 aumentem todos os meses, porque estão a cair juros sobre estes 14, ou há dúvidas sobre o assunto? Não me parece. De maneira que, neste momento, e de acordo com aquilo que o Hugo Fernandes disse e muito bem, o montante de 6 milhões e meio de euros que existem na prateleira, como quiserem, ou no cofre, não quero saber, representam um valor percentual muito maior daquele que foi herdado e mal herdado. De maneira que o ponto de situação hoje é que houve o pagamento de uma dívida astronómica, com juros astronómicos, e os senhores não querem ver esta parte, não dá jeito e pôs-se de lado muito do dinheiro que servirá para amortizar esta dívida que também os senhores aqui deixaram e acho que disso também não há dúvidas nenhuma. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado senhora Presidente. Relativamente a este ponto, por acaso eu preferia falar dos vinhos da Guarda e não falar tanto da água. Mas a verdade é que a água, neste caso a dívida à água e pela primeira vez, acho que já não é a primeira vez, mas é muito raro eu ter que concordar com uma intervenção, quase na totalidade, do senhor Deputado Henrique Monteiro. E realmente concordo. Concordo porque há uma coisa que é certa. Eu não conheço nenhum guardense que lá em casa, quando não paga a água, não lhe cortem a água. Pelo menos mandam-lhe um aviso, já não é mau. Mandam-lhe um aviso. Eu aqui não sei quantos avisos é que a Câmara durante anos e anos teve dos grupos parlamentares, mas do Bloco teve vários anos. Atenção às águas. Dos outros grupos também parece-me que num momento ou outro... houve uns anos que se esqueceram alguns. Por algum interesse, lá comeram um queijo diferente que não o da Serra da Estrela e, entretanto, foram-se esquecendo. Mas a verdade é que a dívida das águas existe. Ainda ninguém diz qual é que é o valor verdadeiro. E entre os que dizem uns milhões, outros milhões, existem aqueles que dizem que há um processo e há um processo em tribunal e nunca... mas a verdade é que a decisão há-de chegar. Então, mas há alguma dúvida que quando decisão chegar, seja ele qual for o valor, que é isto que andamos aqui sempre a tentar fugir, quando esse valor chegar, a Câmara não vai ter que pagar? Então, mas a Câmara tem esse dinheiro nos cofres preparados, como o Dr. Álvaro Amaro dizia que, pelo menos, 10 milhões,

tinha sempre preparados? Esses 10 milhões existem? Esses 10 milhões existem? Esses 10 milhões existem? Esses 15 milhões existem? Então, mas as pessoas se pagaram a água todos os dias, todos os meses, porque é que o dinheiro quando é recebido, não está ali? Porque é que tem que se investir? É que, se se investe, quando a decisão chegar, seja lá o partido que aqui esteja, seja lá o Executivo que aqui esteja, vai ter que pagar. E quem vai ter que pagar são os guardenses. Essa é a discussão. Não vamos andar aqui com mais matérias. E o futuro das nossas gerações que vão pagar. Esteja cá eu, estejam cá vocês aqui. Por isso não vale a pena virmos para aqui com as contas, mais boas, menos boas, isto terá que contar sempre com um voto negativo por mais boa vontade que eu tivesse em votar favoravelmente ao vosso trabalho. É uma matéria que não está esclarecida, não sabemos, por isso não iremos de forma alguma votar favoravelmente a este documento. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro. Onze segundos. Não me diga que vem fazer geringonça aqui com o Bloco de Esquerda. Vocês andam tão amigos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não. Eu não faço geringonças com o Bloco de Esquerda. Respeito o Bloco de Esquerda, claramente. Isso sem sombra de dúvidas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Estou a brincar. Estou a brincar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “E se, um dia, o Bloco de Esquerda, eu tiver tempo disponível e ele precisar, também sou capaz de lho ceder como também já fiz à CDU...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu sei que sim, eu acho isso muito bonito.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... portanto, não tenham problemas. Eu quando falo de democracia tenho consciência daquilo que estou a falar. Bom. Ouvi com atenção a intervenção do Deputado Pedro Nobre que veio dizer que em 2013 a dívida às Águas era de 14 milhões. Eu tenho aqui uma notícia de 2017, quando veio à baila, a público, que a dívida seria de 26 milhões de euros e o senhor ex-Presidente Álvaro Amaro afirmar que a dívida era de cerca de 13 milhões de euros. Quem mente? Temos que perceber isso...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tem que terminar.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Aqui alguém está a mentir...” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já falou o dobro.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... portanto, esclareçam. Os números não são pequenos, são astronómicos e o problema é eu nós é que vamos ter que pagar isso com taxas, IMI e outros impostos que eventualmente surjam...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor. Enquanto tiverem tempo...” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Aquela parte que eu referi que esses 13 milhões, também já eram juros, podem chegar facilmente aos 14. Se calhar, será uma justificação.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Estamos... ninguém mais pretende intervir? Muito bem. Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Ora, só aqui esclarecer alguns pontos. Vamos ver se é possível porque esta matéria já anda há tantos anos, para falarmos de uma questão que se fosse simples já teria sido resolvida e é tão complexa que o Partido Socialista não conseguiu resolver. E nós estamos há seis anos com incessantes reuniões, contactos, tentativas, acordos com quase assinatura, já foram ao Tribunal de Contas e a verdade é que, se fosse simples, de facto, já o Partido Socialista teria resolvido. A verdade é que não conseguiu resolver e herdámos uma pesada herança que ainda hoje é motivo aqui sistemático de discussão. Senhor Deputado Hugo de Carvalho, eu vou-lhe recordar um provérbio romano. Quando nós apontamos um dedo, temos três a apontar para nós. Mas, independentemente disso, quero dizer-lhe, como e bem aqui o senhor Deputado Hugo Fernandes, que também o ajuste direto é uma forma de contratação. Aquilo que, e se quisermos recordar a fonte, porque, de facto, a imprensa também faz justiça, e há algumas pessoas, que por acaso até são políticos, por acaso até são autarcas enquanto Deputados desta casa, somos políticos, somos autarcas, merecemos respeito mas quando não nos damos ao respeito como é que fiz o povo? Se não nos dermos ao respeito não somos respeitados. Mas, verdadeiramente, usando... porque eu não posso falar do processo, não conheço, não tenho sequer nenhuma qualidade processual como nenhum dos que aqui estão, mas, ok, vamos ver aquilo que já está comumente aceite, que a imprensa é o juiz verdadeiro dos atos e o senhor Deputado aqui referiu também, porque as notícias, as notícias... mas também é certo, e de acordo com as notícias, que dos dezoito municípios, todos os municípios ou uma grande maioria destes municípios tem protocolos. O que é que o Município da Guarda quis fazer? Pelo menos cumprir a Lei de uma situação que toda a gente se recorda da Joalto toda a gente se recorda da Rodoviária da Beira Interior, da Rodoviária da Beira Litoral. Proprietários diferentes. Concorrência no mercado. Mas, a verdade, é que a partir de um certo momento entendeu-se, porque a economia é assim, concentrar num só Grupo, a Transdev, aquilo que legitimava a concorrência e, se algum operador, que por acaso até tem o monopólio, chegar a um município, como provavelmente, atendendo às notícias, a dezoito, parece que são dezoito... e logo dezoito? A entrarem aqui nesta teia? Porquê? Porque a situação, ou há resolução contratual daquilo que são as necessidades da empresa ou, então, o transporte escolar, os transportes urbanos não são realizados. Mas isso, só quem vai no convento é que sabe o que lá vai dentro, portanto, nós falarmos daquilo que não sabemos com esta certeza, com estes estudos, como se os estudos fizessem avaliações jurídicas ou aplicassem a avaliação correta do processo judicial na atuação das pessoas. Mas, assim, nós temos a política, assim nós temos a sociedade, assim nós temos a imprensa, e por isso nós próprios temos que definir aquilo que queremos da sociedade. Se é uma sociedade que respeite os direitos, onde nós temos que preservar, de facto, a imagem, a atitude e a dignidade das pessoas que têm um cargo público, políticos, autarcas, ou então, de facto, vamos meter tudo dentro do caldeirão e tudo lá cabe e cada um diz o que lhe apetece. Mas eu vou recordar ao senhor Deputado. No âmbito do documento

da Certificação legal de Contas e diz o senhor Deputado o seguinte: são valores que não estão no passivo. Ora, verdadeiramente, os valores que se discutem... porque a questão não é linear e é verdade, reconhecemos isso. Por isso o senhor também reconhece, porque senão já o tínhamos resolvido, ou será que somos assim tão incompetentes todos? Todos os municípios que têm este problema, da Comunidade Intermunicipal e mais aqueles que não fazem parte mas estão também no sistema, não teriam já resolvido esta matéria? Com certeza que sim. Agora, também não pode haver uma posição ditatorial, entre aspas, por parte do concessionário das águas onde fala a duas vozes. Uma coisa são as Águas do Vale do Tejo com os quais, no passado e com o Partido Socialista, foram celebrados acordos que não estão a ser cumpridos, mas também o próprio Governo tem uma posição sobre essa matéria. Ou seja, assinem um acordo que nos apresentaram há uns meses atrás, acordo que eu já o disse, leonino, um acordo que só uma das cláusulas diz que nunca após a assinatura daquele acordo, nenhuma fatura pode ser colocada em causa por parte dos municípios. Só isso demonstra bem a posição autoritária por parte do Governo, mas também esta posição dúbia que é alimentada pelas Águas do Vale do Tejo que, em conjunto, colam-nos um garrote para a resolução desta matéria. Claro que nós queremos resolver este assunto. Queremos resolver este assunto mas, na verdade, se não há abertura nenhuma para nós encontrarmos aqui uma forma de pagamento, de facto, o processo vai-se protelando e, de facto, vamos dar azo a esta discussão. Mas na Certificação Legal de Contas, o Município colocou mais de 28 milhões em provisões. Nós não escondemos o valor. E, porque não escondemos, estão em provisões e não estão em dívida. Como dizia o Presidente anterior, Dr. Álvaro Amaro, nós não podemos colocar na dívida, a dívida que não reconhecemos. Mas sabemos que devemos e andar à volta dos 28 milhões ao qual teremos que discutir uma parte de juros e também o valor que está a ser utilizado das infraestruturas pelas Águas do Vale do Tejo. Mas é certo, voltando um pouco atrás, que quando nós chegámos em 2013, tínhamos nos cofres 400 mil euros. Ora, o que os 400 mil euros, que era um valor provisionado em relação à dívida dos 14 milhões, representa, como disse o Deputado Hugo Carvalho, 2.2%. Mas, aquilo eu nós hoje temos provisionado são 6.5 milhões, num valor que, por acaso, é aquele que consta da Certificação Legal de Contas, de 28, que é exatamente os 14 milhões que nós já acumulámos. Mas com uma diferença. Com uma diferença. É que, desde janeiro de 2018, o Município paga de acordo com o tal acordo, que não é acordo porque as Águas de Portugal assinaram com os Municípios mas o Ministério não homologou. Portanto, a falar a duas vozes. Ou seja, há aqui até estabilização das vontades que foi assumir que o sistema estava desequilibrado com a saída da Covilhã, entre outros, e disse, ok, há uma redução da tarifa da água e do saneamento. E, por isso, nós pagamos com base nesse acordo porque assinamos, nós somos instituições de boa-fé e acreditamos que os acordos são para cumprir e, como tal, nós estamos a pagar de acordo com esse acordo, passo o pleonismo, desde janeiro de 2018. Claro que já não podemos provisionar janeiro de 2018. O valor que corresponde à redução de 15%... senhor Vice-Presidente, na redução da tarifa de água, de acordo com o acordo, havia uma redução na tarifa total de? 20%. Portanto, pagamos 80%. 80%, darei esses elementos quando entender, que eu vou fazer questão de lhes fazer chegar. Mas não foi só isso. É que, em 2013, depois nos tomarmos as rédeas do exercício do poder, nós pagámos, só em factorings das águas, 6 milhões de euros. Ou seja, neste momento, devemos o mesmo, acumulámos uma dívida de 14 milhões que era aquilo que nós tínhamos quando chegámos, mas com 6.5 milhões de euros

aprovisionados. E vamos dar conta no ponto que vem a seguir. Esse dinheiro vamos dar conta no ponto que vem a seguir. Mas pagámos 6 milhões e estamos a pagar desde janeiro, de acordo com o tal acordo. Agora, nós temos toda a vontade em querer resolver, não pode é ser a qualquer custo. E tanto é assim que nem sequer assumimos a dívida. Pois não. Nas contas estão assumidas as provisões. E era isso que eu gostava que, de uma vez por todas, ficasse esclarecido. Mas como falei também relativamente aos ajustes diretos, de facto são ajustes diretos vários, de acordo com a forma de contratação e para as circunstâncias próprias que a Guarda e outros Municípios, mas aqui o que interessa, que a Guarda tem naquilo que é a prestação de um serviço de transportes públicos urbano e também escolar, sendo certo que, em 2019 iniciámos um processo de concurso público internacional, fizemos um pedido de estudo a uma empresa que é a TIS, o qual chegou à nossa mão em outubro de 2018 e nos avaliou a rede de transportes urbanos. Fez a sua avaliação, é um documento que temos em mão e está a preparar, ajudámos a preparar com os recursos também internos, o concurso público internacional. E, por exemplo, só para termos uma ideia. O ajuste direto, quando estamos a lançar um concurso público internacional, é direto. Nem é preciso ir pelo critério material. É direto. Se estivermos a preparar um concurso internacional, durante o tempo que for necessário e este, tal como nós publicámos no jornal oficial das comunidades europeias, em janeiro de 2019, nós iniciámos o procedimento e por ajuste direto podemos manter até que o processo seja concluído do concurso público internacional que está em curso. Portanto, vejam que o ajuste direto, além de ser melhor que os protocolos, porque o protocolo não tem sequer nenhuma natureza jurídica, não tem, mas esse é um dos problemas que está, de acordo com a comunicação social, que está em cima da mesa. Mas nós temos ajustes diretos. Mesmo assim, o que é que diria a oposição, aqui o Partido Socialista, se falássemos de protocolos. Senhor Deputado Henrique Monteiro, eu... ouvimos o Deputado Hugo Fernandes e disse claramente, é uma matéria também já decorrente, já fica cansativo, não é que nós não estejamos aqui para explicar as vezes quer for necessário, mas a Câmara da Guarda, o Município em seis anos, não contraiu um euro de empréstimos. Ok? Mas se não concordar ou se achar que não é verdade o que eu estou a dizer, faça favor de trazer os documentos que demonstrem que o Município da Guarda contraiu um empréstimo... pronto, mas eu ouvi aqui que... sim... mas o dinheiro das Águas, o dinheiro das Águas, nós fizemos um pagamento, como eu referi, de 6 milhões, o dinheiro que pagámos de 6 milhões ao factoring, estamos a pagar a água a 80% daquilo que é o consumo total. Acumulamos em dívida 20%. Sendo certo que este valor a ser aceite, que nós não aceitamos, ainda acresce o valor de juros e este valor de juros é altamente penalizador. Portanto, nós já estamos na disposição, até porque não queremos que isto aumente muito mais, mas nós estamos na disposição de haver aqui uma flexibilidade ainda grande para uma negociação. Mas a verdade é que essa posição autoritária não nos te facilitado a vida. Mas, jamais o dinheiro dos 6.5 milhões que nos temos provisionados e que vinham dos SMAS, como nós vamos dar conta no ponto a seguinte, estão cá, e aquilo que foi feito foi com receitas, recursos próprios da Câmara e com gestão da Câmara naquilo que foram as suas obrigações financeiras e bancárias. A última operação financeira para recuperar ainda algum do desperdício financeiro que existia, foi juntar vários empréstimos de 19 milhões de euros, que tinham um encargo a dez anos de 3 milhões de euros e que nós juntámos, está na Caixa de Crédito Agrícola, num só empréstimo, com a mesma data e o mesmo valor que tem, nesses mesmos dez anos,

um encargo de 1 milhão e meio. Portanto, não há um novo empréstimo. Houve a junção com taxas, com condições mais favoráveis. E foi isso que foi feito, ponto final. Não vale a pena continuar a bater sobre esta questão. Agora, é certo que no âmbito das Águas do Vale do Tejo, é um problema que tem que ser resolvido, acumulam os juros, agravam uma situação deste Município, como de todos os outros que estão neste sistema e carece de ser apreciado de uma forma justa e equilibrada pelos vários intervenientes para deixarmos de ter este garrote, este tema recorrente nas Assembleias Municipais, mas que não poderemos ir além se não nos criarem também aqui facilidades na resolução do mesmo. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da Prestação de Contas Consolidadas do Município da Guarda do Ano de 2018.*-----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e um votos a favor, três abstenções e quinze votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto? Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro. Mas Declaração de Voto mesmo, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “O nosso voto contra que já tinha sido anunciado, maior razão depois de ouvir as palavras do senhor Presidente em que, no fundo, se anda aqui a jogar com muitas questões que tem a ver com a semântica e a semântica é do português, não é da matemática. Portanto, segundo entendi, haverá 6 milhões e meio de aprovisionamento. Entretanto, as Águas de Portugal, aquilo que reclamam, que se fala, são cerca de 33, 34 milhões e a dívida reconhecida pela Câmara andar à volta dos 28 milhões. Se somarmos os 28 milhões com os 6 milhões e meio do aprovisionamento, talvez então tenhamos que reconhecer que há efetivamente 33, 34 milhões efetivos de dívida. Alias, há dias, na inauguração da Etar do Torrão, a comunicação social pôs questões, tanto ao senhor Presidente da Câmara como ao responsável das Águas de Portugal, e aquilo que houve foi um manto de silêncio sobre a matéria. Agora, o que as pessoas querem saber é efetivamente o que é que se passa e quanto é a dívida...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado... muito obrigada. Ninguém em obedece. Muito bem. Passemos, então, agora, ao ponto 2.4.” -----

Ponto 2.4 - Discussão e votação da Primeira Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de 2019. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Sim, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Este ponto é relativo à primeira revisão orçamental que visa incorporar o saldo da gerência anterior do ano de 2018 no orçamento agora em curso. Desse valor, como veem, 7.6, em termos

de valores arredondados, milhões de euros, composto da seguinte forma: 6.5 milhões têm exatamente a ver com aquilo a que eu há pouco me referi, com o dinheiro que está provisionado e que já veio dos ervíços Municipalizados, continua aqui refletido com esta visibilidade e temos cerca de 1.1 milhões de euros que é propriamente o saldo da gerência anterior. A soma dos dois dá exatamente o valor que aqui nós pretendemos integrar no orçamento através desta revisão. De que forma é que nós integramos este valor? Desde logo nas funções gerais, 150 mil euros. Nas funções sociais, 520 mil euros. Nas funções económicas, 4.4 milhões de euros, arredondados. O orçamento em termos despesas com o pessoal ainda abrange parte deste valor que não está totalmente gasto, são 500 euros para despesas de pessoal. Aquisição de bens e serviços, 170 mil. E outras despesas correntes, 2.3 milhões de euros. O que totaliza, nesta soma, de acordo com o documento que dá sustentação a esta proposta, o valor que acabei de referir de 7.6 milhões de euros. Se depois fizerem uma análise mais de acordo com as GOP's, percebem também onde e que se reflete o reforço das dotações orçamentais, que já vinham do início do ano e, com certeza, que há aqui investimentos e ações concretas do Município que, com este valor, veem assim as suas dotações e provisões reforçadas com a incorporação de mais 7.6 milhões de euros. assim, o valor do orçamento atual atinge o atinge o valor próximo de 59 milhões de euros com esta revisão. E disse, obrigado.” –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém... senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Analisada a primeira revisão dos documentos previsionais do ano de 2019, estranhámos a gralha na página dois, que nos fala em receitas correntes e receitas de capital do lado da despesa, quando está claro que são despesas. Mais grave é não haver qualquer justificação para estas despesas, para além dos números que nos são apresentados e, depois de toda esta discussão, eu acho que há que clarificar muito bem o que é a dívida da Câmara. Parece-me que estamos cada vez mais embaralhados nesta Assembleia porque não se diz claramente, é tanto. Eu ainda sei qual é as dívidas que eu tenho. Mas aqui as dívidas da Câmara não sabemos quais são e era preciso que se soubesse. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Hugo de Carvalho, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo de Carvalho (PS):** “Ora, boa tarde novamente. O documento que temos agora aqui perante nós, para apreciação e votação, resulta de uma situação usual e comum na vida económica dos Municípios, que deriva do facto de, aquando da elaboração do orçamento das Contas dos Municípios durante o mês de dezembro de cada ano, ainda ser conhecido o Saldo de Gerência do ano transato, ou seja, a liquidez imediata e dinheiro e de depósito nos bancos que o Município dispõe para iniciar o ano seguinte, neste caso 2019. Ora pois bem, até aqui tudo bem. Mas agora, analisando mais detalhadamente o documento, salta de imediato um dado muito importante. Ao contrário do que tem sido repetido constantemente por este Executivo, os 7.5 milhões de euros trazidos, sabe-se lá porquê, dos SMAS afinal não são para utilizar na resolução do diferendo com as Águas de Portugal e abater dívida tendo assim margem negocial,

mas são sim, como vemos agora neste documento, para pagar, em grande parte, a despesa corrente e operacional do Município. Ao estarmos a alocar 52% desta modificação orçamental, em valor 4 milhões de euros, em despesa corrente, é também claramente demonstrativo que as previsões iniciais do orçamento, aprovado no passado mês de dezembro de 2018, estavam completamente desajustadas da realidade. Outro dado muito importante a reter é que continuamos, apesar de tudo o que já foi dito e dos acontecimentos das últimas semanas, a utilizar constantemente nos orçamentos aprovados por este Executivo as denominadas contas caldeirão, ou seja, as contas que servem para tudo. Como é o caso de outras despesas correntes que, inexplicavelmente, sofre um incremento 2.4 milhões de euros nesta modificação. Como já havia referido na Prestação de Contas Consolidadas, as Prestações de Contas e os Orçamentos claros, reais, transparentes e substantivos, em detrimento de documentos formais e vagos, são indicadores de má gestão e governação e aparecem com alguma frequência ligados a instabilidade política, a fenómenos de favorecimentos e corrupção, como citado no estudo que anteriormente referi. 2.4 milhões de euros numa rubrica de despesas correntes não são 2 euros. Pois bem, assumindo que está que este Município, liderado por este Executivo, precisa da água e do saneamento cobrado aos guardenses e não liquidado ao fornecedor Águas de Portugal, para suportar despesa corrente, algo ao contrário do que foi sempre afirmado em anteriores Assembleia, vejamos, então, a nível das despesas de capital a aplicação que pretendem dar aos remanescentes 3.5 milhões de euros desta modificação orçamental. Primeiramente salta logo à vista a dotação para uma rubrica inexistente no orçamento inicial, transportes urbanos da cidade da Guarda que recebe 100 mil euros. E questiono se este valor está relacionado com algum ajuste direto a realizar brevemente com a Transdev. De seguida, outro valor que também me merece algum destaque é o valor de 10 mil euros para incentivos ao investimento e 7 mil e 500 euros para a criação líquida de postos de trabalho. Isto quando comparado com as verbas para a promoção de turismo que ascendem a 2 milhões de euros. Senhor Presidente, alocar 17 mil 500 euros, em 7.5 milhões de euros, ou não alocar nada, é igual. Ou os senhores entendem que esta cidade só pode crescer, criar empregos e fixar pessoas através de políticas reais de estímulo à economia e à fixação de pessoas por via do orçamento municipal, seja pelo lado da receita, através da diminuição da carga fiscal municipal, ou seja por via da despesa, através de programas reais, concretos e com dotações significativas, ou continuamos a perder diariamente centenas de habitantes e empresas. Relativamente aos Passadiços do Mondego, verificamos que existe um incremento de mais de 2 milhões de euros face ao orçamentado inicialmente, o que eleva a despesa deste investimento para 4 milhões de euros, entre 2019 e 2020. E, uma vez que já existem diversos passadiços semelhantes em Portugal, e verificado que este parece ser o único e grande investimento deste Executivo em dois mandatos, pergunto se existiu ou existirá algum estudo encomendado por este Executivo que analise o impacto social e económico deste investimento e qual o eventual retorno do mesmo, não só para as Freguesias onde o investimento vai passar, como também para toda a cidade. Meus senhores, este documento demonstra, tal como havia demonstrado o orçamento inicial de 2019 aprovado em dezembro, que os senhores não têm uma orientação, um rumo, um destino para este concelho. Têm sim um conjunto de ideias

vagas, descoordenadas, pontuais, sem fio condutor que têm demonstrado claramente que este não é o rumo que esta cidade necessita para se dinamizar, promover, chamar pessoas, estudantes, empresários. Aliás, todos os números estatísticos têm demonstrado o contrário. Perdemos pessoas, estudantes, os nascimentos diminuem e as empresas continuam a encerrar. Dito isto, da mesma forma que votámos contra o orçamento inicial, votaremos contra esta modificação. Este não é o nosso orçamento, não é o que queremos para a cidade da Guarda e para os guardenses. Como referimos na discussão do Orçamento de 2019, realizado em dezembro do ano transato, pretendemos que o orçamento e as suas modificações sejam um instrumento de incentivo à criação de emprego e à criação de empresas, com planos realistas e dotações orçamentais equivalentes aos objetivos realmente pretendidos, que o mesmo preveja políticas e dotações orçamentais para programa de apoio à pró-natalidade com a finalidade de perder a perda de população verificada, que preveja a adoção de uma fiscalidade atrativa para quem vive e invista na Guarda, com taxas mínimas de impostos municipais essencialmente IMI e com a finalidade de estimular os rendimentos das famílias e também a tesouraria das empresas. Que tenha políticas e Orçamento concreto e real, que vá de encontro às necessidades dos empresários, com visa ao desenvolvimento económico e que favoreça a criação, a atratividade e competitividade das empresas da Guarda e também de todas aquelas que aqui se queiram instalar. E que forneça às freguesias rurais uma digna dotação orçamental, de forma a que estas sejam, por essa via, promotoras da resolução dos problemas dos fregueses e que, com investimentos assertivos, possam também nas freguesias inverter o declínio da população e fomentar a fixação de novas famílias e negócios. Finalizo deixando aqui uma palavra de agradecimento aos Presidentes de Junta, que após a minha última intervenção na Assembleia Municipal, no passado mês de abril, me felicitaram e agradeceram por ter deixado bem claro e notório a falta de investimento municipal nas freguesias, também bem patente nesta modificação orçamental, e o tratamento desigual entre diversas freguesias deste concelho. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Hugo Fernandes, faz favor.” -----

- **Deputado Hugo Fernandes (PSD):** “Boa tarde novamente. Depois de ouvir a intervenção anterior, uma mera incorporação do saldo de gerência no Orçamento para 2019 torna-se, de facto, complicado alcançar como é que se tiram as conclusões que se acabaram de tirar. Mas tudo bem. A conclusão que se te que tirar deste ponto é tão só uma, os 7 milhões e 700 que transitam de 2018 foram distribuídos pelas diversas rúbricas e o realce claro, mais de 50% desse montante, foram distribuídos pelas funções económicas. E o indicador que realmente valorizamos. Trata-se de realçar, mais uma vez, que do montante que transita, mais de 50% vão para aposta na estratégia definida por este Executivo desde que assumiu funções, no desenvolvimento desta cidade que é na economia e no turismo. Tudo o resto terá com certeza pormenores técnicos a clarificar e com certeza que, quem falou anteriormente a mim, poderá clarificá-lo, se assim o entender. Mas a conclusão óbvia é, e só uma, é o dinheiro que

transitou de 2018, mais de 50% dele, a aposta no setor económico. Apenas isto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Só dois esclarecimentos muito breves. O primeiro, como foi dito aqui, que o Orçamento, que a Revisão Orçamental está desajustada da realidade. Nós trazemos as contas, todos nós vemos. Aqui não é um problema de surdez, é de visão ao que parece. Porque vemos as taxas de execução orçamental que cada Orçamento feito por este Executivo e pelo anterior e os do Partido Socialista. Ou seja, taxas de execução de 40%, desajustamento. Não, isto é ajustamento. Isto é ajustamento. Quando executamos do orçamento 30%, senhor Deputado, é ajustamento de facto entre as previsões e aquilo que se quer fazer. Quando se têm taxas de 90%, infelizmente, não corresponde à realidade. De facto, há aqui um problema de comunicação, como dizia aqui o Deputado Henrique Monteiro, já não sei se é semântica, se é matemática, depois ajudará a resolver esta matéria. Também já por fim, porque eu agora até fiquei aqui perplexo. Se, de facto, os Presidentes de Junta que deram e aplaudiram a intervenção do senhor Deputado Hugo Carvalho, que venham aqui transmitir o seu sentimento de desfavor, de descontentamento com aquilo que tem sido o investimento da Câmara Municipal da Guarda nas Juntas de Freguesia rurais da Guarda. Portanto, se é verdade o que o senhor Deputado diz e eu, alguém aqui tem dúvidas que o senhor Deputado diz só a verdade? Digam-me ou venham aqui a este púlpito dizer efetivamente se estão em descontentamento com o investimento que tem disso feito pela Câmara Municipal da Guarda nestes diversos anos nas Juntas de Freguesia rurais do concelho da Guarda. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da Primeira Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de 2019.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e quatro votos a favor, três abstenções e dezasseis votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Declarações de Voto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, a minha Declaração de Voto é simplesmente dar os parabéns à Câmara porque conseguiu embaralhar-me. E acho que não sou só eu que estou embaralhado. Isto aqui é números que são ditos assim, tá, tá, tá, que não bate certo com aquilo que vem nos documentos e, portanto, tem haver uma forma de desembaralhar isto. Eu não sei qual vai ser, vou pensar nos próximos dias ou nos próximos meses e ver se a gente consegue desembaralhar. Saber qual é a dívida real da Câmara, quais são as provisões e se tem algum dinheiro no banco para pagar, ou se estão à espera somente daquilo que vai ser o empréstimo do Banco Central Europeu, ou lá o que é, não sei, acho que há aí uns fundos. Portanto, há-de haver aí uma forma

de pagar isto, ou então qualquer dia vamos ter as Águas do Zêzere e do Coa e as de Vale do Tejo, e não sei quantos, tudo falido e não vamos ter água em Portugal. E é isso.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, recorde-me só. Absteve-se? Pois, baralhado que estava. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Senhor Deputado Aires Diniz, no que toca a mim eu não estou nada baralhado. Podem tentar baralhar-me mas não estou baralhado. A verdade é que este orçamento não representa os verdadeiros interesses que nós entendemos, o Bloco de Esquerda, que seriam os mais úteis para o futuro da Guarda e, por isso, o voto foi negativo. Resta-me apenas também, não posso deixar de dizer, sei que a senhora Presidente não gosta muito. Mas, senhor Presidente, não fica bem pressionar os Presidentes de Junta dessa maneira. Então e ao contrário? Quando eles se levantam e batem palmas à Camara, também não se poderia questionar se eles, de verdade, estão a bater palmas porque se sentem um pouco intimidados e, de verdade, nem queriam bater palmas? Não fica bem. Não fica bem nem para um lado nem, para o outro. Os Presidentes de Junta são autónomos, votam o que votam. Os Presidentes de Junta votam como querem. Como querem... Como querem. Nem fica bem para um lado, nem foca bem para o outro. Se os senhores Presidentes quiserem falar, vêm aqui falar. Se não quiserem não falam, porque nunca falaram nem para um lado nem para o outro. É raro. É raro. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu paço silêncio. Senhor Deputado, essa sua Declaração de Voto, convenhamos... é um bocadinho incendiária, é. Muito bem. Pois, já tivemos os Bombeiros de manhã, posso sempre chamá-los para o final da tarde, se quiserem. É só tocar a sirene.” -----

Ponto 2.5 - Projetos de Investimento como Projetos de Investimento de Interesse Municipal do Promotor - Proença & Azevedo - Turismo, Lda. - Redução das obrigações fiscais em sede do IMI, IMT e de Taxas Municipais. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir sobre este tema? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Poderia não usar da palavra neste momento, mas nunca é demais vincar aquilo que é a iniciativa privada na defesa da economia, na defesa do território. Falamos aqui de um investimento de 1.2 milhões de euros de investimento que vai criar seis postos de trabalho numa freguesia rural da Guarda, Videmonte. Videmonte, uma aldeia de montanha, uma aldeia que tem tido um dinamismo bastante forte naquilo que desde logo são os eventos que têm desenvolvido e um deles, que eu destaco, que é o Festival do Pão, porque, de facto, a certificação da semente do centeio daquele território é um passo que nós devemos dar para o reconhecimento da diferenciação e da autenticidade e da natureza do nosso território. E, portanto, vemos todos, de certeza, com bons olhos que mais um investimento da iniciativa privada, mas ao qual o Município, com o seu Regulamento, é facilitador desse investimento. E só para terem uma ideia, há pouco falava-se da falta de política fiscal para favorecer investimentos e, nesse sentido, eu só queria recordar, ao nível do

investimento que é feito, tem uma poupança em termos de... este investimento tem uma poupança, ao nível do IMT, de 1.906 euros por ano; tem, ao nível do IMI, 117 euros de redução durante cinco anos e tem, também, uma redução de taxas do Município no valor de 1.466 euros. Só nesta data, com o investimento que este empresário, que este projeto vai desenvolver neste concelho, o Município, neste ano, apoia desde logo com mais de 3.500 euros. É uma redução de 75% durante cinco anos. Podemos dizer, é pouco. Mas estamos lá. Nós queremos estar sempre ao lado daqueles que investem. Um dia poderemos apoiar ainda mais, é isso que queremos. Mas também temos eu, de facto, ter políticas ajustadas, racionais, orçamentos realistas, orçamentos com execução que nos valoriza a todos onde as opções, de facto, um ano antes, correspondem um ano depois àquilo que foram as nossas execuções. E é, de facto, aqui mais um elemento importante para aumentar a confiança dos guardenses, desde logo através desta empresa, Eduardo Miguel Azevedo Proença, gerente da empresa. Muito obrigado.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este tema? Senhor Presidente de Junta, Afonso, faz favor.” -----

- **Afonso Pacheco Proença, Presidente da Junta de Freguesia de Videmonte (PSD):** “Boa tarde a todos. Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores Vereadores e Vereadoras, senhores Deputados, colegas Presidentes de Junta, Técnicos do Município, Comunicação Social e Público. Tendo em conta que os incentivos ao investimento que iremos de seguida aprovar, se destinam a uma empresa que se irá ficar na Freguesia de Videmonte, não poderia deixar de dizer umas palavras perante esta Assembleia. Trata-se de um investimento que faz justiça ao muito que temos lutado para afazer de Videmonte uma terra mais atrativa. Não faltam à nossa Freguesia pontos de interesse, seja ao nível natural, paisagístico, gastronómico ou cultural e o turismo pode e deve ser uma boa alavanca para o desenvolvimento dos pretendentes. Videmonte situa-se em pleno Parque Natural da Serra da Estrela e numa das pontas dos futuros Passadiços do Mondego, pelos quais ansiamos e estamos certos de que este investimento também irá beneficiar, em muito, dessas infraestruturas que esperamos que atraia tantos turistas à nossa região. O investimento permite requalificar e valorizar um espaço abandonado e, ao mesmo tempo, criar postos de trabalho tão necessários à fixação de pessoas, nomeadamente dos jovens da nossa freguesia. É uma grande satisfação, que vos peço que aprovelem os incentivos a este investimento e, de certeza, que muito contribuirá para o desenvolvimento da freguesia de Videmonte, mas também para o crescimento do turismo do concelho da Guarda. Muito obrigado. Se me permite, queria... e aproveitando que estou aqui no palanque, queria fazer só um convite. Queria-vos convidar a todos para participarem, no último fim-de-semana de julho, no Festival do Pão Nosso da Freguesia de Videmonte e do Município da Guarda. E queria também aproveitar, o senhor Deputado Rui Ribeiro, que tenho todo o gosto de lhe fazer uma visita guiada pela Quinta da Taberna, pelo parque de merendas e pelo açude, para não fazer aqui uma insinuação pouco digna, como Videmonte ganhou a votação do parque de merendas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu, como é habitual, é sempre a favor. E sou a favor de que todas as Juntas de Freguesia e todos os Presidentes de Junta venham aqui a dizer que têm mais um projeto de investimento e algo mais que valoriza a minha terra. Só é pena que seja só Videmonte. Aí é a única coisa que eu tenho contra. Ou seja, é pouco, quero muito mais. E, portanto, nós somos a favor e vamos continuar a favor e muito obrigado pelo convite. Já há pedaço tinha passado por mim a convidar-me. Eu gosto muito de Videmonte e gosto muito de ir a Videmonte, no último fim-de-semana de julho. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Agostinho Gonçalves, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente, muito obrigado. Quanto ao ponto, votaremos favoravelmente, como é óbvio. Tudo aquilo que seja a criação de emprego, a fixação de pessoas e o desenvolvimento económico tem obviamente o nosso apoio. Eu gostaria de aproveitar também aqui, muito rapidamente, e penitenciar-nos por isso. Não o fizemos até agora e pedimos desculpa mas, às vezes, no calor da discussão, isso passou-nos mas queremos fazê-lo agora. Felicitar a senhora Vereadora Cecília Amaro pelas funções que vai desempenhar e desejar-lhe as melhores felicidades no desempenho dessas funções. E eu peço desculpa pelo lapso de não o termos feito antes, mas às vezes o calor aqui da discussão faz-nos esquecer algumas coisas e aqui fica esse reparo. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, era só para dizer que o Grupo Parlamentar do CDS vai votar favoravelmente tudo o que seja para trazer emprego para a região. Sei que a Câmara faz um esforço por atrair estes empresários. Não os deixa fugir, eu sei disso. No entanto, quando eu vejo o apoio que a Câmara dá neste caso, é realmente simbólico. Mas porque não poderia ser a 100%, por exemplo? E eu passo a dizer porquê. Quando nós pensamos no custo de uma única rotunda, a famosa do complexo municipal das piscinas de S. Miguel, aquela que está lá em baixo, se pensarmos no dinheiro que aquela rotunda já custou, distribuído pelas Juntas de Freguesia, imaginem o trabalho que os nossos Presidentes de Junta poderiam vir a fazer. É só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado, senhora Presidente. Ao senhor Presidente da Junta de Videmonte, queria agradecer o amável convite. Obviamente tudo farei para ir no último fim-se-semana à Festa do Pão Nosso. E queria-lhe também dizer que está muito enganado quando diz que eu fiz algum comentário pouco abonatório para o

parque de merendas da Quinta da Taberna que eu conheço bem e, obviamente, tenho todo o gosto em que me faça a visita guiada, mas é uma área quele conheço bem. Tecilhe aqui os maiores elogios. Não percebo, honestamente, onde é que o senhor viu algum comentário que achou menos próprio. Poder-me-á dizer mas, obviamente, está redondamente enganado e esse comentário menos próprio nunca existiu. Obrigado.” –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Mais alguém para intervir? Pretende intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor, então.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado senhora Presidente. Dizer apenas que e indo ao encontro do que temos feito anteriormente, noutros projetos, noutras Freguesias, iremos votar favoravelmente, até porque por isso é que vem mesmo aqui a esta Assembleia e os nossos atos nesta Assembleia, no que toca a investimentos nas aldeias, também se ficam. Porque ao vir aqui esta aprovação significa que nós ao votarmos, neste caso o Bloco de Esquerda, ao votar favoravelmente é óbvio que se alia a essas regalias que vão estar no investimento. E quem diz o Bloco de Esquerda, todos os outros grupos que votaram ou que vão votar favoravelmente este ponto, também eles estão associados a essa vinda positiva de mais investimento nas freguesias. Outra maneira não seria o voto do Bloco de Esquerda, se não fosse para o bem das freguesias, neste caso Videmonte. Muitos parabéns. Esperemos que outros investimentos, noutras freguesias, nos próximos tempos apareçam muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Não há mais ninguém para intervir, penso eu. Senhor Presidente, faz favor, tem a palavra.”-

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Dizer umas palavras muito breves ao Deputado José Carlos. Como sabe temos um Regulamento. No regulamento tem três critérios, quatro. Apontei aqui para ver se não me esqueço de nenhum. O valor do investimento, os postos de trabalho, a idade do promotor, o tempo de execução do investimento. Ora, se preencher 100% todos os requisitos máximos, tem também 100% do apoio. Se preencher só 75%, tem 75%. Claro que as regras, estas, não são definitivas, podemos a qualquer momento alterar. Mas de acordo com as regras que estão neste momento em vigor, só deu 75% porque não preencheu no máximo todos os critérios que lá estão. É algo que poderemos sempre estudar. Para o Deputado Aires Diniz, só dizer que, não sei se teve conhecimento, mas uma nova empresa que fez escritura pública exatamente no dia de ontem, são 15.5 milhões de euros no âmbito de pallets, cinquenta postos de trabalho. E para o Marco Loureiro, também é só uma informação, correu bem, às vezes não corre mas temos que lutar sempre até ao fim na tentativa de atrair cada vez mais. Nem todos correm bem, é verdade. Hoje demos aqui dois sinais que correram bem. Mas era só isso que eu queria transmitir. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Vamos, então, votar este ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Projetos de Investimento como Projetos de Investimento de Interesse Municipal do Promotor - Proença & Azevedo – Turismo, Lda. – Redução das obrigações fiscais em sede do IMI, IMT e de Taxas Municipais.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Regulamento de Funcionamento, Acesso e Utilização do Complexo de Piscinas do Município da Guarda. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Não? Alguém pretende falar? Senhor Deputado Miguel Bandarra, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes elementos da Mesa, senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, senhora Vereadora e senhores Vereadores. Hoje, nesta Assembleia, temos a discussão e votação da proposta de Regulamento de Funcionamento, Acesso e Utilização do Complexo de Piscinas do Município da Guarda. Esta proposta é, nada mais, nada menos, do que o novo documento onde serão inseridas e clarificadas novas normas de utilização deste espaço público. Passo a expor três exemplos. Passaremos a ter ao dispor de todos um ginásio composto por duas salas para a prática de atividade física e quatro balneários. Outro exemplo é questão definidas normas que regulamentam a captação de imagens e, por ultimo, um outro exemplo, fica também mais perceptível que os alunos até aos oito anos inclusive, têm direito a um cartão à parte destinado ao adulto/acompanhante, que lhes presta auxílio no balneário ou vestiário. Posto isto, o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente este ponto. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Temos agora o senhor Deputado José Carlos. Faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, é só para referir que votaremos favoravelmente o Regulamento, obviamente. No entanto, de notar que temos um regulamento, temos equipamento mas faltam os transportes o que faz com que o acesso confortável às Piscinas Municipais ainda seja para elites motorizadas, o que não está de acordo com o que se pretende para uma sociedade cada vez com hábitos mais saudáveis. A orografia da cidade não ajuda e só quem nunca foi à piscina a pé, num dia de verão. Aliás, o ir, vai. Quem desce, desce bem, o problema é quando regressa. Portanto, falta de alguma forma um transporte, nem que seja de manhã, fim da manhã, início da tarde e fim da tarde, que é para mais pessoas possam chegar a este equipamento que é muito importante.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigada. Embora isso não seja propriamente o ponto que está em discussão. E, já agora, se me permite... é um Regulamento, é um Regulamento de funcionamento das Piscinas. Já agora, se me permite, eu também já estou a ficar um bocadinho como o senhor Deputado Aires Diniz, ou seja, baralhada. Vou-lhe explicar porquê. é que ontem eu estive aqui nesta mesma sala numa conferencia muito interessante, onde ouvi a senhora Engenheira Paula Teles dizer que aquilo que se tem que fazer e implementar é o transporte de bicicleta e andar a pé. E depois o senhor Deputado vem para aqui a

queixar-se de que quer transporte público. Estou baralhada. Só uma nota. Eu sei. Eu sei. Muito bem, senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu acho...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu pedia um pouquinho de silêncio. Estamos na reta final, só para terminarmos. Quanto mais depressa melhor, saímos todos mais cedo. Peço-vos, por isso, um pouco de silêncio. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Ainda bem que eu disse que estava embaralhado, porque assim várias pessoas começaram também a dizer que estavam embaralhadas. Pronto vamos, vamos desembaralhar isto nos próximos tempos. Agora o que eu queria dizer é o seguinte. Saudamos as melhorias introduzidas, como resultado das sugestões que foram feitas. Acho que isso é positivo. Foi a participação cívica das pessoas que permitiu melhorar o Regulamento. Cumpre-nos questionar a Câmara sobre os direitos dos trabalhadores que vão acautelar o bom funcionamento aqui explanado, bem como o número de trabalhadores necessários, horários a praticar, pagamento de horas extraordinárias, subsídio de turno, assim como o abono ou seguro para falhas. E também, já agora, apoio a intervenção do Deputado José Carlos por causa dos transportes, já agora. A gente deve falar de transportes a todo o momento, para não andarmos para aí embaralhados na cidade sem saber como é que vamos apara os sítios onde queremos ir. E portanto isto é importante. Desculpem ser tão aborrecido e tão embaralhador, mas é importante que a gente fale sobre a questão dos transportes porque a questão dos transportes é uma coisa muito importante, porque é com transportes, para as pessoas que não podem, não têm carro, ou não têm carro disponível, ou não têm dinheiro para a gasolina, andarem de transportes coletivos. E eu de vez em quando estou em Coimbra, embora seja a minha casa principal e, em Coimbra, é muito mais barato andar pela cidade e Coimbra do que na Guarda. Eu quando venho para a Guarda, eu gasto uma pipa de massa para vir para a Guarda, para vir para a Assembleia Municipal e para tudo o resto. E, portanto, aqui a cidade ficará muito melhor quando houver transportes coletivos para ir à piscina, para ir ao cinema, para ir ao comércio, para ir ao hospital, para ir aonde quisermos. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor. Peço-vos um pouquinho de silêncio. Peço-vos encarecidamente. Como? Pois, eu sei. O dia vai longo mas estamos todos no mesmo barco.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Posso? Obrigado, senhora Presidente. Analisada a proposta do senhor Presidente da Câmara, para a revisão do Regulamento de Funcionamento, Acesso e Utilização do Complexo de Piscinas Municipais da Guarda, nomeadamente no que se refere à revisão que resulta da consulta pública efetuada, não podemos deixar de tecer, sobre ela, algumas considerações, a saber: Não se alcança o objetivo da introdução do ponto 2.1, no artigo 22º, relativo ao tipo de fato de banho a utilizar. Pretendendo ser restritivo, porque nos define claramente o tipo de fato de banho, pode chegar a sê-lo no mau sentido, reconhecendo como desadequado um fato

integral com que alguns atletas de topo treinam e que não cumpre com o descrito no ponto em questão. Aqui, claramente, menos seria mais. Ainda no artigo 22º, a alínea e), do n.º 2, remete para o n.º 5 do, artigo 21º, que não existe. Também não se alcança a utilidade do ponto 2.1, dentro do ponto 2, do artigo 27º. Os dois pontos deveriam ser um só. Não faz sentido uma lista com um único ponto. Isso não faz sentido. O artigo 28º deverá ser completamente revisto. Não só não tem o n.º 1, tem apenas o n.º 2, como o corpo do artigo e o seu n.º 2 são contraditórios entre si. O n.º 4, do artigo 29º, dispõe que o carregamento do cartão de utente tem a validade de doze meses, dispondo o número seguinte que, no final desse período, o utilizador não tem qualquer direito a crédito ou reembolso. Consideramos esta limitação excessiva e de legalidade duvidosa, uma vez que o valor carregado deve sempre corresponder a uma contraprestação dos serviços. No mínimo existe um mecanismo de pedido de reembolso. No nosso entender, este Regulamento não dá resposta a um dos problemas mais vezes relatados pelos utilizadores do complexo. O facto de se verificar, em determinadas horas, um elevado número de utilizadores que ao invés de deixarem os seus pertences nos cacifos ou nos cabides, os deixam nas cabines destinados à mudança de roupa inviabilizando a sua utilização por outros utentes, situação a que os funcionários recorrentemente dizem não ter meios para dar resposta. Em suma, consideramos que o Regulamento deve ser, sim, objeto de uma cuidada e mais profunda revisão, desejavelmente resultante de um inquérito aos utilizadores, por forma a que daí resulte um funcionamento mais eficaz do ponto de vista do Município e a criação de maior valor para os utilizadores. Portanto, eu não sei se a Câmara ou se o senhor Presidente vai manter este Regulamento, da forma como ele está, a votação. Ou se o querem rever e reformular... não sei se o iremos votar. E, já agora, gostava também de pedir, não diretamente relacionado com o Regulamento, mas que nos informasse qual a situação do restaurante/bar que tem estado encerrado. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado senhora Presidente. Compreendo a necessidade de, neste género de espaços, para o seu bom funcionamento, ter que haver normas, não é? Tem mesmo que ser. Nem toda a gente, às vezes, sabe estar nestes espaços de utilidade pública com os devidos comportamentos. Mas há aqui duas situações que eu gostava, se possível, ver esclarecidas. Nomeadamente a parte do ginásio. Mas as piscinas não teve sempre ginásio? Que eu saiba teve sempre ginásio. Era concessionado quando... tá aqui uma parte que a Câmara pode... neste momento, o ginásio está fechado. Mas a parte de abrir o ginásio é sem ser concessionado ou vai ser concessionado? Fiquei na dúvida disto, porque o ginásio, sempre lá teve um ginásio nos últimos anos. Por acaso, eu próprio até lá andei. Por isso, sei que lá estava. Outra matéria, se o senhor Presidente me conseguir explicar, quantos nadadores salvadores existem na Câmara Municipal e mais concretamente naquele complexo? Ou se é à parte, ou se estão a funcionar todos numa rede integrada de nadadores salvadores financiados ou, neste caso, pagos pela Câmara Municipal e que integrem outro género de espaços

que sejam necessários os salvadores neste caso. Rios, praias fluviais, se me poder dizer, agradecia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Acho que isso não tem muito a ver com o objeto em discussão, com o tema em discussão, mas ficará ao critério do senhor Presidente responder ou não. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Senhor Deputado Aires Diniz, dizer-lhe que todos os trabalhadores, foi recentemente, há menos de 15 dias, ao abrigo de uma lei que veio exigir a reposição daquilo que são os salários, enquanto trabalhadores das empresas municipais, aos atuais trabalhadores do Município naquele equipamento municipal. E nós tivemos ocasião, na semana passada, de dizer isso aqui, nesta sala, a todos os trabalhadores que nós iríamos repor, com efeitos retroativos, a antiguidade toda dos trabalhadores, o tempo que lhe assistiu enquanto funcionários de uma empresa municipal e atualmente enquanto trabalhadores já do Município. Portanto, em termos de garantias, aí está uma evolução que não se deve, com certeza, só ao Município, mas é do erário público e nós cumprimos escrupulosamente todos os meses esse pagamento. São vários milhares de euros que vamos pagar anualmente a esses trabalhadores. É devido e, como tal, cumprimos aquilo que a lei determinou. Ao senhor Deputado Rui Ribeiro, tenho a dizer o seguinte. Os juristas trataram deste processo, deste Regulamento. E que já que foi tão exaustivo e pormenorizado na análise do documento... não? Foi. Foi exaustivo, eu repito, e pormenorizado... agora falo eu, peço desculpa. Falo eu. Na proposta, no n.º1, diz assim: “acesso número dois... número um, acesso à utilização do complexo de Piscinas da Guarda para posterior submissão do mesmo a consulta pública, em cumprimento e nos termos no disposto nos artigos 99º e 101º do CPA.” Portanto, acho muito bem que esteja atento. Mas o momento certo, porque eu aqui valido a proposta que os serviços da Câmara Municipal da Guarda fizeram. Acho muito bem a sua análise. Não concordo com ela, mas acho muito bem e pormenorizada. Mas, logo que saia este documento aprovado, eu agradeço-lhe, peço-lhe, que faça um pequeno documento com essas sugestões para avaliar, depois, em consulta pública, as suas sugestões. Porque, verdadeiramente, como deve calcular, nós executamos uma série de atos, os técnicos também executam uma série de tarefas, submeteram à apreciação. Não vi, de uma forma geral, nenhuma restrição mas pode acontecer. Só erra quem nada faz e, nesse sentido, eu agradeço-lhe que depois me faça chegar essas sugestões para avaliar da validade das mesmas. Senhor Deputado Marco Loureiro, houve um ginásio pela primeira vez há três a esta parte, como sabe. Abriu-se um procedimento de hasta pública naquele espaço. Entretanto, por vontade do particular achou que já não era conveniente continuar... eu queria era que fizessem mais silêncio porque não consigo estar a falar com o Deputado Marco Loureiro e estou aqui... mas eu peço a todos quer dizer, peço a todos. Para raciocínio meu é mais difícil gerir...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ora bem, eu também já pedi isso, senhor Presidente. Eu volto a pedir.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Eu sei, eu sei. Peço desculpa, senhora Presidente. Senhor Deputado Marco Loureiro, tenho a dizer que no passado existiu. Por iniciativa do próprio, entendeu que já não devia continuar a explorar. Já abrimos, ou estamos em processo de abertura do restaurante que existe nas piscinas. Mas no ginásio também já está uma entidade, uma empresa que vai explorar novamente o ginásio. Porque também por iniciativa do anterior explorador perderam o interesse, encerrou e nós depois tivemos que ter o tempo necessário para lançar um novo procedimento para abrir como ginásio. E, neste momento, penso que já estará aberto porque já está entregue de facto a chave, já está adjudicado à entidade que apresentou a melhor proposta para explorar este espaço. Quanto aos nadadores salvadores, nós naquele procedimento de regularização dos precários, regularizámos também os nadadores salvadores das Piscinas Municipais. Ainda precisamos de um elemento que está numa prestação de serviços. É uma situação que vamos regularizar, mas penso que são quatro. Três fazem parte dos quadros do Município, ou então, se não foram três, temos dois dos quadros do Município e temos um por regularizar. Eu tenho agora a dúvida se é três se é quatro, mas está um por regularizar. O resto estão todos integrados no quadro de pessoal da Câmara e prestam serviço dentro deste quadro funcional à Câmara Municipal da Guarda. Penso que está esclarecido, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passemos, então, à votação deste ponto. Sim, faz favor.” -----

- **Deputado Agostinho Gonçalves (PS):** “Senhora Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente, se nos pudesse esclarecer relativamente àquilo que disse. Por um lado foram levantadas aqui algumas questões que... obviamente que os documentos que nos são submetidos, senão, não vínhamos aqui fazer nada, têm que ser analisados de forma exaustiva. Estamos a desempenhar bem a nossa função, se analisarmos os documentos de forma exaustiva. Senão vale de quê? Não vínhamos, não é? E queremos vir e analisar de forma exaustiva quando temos tempo. Às vezes não temos tanto tempo quanto queríamos. Agora, se há um conjunto de lapsos que acontecem, isso nada contra. Acontecem. Se alertarmos aqui para esses lapsos, se há questões que até podem estar em contradição, não seria melhor voltar a rever o documento nesses termos, trazê-lo aqui enxuto de tudo isso e votarmos? É uma sugestão que lhe deixo. Mas aquilo que a maioria decidir é aquilo que, obviamente, se fará. Em democracia a maioria ganha. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Presidente? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Neste momento, pronto, este ponto merece o esclarecimento devido. Mas permita-me, senhor deputado Agostinho, até como jurista que é e que eu tenho em boa consideração, como sabe, mas tenho-lhe a dizer o seguinte, é que eu não posso fazer uma interpretação descontextualizada, do resumo das alterações, fora do texto do artigo. O que é aqui colocado é uma dúvida sobre o trabalho que foi feito. Lapsos e contradições. Eu não reconheço lapsos e contradições mas podem existir e se existirem para que é que existe a consulta pública?

Exatamente para corrigir. Neste momento, eu não vou desfazer no trabalho digno dos nossos técnicos no qual eu acredito. Mas, senhor Deputado, sem dúvida alguma que se houver algum lapso, eu também direi na próxima vez que houve um lapso e corrigimos. Se houve prestações, conselhos mais adequados também direi. Mas, neste momento, considero que o documento tem a validade necessária e a idoneidade necessária para aqui ser apresentado a votação. Mas nada contra. Mas entendemos, se não houvesse, se fosse um documento definitivo, ou seja, que não estivesse já na consulta pública teria que fazer de imediato essa solução porque não havia forma de a acautelar. Mas estamos num processo de discussão pública e nós se forem feitas essas referências, enquadradas no texto, porque é um resumo das alterações. Eu próprio tive dificuldade em aqui na abordagem que fiz, que não foi longa, confesso, não tive essa capacidade. Mas futuramente e no âmbito da consulta daremos lugar, se houver necessidade disso, àquilo que foi a sugestão do senhor Deputado. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigado. Passemos então à votação deste documento... Muito bem, estamos em condições de votar? Sim? Passemos então à votação do documento.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Regulamento de Funcionamento, Acesso e Utilização do Complexo de Piscinas do Município da Guarda.*
- Aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor, cinco abstenções e dez votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma declaração de? Do senhor Deputado? Faz favor, Rui Ribeiro.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado, senhora Presidente. O nosso voto contra não se prende com as questões subjetivas, nas quais eu concordo com o senhor Presidente da Câmara. Questões subjetivas devem ser apreciadas durante o processo de consulta pública, que é para isso que ela existe obviamente que sim. As nossas reticências prendem-se com as questões de que o documento não está livre de gralhas e contradições e, portanto, acreditando nós também, como o senhor Presidente aqui nos transmitiu, e acreditando nós no trabalho que é feito, nós sabemos que, às vezes, o trabalho também feito sobre alguma pressão, enfim, sob condições que nem sempre são as que nós desejávamos e a produção dos documentos pode sofrer de algumas falhas. E eu acho que seria muito mais digno produzir um documento o mais isento de falhas possível e, mais ainda, de falhas como estas, de termos artigos a remeter para outros que não existem. Dignificaria todos, quer os técnicos todos, quer a Câmara Municipal. Mas, enfim, as coisas são o que são e a decisão está tomada. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passávamos, então, agora ao último ponto da ordem de trabalhos que é a Informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal.” -----

Ponto 2.7 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende dizer... Desculpe, senhor Presidente. Sim, senhor Deputado. Peço desculpa. É uma Declaração de Voto? Mas deste último ponto? Sim! Mas só um bocadinho. Primeiro dou a palavra ao senhor Presidente. Estamos todos baralhados hoje, decididamente. Não à volta a dar. Senhor Presidente, pretende intervir? Não. Muito bem. Senhor Deputado Matias, faz favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Boa tarde a todos. Eu não vou roubar muito tempo, que o tempo já vai tarde. Eu vim aqui só para pôr uma questão muito simples e queria uma resposta também rápida. E a questão que eu queria levantar ao senhor Presidente...

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Eu peço desculpa, mas é que a interpelação depois é dirigida a si. Se não houve, depois não tem como responder.” ----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “A pergunta que eu lhe queria fazer é a seguinte. É sobre a estrada nacional 18. Passo ali duas, três, quatro, cinco vezes por dia e reparei que as obras arrancaram em bom ritmo, acerca de dois meses e, agora, acerca de 15 dias a obra parou, as máquinas desapareceram. O que é que se passa? E eu gostava de saber o que é que se passa até porque, neste momento, há algum risco para a circulação porque as obras que se fizeram, escavaram as valetas, a sinalização é menos da que estava quando lá estavam as máquinas e, portanto, há um perigo que uma pequena distração, se se mete uma roda nesses buracos vai ser ali um acidente. Portanto eu gostava de saber o que é que se passa e se as obras é para demorar, é sinalizar melhor aquele troço que estava em obras.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir sobre este tema? Senhor Deputado... como? Depois aproveita. Não pode falar logo a seguir ao seu colega de bancada, portanto, senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Antes que me esqueça, queria cumprimentar a conterrânea, Cecília Amaro, pelas funções que tomou posse e que hoje está aqui a representar. Ainda bem que chegou o Vítor Amaral porque, na última Assembleia de Abril, apareceu um relatório das atividades do TMG. E eu gostei de ver o relatório, mas disse, falta aqui outro relatório que tem a ver com o Pelouro do Vítor Amaral, senhor Vereador Vítor Amaral, que é sobre atividades culturais da Câmara. Já que ele fez o relatório do TMG dos últimos cinco anos, dos últimos cinco anos e meio, também gostava de ver o relatório das atividades culturais da Câmara. Até porque a Câmara está candidata a Capital Europeia da Cultura, portanto as duas coisas têm que bater certo. Ele tem que fazer o relatório. E também queríamos saber como é que está a atividade, no sentido de ser uma candidatura ganhadora. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Só uma pequena correção. Quem é candidata é a cidade. A Câmara é o mero agente, digamos assim. Muito bem. Senhor Deputado Marco, se faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Aproveito porque não sei se serei o último, mas os últimos, por vezes, são os primeiros, felicitar aqui a senhora Vereadora pelas suas novas funções. Desejo-lhe as maiores felicidades, quase até mesmo que me atrevo a dizer as maiores felicidades políticas. É um pouco mais difícil, mas o meu gosto por ela se calhar é um bocadinho maior... agora era para nos rirmos um bocadinho. Queria apenas fazer uma sugestão ao senhor Presidente. Todos os anos eu faço esta sugestão. Não sei até que ponto é que ela alguma vez aconteceu. Mas pensando nos mais jovens e neste relatório vejo aí muitas situações e muito se tem falado na importância dos jovens na nossa região e na nossa cidade. E concretamente no verão toda a gente sabe que se há uns jovens que se vão embora, os que cá estudam no Politécnico saem, também há o contrário, aqueles que estudam fora vêm para a cidade da Guarda. E apesar de haver grandes festas à volta da nossa cidade com tradições, uma mais agradáveis do que outras, mas não é isto que eu vou aqui trazer, interessaria saber se há ou não há um reforço de uma carreira, ou um autocarro em ponto pequeno para três sítios. Eu, antes, só dava dois exemplos, mas agora sugiro o terceiro também. A praia fluvial de Aldeia Viçosa, a praia de Valhelhas e Barragem do Caldeirão. Será importante. Não quer dizer que os adultos também não possam utilizar o autocarro, mas pressupõe-se que eles têm uma outra facilidade, aqueles que têm outros transportes. Os mais jovens e principalmente pensando naqueles menos de dezoito, mas mesmo até aos vinte e cinco anos, certamente seria importante também dar-lhes essa possibilidade. Com um horário muito fixo, um de ida e outro para cá, de forma também a potencializar esses três espaços, porque os três espaços são bons, recomendam-se e não precisamos de ir à Covilhã ou a Mangualde para passar uma tarde agradável, de lazer, junto de quem nós mais gostamos. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhora Deputada Paulisa, faz favor.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “Há bocadinho escasseou o tempo mas irei concluir agora a minha intervenção porque é oportuna a propósito deste ponto, aqui da informação escrita do Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara. Também a propósito deste ponto, aproveito primeiro para referir, no seguimento do que consta desta informação escrita, que efetivamente podemos estimular a economia local, como eu dizia há pouco, através de contratos feitos por ajuste direto, precisamente como alguns que aqui vêm mencionados, com empresas locais. Portanto, é uma das formas que a lei prevê de contratação e portanto não temos que estender a nível nacional esse tipo de concursos. Em relação à questão do Cine-Teatro da Guarda que se abordou há pouco, vem aqui também na informação do senhor Presidente da Câmara Municipal, a gestão do Teatro Municipal da Guarda. Quer dizer, vemos que é dada uma utilização esporádica ao TMG e apelamos que a Câmara tenha uma utilização racional do espaço, agora do Cine-Teatro da Guarda, tendo em conta que dispõe de uma infraestrutura como a do TMG, portanto, evitando gastos desnecessários. E ainda também, em relação

ponto que abordei há bocadinho, da questão da empresa que foi para o Fundão, o que nós quisemos dizer não foi que não foram ouvidos pela Câmara. Foram ouvidos por um assessor do senhor Presidente da Câmara, não diretamente pelo senhor Presidente da Câmara. E a diferença do Executivo aqui da Guarda e do Executivo do Fundão, foi o interesse manifestado pelo Executivo, que o próprio Presidente da Câmara pegou naquele projeto, apresentou-o na Assembleia Municipal como um projeto de interesse municipal e criou condições, como as sugeridas pelo senhor Deputado Carvalho do PS, que há pouco aqui falou, condições atrativas para essas empresas. Portanto, como as que, muito bem, aqui são relatadas, aqui na informação escrita, mas queremos que seja feito mais, senhor Presidente. Para lá do que foi feito e que consta desta informação escrita, há vários problemas, quer na cidade, quer nas freguesias deste concelho que têm de ser abordados e exigem uma atuação do Executivo. Já me referi, há pouco, daquela que seria a prioridade, que era a construção de uma grande via que ligue o centro da cidade à A23, mas existem outras que iremos aqui enunciar. Desde logo, senhor Presidente, a questão da falta de habitações sociais. Algumas entidades fizeram-nos chegar essa preocupação, porque houve situações graves de urgência, em que era necessário abrigar uma família com menores e não havia nenhuma casa disponível para acolher essa família porque a Câmara não tinha. Portanto, há que colmatar essa lacuna. Por outro lado, convido V.Exª, senhor Presidente, a mandar fazer um levantamento das passadeiras em falta nesta cidade que, em vez terem andado a remodelar as já existentes, transformando-as em triângulos nada práticos de atravessar, em que o peão tem que andar às voltas para poder seguir o seu trajeto, deviam era ter colocado passadeiras em sítios fulcrais onde não as há e tanta falta fazem para a segurança de quem anda a pé, como se verifica numa série de cruzamentos em que apenas existe passadeira num dos lados da rua. E há também necessidade de rebaixar passeios junto às passadeiras, que têm o lancil alto e os carrinhos de bebés e de cadeiras de rodas não conseguem subi-los com segurança. Por falar em segurança, há estradas, ruas na cidade às escuras porque muitos postes de eletricidade estão desligados para poupar uns trocos para as festas, flores e remodelação de rotundas, como falámos há pouco. E depois vê-se o estado em que está o Parque Urbano do Rio Diz, com manifesta falta de manutenção. Por falar também em falta de manutenção e conservação, a Câmara também devia cuidar melhor do centro histórico da Guarda, aqui do centro histórico da cidade, como ainda há pouco referiu o meu colega Deputado Agostinho e, portanto, são algumas das preocupações que nós vamos aqui trazendo, porque queremos contribuir, dar o nosso contributo para a qualidade de vida dos cidadãos sobre questões que entendemos que são importantes e que nos são trazidas pela população, são-nos trazidas ao nosso conhecimento. É lamentável, no seguimento daquilo que foi referido há pouco na minha intervenção, que haja prioridades invertidas, senhor Presidente, e cumpra-lhe a si restabelecer as verdadeiras prioridades, definir políticas que visem dar resposta a estas questões. Redefinir a forma de atuação da Câmara com políticas prosequutoras de objetivos verdadeiramente importantes para o nosso concelho. Estes são apenas alguns dos muitos aspetos que o Grupo Municipal do PS entende que urge executar, para bem de todos os munícipes e estamos certos que V.Exª terá em conta estas preocupações que aqui trouxemos, como representantes que somos aqui dos cidadãos do concelho da Guarda. Se este Executivo, a que V.Exª agora preside,

prosseguir com a realização de medidas como as aqui propugnadas, terá o nosso apoio. Desejamos-lhe felicidades no mandato que agora inicia. Se, no entanto, prosseguir com o paradigma do seu antecessor, iludindo os cidadãos do concelho da Guarda, aí terá a nossa determinada e determinante oposição. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom. Eu é que vou ser mesmo o último, não é para ficar à frente do senhor Deputado Marco Loureiro, mas era uma palavra...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não é senhor Deputado porque tenho mais uma inscrição, por isso não vai ser o último.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não, não, para ter deixado aqui uma palavra de saudação à senhora Vereadora, por se encontrar hoje aqui nesta nas novas funções. Era só. Já era para ter sido dada essa palavra, mas também as interrupções, algo constantes da senhora Presidente da Assembleia Municipal, muitas vezes também nos quebram o raciocínio e impedem a gente a completar as ideias...” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Querem ver agora que a culpa é minha. Falem que eu tenho os ombros largos, não há problema.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Muito obrigado, e umas boas férias para todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Tiago, faz favor.” -----

- **Deputado Tiago Gonçalves (PSD):** “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, venho cá também desejar uma boas férias, como fez o professor Henrique Monteiro, a todos os senhores Deputados, Presidentes de Junta, que, de facto, no fundo, também temos direito e é bom que aproveitemos este período estival. Mas não queria ir para o período estival sem dizer uma coisa, em resposta aquilo que foi a intervenção da senhora Deputada Paulisa D’Assunção. E é, que o Partido Socialista, se há coisa que não conseguirá fazer e com a qual nós não compactuaremos aqui nunca, é virar contra este Executivo do PSD, que seja o Executivo do PSD o Executivo que não é amigo das empresas e que não recebe as empresas. Isso é algo relativamente ao qual nunca, mas nunca concederemos. Não foi connosco, à frente dos destinos desta Câmara Municipal, não foi com este Executivo que o senhor, por exemplo, o senhor promotor do investimento que lá está em baixo na Estação, na antiga Gartêxtil, a JOM, que quando assinou aqui o contrato para concessão do projeto de investimento, relativo a esse investimento que lá fez em baixo, não foi com este Executivo do PSD, foi com o Executivo anterior, que esse senhor esteve cá, disse ter manifestado grande interesse em investir cá e disse que nunca foi sequer recebido pelo Presidente da Câmara. Nunca foi sequer recebido por ninguém do Executivo Municipal. Não foi com o Executivo do PSD certamente que isso aconteceu. E não foi, e de tal forma não é assim que, de Assembleia para Assembleia Municipal, o que é que nós vemos aqui? Projetos de investimento.

Projetos de investimento de pessoas que chegam à Câmara da Guarda, que querem investir e que a Câmara da Guarda agarra com as duas mãos. Com as duas mãos. E, por isso, os senhores não conseguirão virar, com essa retórica política, não conseguirão jamais virar contra o PSD e contra aquilo que é o trabalho dos eleitos do PSD na Câmara Municipal da Guarda, aquilo que tem sido o apoio à economia, o apoio à instalação de empresas, o apoio ao fomento de emprego, que tem acontecido com o Executivo do PSD na Câmara Municipal da Guarda. Nunca, mas nunca, concederemos nesse aspeto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Não tem tempo senhora... chamaram-lhe o quê? Não, senhora Deputada. Peço desculpa. Para defender a retórica política, eu não lhe dou tempo para defesa da honra. Não, não dou. Porque lhe disseram que tinha retórica política? Não. Desculpe. Não, senhor Deputado Tiago, por favor. Estou eu a falar, tenham paciência. Senhora Deputada, eu dou-lhe, ouça, eu dou-lhe a palavra para defender a honra. Se vai falar sobre retórica política eu não a deixo falar, tenha paciência.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “O que eu quero dizer, já vou explicar, é precisamente o contrário.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Que não tem retórica política. Venha lá, mas lhe garanto que não a deixo continuar se for nessa senda porque isso não é defesa da honra, tenha paciência.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “A senhora Presidente terá oportunidade de ouvir. Senhor deputado Tiago, o que eu venho aqui fazer, como cidadã, é apresentar os factos que entendo...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, a senhora não está aqui como cidadã. Está aqui como Deputada Municipal eleita. Portanto, é nessa...” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “Como cidadã a exercer um direito cívico de participação política nesta casa, na Assembleia Municipal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, desculpe. O que a senhora está aqui a fazer é a exercer uma função enquanto Deputada Municipal. E é nessa função que fala e é nessa função que defende a honra, se tiver honra para defender nesse aspeto.” -----

- **Deputada Paulisa Dóris D’Assunção (PS):** “Se me permitir terminar, senhora Presidente, estou como cidadã, que eu entendo que estou como Deputada Municipal mas como cidadã acima de tudo, interessada na qualidade de vida desta cidade onde resido. E sim, como Deputada em representação de todos os outros cidadãos que aqui não têm a palavra a dar. E trago aqui factos. Não trago aqui retórica política porque eu não sou política, e era aí que eu queria chegar, sou cidadã e estou aqui a exercer um direito e um dever cívico como Deputada Municipal. Não sou política e não venho aqui com retóricas políticas. Venho apresentar aqui factos. E as questões que apresentei foi ao Executivo, não foi à bancada do PSD. Que eu saiba, o senhor Deputado não faz parte do Executivo ou faz? A questão foi dirigida ao Executivo, com todo o respeito, deixe o Executivo responder. Agora não me venha aqui a acusar de retórica política.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, estamos esclarecidos... não há aqui ninguém mais ofendido do que eu que quero terminar a Assembleia e vocês estão aí nessas quezílias de retórica e de ofensa e... estamos aqui todos enquanto cidadãos a desempenhar uma função para a qual fomos eleitos... ó senhor Deputado, estou eu a falar agora... e nessa ótica, sempre que estamos aqui somos políticos e usamos retórica. Disso não tenha a menor dúvida, senhora Deputada. Estamos aqui, somos políticos nesta função. Estamos aqui, somos políticos. É verdade que estamos aqui como cidadãos, mas porque fomos eleitos para o desempenho de uma função política. Não há a menor dúvida quanto a isso... aquilo que a senhora Deputada estava a tentar... eu não estou aqui a defender ninguém nem a honra de ninguém, pelo amor de Deus, estou aqui a tentar clarificar as coisas para não andarmos sempre aqui com pedidos de defesa da honra quando ninguém está a aqui a ser ofendido, penso eu, na sua honra, nem na honra pessoal... sim, isso é verdade. Isso é verdade, mas não entramos aqui em critérios subjetivos. Muito bem. Todos nós quando falamos aqui utilizamos retórica. Não há dúvida quanto a isso. Muito bem, estamos esclarecidos. Vamos terminar, assunto encerrado. Vamos terminar... falta o senhor Deputado Monteirinho, peça desculpa. Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Não é para falar sobre esse assunto. É só para colocar e fazer uma sugestão ao Presidente da Câmara que cumprimento e que saúdo porque ainda não tive oportunidade...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, eu vou-lhe conceder uns breves segundos porque coces já não têm tempo e a falha é minha. Como a falha é minha, tenho que a assumir. É que vocês não têm tempo. Vocês também deviam saber isso porque têm que fazer a gestão dos tempos e está ali, mas pronto. Eu assumo isso como falha minha.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “São trinta segundos, é só uma sugestão. Uma vez que falámos aqui em transparência, senhor Presidente, agradecíamos que, na sua informação, fosse colocada a seguinte informação para ficarmos todos cientes. Eu há bocado perguntei e não me respondeu. Qual é o valor que, neste momento, mensalmente, a Câmara paga às Águas e qual é o valor que as Águas pedem mensalmente à Câmara. Já vimos que a diferença era de 20%. Agradecia. E outra informação que era importante e que lhe deixava aqui o apelo, é a questão do corte coercivo das águas. Nós sabemos, o PS sabe que houve alguns cortes coercivos a municípios da Guarda e isso é, no mínimo, imoral para quem, em quatro anos, não pagou a água, vem agora a cortar a água aos municípios porque, eventualmente, por algum problema que tiveram deixar de pagar. E quantos pedidos de corte, ou de abastecimento de água, ou de retirar o contador da água é feito mensalmente a esta Autarquia. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito Bem. Senhor Presidente, faz favor.”

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente. Deputado Matias Coelho, dizer-lhe que iniciámos efetivamente as obras. É necessária a utilização de explosivos. Essa utilização de explosivos necessita de uma licença do comando

nacional da PSP, ela não chegou ainda à empresa que tem esse trabalho em mãos, mas prevemos que na próxima semana os trabalhos, que estão suspensos, sejam retomados. É o que é, olhe, não posso acrescentar mais. O relatório de atividades do TMG, é o que é. Temos aqui um equipamento digno, virado para a cultura, recebe muita gente como é o relatório que consta aqui da informação útil do Presidente da Câmara. A agenda também do Teatro Municipal da Guarda é bem demonstrativa da diversidade que temos em termos de oferta cultural. O número também de utentes e de cidadãos que procuram este equipamento cultural é o que está aqui plasmado e, portanto, consideramos que é um equipamento que está a ser utilizado, tem dinâmica própria e valoriza, de facto, a cultura na Guarda e é também um equipamento, com a sua programação cultural, que dá sustentabilidade a esse grande objetivo de Candidatura a Capital Europeia da Cultura. Senhor Deputado Marco Loureiro, o transportes para os três sítios. Quem quiser água, e aqui não me perceba mal, temos as piscinas municipais mais próximo do centro e a situação fica resolvida por aí. Mas, pronto, também entendo que esses são espaços diferentes. Até que ponto nós vamos investir nesta criação de mais três linhas de transportes? Não está previsto, poderemos avaliar a situação. Sim, podemos avaliar a situação, mas não está previsto até este momento. A Senhora deputada Paulisa. Pronto voltámos àquela máxima «a galinha da vizinha é melhor que a minha», ou seja, pasme-se que o Fundão conseguiu fazer o melhor possível pelos empresários e nós, que nos temos esfaldado permanente aqui para, de uma vez por todas, mudarmos de paradigma que foi aquilo que ouvia: bem, que queria investir na Guarda mas ninguém me recebeu, não havia tempo, não havia um assessor, não havia um Vereador, não havia Presidentes para receber. Nós, se temos alguma bandeira, é a proximidade de quem quer investir no concelho da Guarda, e agora, pasmemo-nos, afinal o Fundão, senhora Deputada, palmas porque o Fundão é, de facto, um exemplo de captação de investimento, como diz a senhora Deputada Paulisa, reafirmando uma expressão do senhor Deputado Hugo Carvalho, afinal o Fundão também tem boas condições de atração. Mas aquelas que eu acabei de referir, até pelo investimento que aconteceu em Videmonte, só acontece para alguns, para outros não. Senhora Deputada, de uma vez por todas, se quisermos ser verdadeiros e se estamos aqui com responsabilidade, diga-me, traga-me esse senhor quando quiser que é para eu falar com eles e saber, então, ou então a senhora Deputada falar com eles e dizer-me em que circunstâncias isso ocorreu. Porque é inexplicável. Como bem referiu aqui o Deputado Tiago, onde temos centenas já de investimentos nesta cidade, em seis anos, centenas de investimentos. Temos um caso de guardenses que tiveram que ir para o Fundão. Pronto, a galinha da vizinha é sempre melhor que a minha, e nada melhor do que estarmos neste fórum político a defender exatamente a galinha do vizinho. Se é assim que querem defender a Guarda, é valorizando os nossos vizinhos e acreditando que os outros fazem melhor que nós, sendo que não queremos reconhecer aquilo que de bom aqui se faz. A grande via de ligação à A23. Como sabem temos um projeto que queremos assumir, que está assumido, que é a ligação da rotunda, entre aspas, da Tia Joaquina à Viceg. Mas, o Partido Socialista, aqui pela voz da senhora Deputada, vem dizer aqui a grande via. Temos que nos esclarecer. Que grande via é essa e porque é que não se revê no tal projeto que está no nosso programa eleitoral de ligação à Viceg, que por sua vez dará à A23? Não sei porque é que esta solução é melhor que aquela que nós

apresentámos. Não consigo perceber, sinceramente não consigo perceber. Habitação Social. A vereadora que eu tive o privilégio de justificar a sua falta, mas também a tristeza de não estar presente, ainda ontem, numa reunião que tivemos com a senhora Secretária de Estado Adjunta da Justiça, fui precisamente apanhá-la para vir comigo ao Centro de Reabilitação do Mondego, ao espaço do Bairro chamado, entre aspas, Cambodja. Ela própria viu o que se ali se passava e tomou já um conjunto de diligências, pelo menos, de limpeza da zona exterior daquele espaço, porque não é, de facto, o melhor local para se viver. Mas também temos dito que hoje só haverá investimento, e não estou a falar do investimento da Câmara Municipal da Guarda, porque os senhores que lá estão são seres humanos, merecem atenção por parte do Município e nós vamos dar-lha, mas do ponto de vista legal temos que entender uma coisa. É que o dono daquelas habitações é o Instituto de Reabilitação Urbana de Portugal e ele tem, em primeira linha, a obrigação de reabilitar as habitações que ali estão. Mas se não as quiser reabilitar, encontrar soluções e respostas para aquelas famílias. Ainda assim, nós estamos a elaborar a estratégia local de habitação, sem a qual não podemos nem candidatar, nem investir um euro naquele espaço habitacional. Estamos a trabalhar exatamente nessa estratégia, mas como é uma estratégia e como é um trabalho que leva o seu tempo, ainda assim e ontem, face à informação que a senhora Vereadora que tem o Pelouro, Lucília Monteiro, me referiu é conveniente, decidimos colocar uma reunião urgente no IRU para, mais uma vez, vincar a nossa posição de que não é admissível que as pessoas que ali se encontram estejam naquelas condições. E, por isso, em parceria com o IRU, onde o Município também, independentemente da responsabilidade jurídica que não tem, mas tem uma responsabilidade social, nós estamos dispostos a investir no imediato, mas com a responsabilidade com a Administração Central naquele espaço habitacional de forma a valorizar e a melhorar as condições das famílias que ali se encontram. Eu não sei se é a mesma situação. Mas tenho conhecimento de uma situação idêntica. Ou é a mesma, ou é também um caso que ocorreu de uma família que teve de ser desalojada em virtude de um incêndio. O Município da Guarda não tinha habitações, mas ajudou ou pagou a renda, durante um determinado lapso de tempo, para aquela família poder ser acolhida numa habitação, que eu julgo que até foi numa pensão. Portanto, nunca ninguém fica na rua, quer por via da ação social, quer por via da ação social municipal, nunca nenhuma família ficará sem o mínimo de condições, depois de ser sujeita a uma situação de calamidade ou de limitação nos direitos fundamentais, designadamente de acesso às condições de habitabilidade que qualquer cidadão tem e deve exigir. Passadeira. Nós já fizemos mais de vinte passadeiras novas desde que estamos no Executivo. Vinte passadeiras. Mas calma. Calma. Vinte passadeiras. Fizemos quase uma centena de rebaixamentos de passeios. Mas, senhora Deputada, faça-nos chegar quais são as passadeiras novas e a localização que entende que põe em perigo os cidadãos para nós também irmos ao encontro dessa solução, porque, até agora, temos tido alguma resposta, como estes números aqui indicam. Mas, com certeza, não está tudo feito. Estamos disponíveis, é a nossa função ir ao encontro dessas necessidades e faça-me chegar, porque nós daremos também sequência a essa sua preocupação. O centro histórico já não vou falar. Não sei se foi quando a senhora Deputada saiu, se não, mas penso que Deputado Pedro Nobre fez uma apresentação exaustiva daquilo que é o investimento no centro histórico.

Explicou, demonstrou os investimentos, a vantagem desses investimentos, de maneira que já não vou pronunciar-me. Quanto à sugestão e pedir de informação, do senhor Deputado Monteiro. Vamos recuperar essa informação que eu pedirei aos serviços e farei chegar-lha, ou se passar aqui no Município também temos todo o gosto em recebê-lo cá e farei chegar essa informação daquilo que é o pagamento que nós fazemos, tendo em conta o tal acordo. Sendo certo que há aqui uma variante, que é muito importante, num valor que nós consideramos, no máximo atinge os 28 milhões, que pode ser nas contas das Águas diferente, temos já um peso enorme de juros. E esses vencem-se ao dia. Vencem-se permanentemente e isso, de facto, é preocupante como eu há pouco já referi. É evidente que tem que haver regras, nós temos essa sensibilidade de olhar para as famílias que não têm condições de pagar a água. Uma família que ficou sem emprego, os dois, pai e mãe, têm filhos. É verdade que a Câmara Municipal, até seria imoral se fizesse esse corte. A verdade é que estamos a falar na esmagadora maioria de devedores crónicos, estão identificados, são à volta de mil devedores crónicos. Ou seja, nós, de um dia para o outro, vamos imediatamente repor o contador. Mas porquê mil pessoas que fazem questão, por mês, de não pagar a água? Está bem, ok. Vamos ser condescendentes e pôr a família que ficou no desemprego, que tem dois filhos, coitados deles que têm que ir para a escola que temos de ter cuidado com isso porque também temos que ser sensíveis e muito bem. Mas aqueles que são crónicos, Aqui d'el Rei porque merecem ser protegidos porque temos que criar uma lei de solidariedade social, onde nós temos de contribuir para os incumpridores crónicos. Muito bem, senhor Deputado, somos sensíveis, não é moral. Todas as famílias que padecerem de situações que não são ocasionais, provisórias, temos de ter esse cuidado de não prejudicar e agravar ainda mais a situação que essas famílias têm. Agora não podemos também ter essa noção de compaixão, um sentimento de compaixão de devedores crónicos que, todos os meses, andam à volta de mil, e são quase os mesmos. E era isso que eu tinha para transmitir. Mas farei chegar, se desejar, uma lista. Não com os nomes, não podemos fornecer, mas dos montantes habituais que estão em falta todos os meses, em virtude do fornecimento da água. Porque isso é um custo para o município. O Município, em termos logísticos de transporte, cortar a água, depois vir à Câmara pagar a água, nós recolocarmos o abastecimento, é um custo enorme que a Câmara Municipal tem. Agora, temos de fazer opções. Ou andamos sempre a tentar resolver estes casos, seja em circunstância for, ou de facto temos o Regulamento, a lei é dura, como diziam os romanos, a lei é dura mas é a lei. E aí, senhor Deputado, não posso concordar totalmente consigo. Disse, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Terminámos esta sessão, mas antes preciso de pôr à votação as deliberações em minuta e eu ia perguntar, genericamente, se alguém vota contra. Se alguém se abstém. Muito bem as deliberações estão aprovadas por... calma que eu ainda não mandei sair, nem disse que tinha terminado. Ninguém me obedece, é o que eu digo. Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e nove votos. Agora sim, eu vou terminar a sessão. Gostaria antes de sairmos, de desejar umas boas férias a todos. Encontramo-nos aqui em setembro e aproveitem o período de descanso. Muito obrigada.” -----